



O Presidente da República Popular de Moçambique, Moisés Samora Machel, cumprimenta o Presidente da República Portuguesa, Ramalho Eanes, à chegada deste ao Maputo para a visita oficial de cinco dias

Eanes-Machel: abraço prometedor

Pág. 32

Para além do jogo com os suíços

Sporting no banco dos réus

O Sporting está no topo da onda: esta noite, futebolisticamente falando, estará perante os suíços de Neuchatel, para um jogo de cristas na eliminatória 3 da «Taça UEFA», que vai levar a Alvalade não apenas adeptos do clube leonino mas, igualmente, muitos dos que confiam, à custa dos verde-brancos como do F. C. Porto (na «Taça das Taças») que seja emendada a errônea face apresentada pela selecção nacional na frustrada campanha para o «Mundial». Mas o símbolo do leão está também em bolandas na Boa-Hora: principiou ontem o julgamento do processo em que, através do seu semanário, o Sporting é equacionado por Martins de Sá, funcionário da Caixa Geral de Depósitos e correspondente de diversa imprensa transalpina, a propósito do modo como o título nacional da temporada 79-80 veio morar na Alameda das Linhas de Torres. De um lado, a acusação ao Sporting, comandada por Francisco de Sousa Tavares. Na outra trincheira, defendendo o seu clube, está Silva Resende. Dois homens do foro e da vida política em barreiras diferentes: e o Sporting envolvido nas teias da Justiça.

Pág. 18

Menos um milhão e quatrocentos mil contos para fazer escolas

O número de escolas a construir no próximo ano vai ser reduzido, em consequência do corte de um milhão e 400 mil contos na rubrica de despesas de capital de investimentos do Plano das Construções Escolares.

Aquela verba deverá permitir à Direcção-Geral das Construções Escolares contrair os encargos inerentes à normal execução do Plano de 1981.

Isto, apesar dum reforço de verba no montante de um milhão

193 mil 551 contos atribuído à DGCE. De acordo com um sucinto e pouco esclarecedor Despacho conjunto das Secretarias de Estado do Orçamento e das Obras Públicas, hoje publicado no «Diário da República», aquele reforço permite «dar continuidade à realização de despesas com encargos já anteriormente contraiados, mas não permite, por insuficiente, cabimentar novos encargos».

Afirmou o ministro Vítor Crespo em conferência de Im-

prensa no dia 30 de Setembro passado, que o ritmo das construções escolares deveria ser incrementado e que estava prevista a construção de uma média de 80 escolas por ano, de modo a que dentro de 5 anos estivessem construídas as 400 escolas necessárias actualmente, não incluindo, portanto, a inevitável expansão do sistema educativo. Face ao corte anunciado, cabe perguntar quantas das 80 escolas vão ficar por construir no próximo ano e nos anos vindouros.

Melo Egídio em Vila Franca de Xira: Orçamento das Forças Armadas é de mera sobrevivência

Pág. 5

‘Metro’ parado amanhã

Com a paralisação de 24 horas, que os trabalhadores do Metropolitano cumprem a partir da 1 e 30, a população de Lisboa vai ficar amanhã privada de um dos principais meios de transportes da capital. A semelhança do que aconteceu aquando da última greve, ocorrida no passado dia 18, os restantes transportes vão ficar sobrecarregados, e o tráfego automóvel sofrerá grande congestionamento, sobretudo no triângulo Sete Rios-Entrecampos-Rossio.

Com salários que vigoram há já 13 meses, os trabalhadores do «Metro» exigem a rápida negociação do acordo de empresa, não aceitando a introdução de cláusulas que adiem a revisão das tabelas salariais por vários meses.

Esta é a sétima greve no Metropolitano, desde o 25 de Abril.

Graça Fernandes fala sobre ensino



Insuficiência de instalações, insucesso escolar e problemas relativos à formação de professores, foram abordados pela vice-presidente da Direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Graça Fernandes, em entrevista que hoje publicamos nas páginas 10 e 11

Enciclopédia
Mundial de
futebol



dirija-se ao seu vendedor habitual

COMPRE JÁ!



Prémio Cervantes para Octávio Paz

O escritor mexicano Octávio Paz ganhou ontem o Prémio Cervantes de literatura.

O prémio, no valor de dez milhões de pesetas (6700 milhares de escudos), é atribuído anualmente pelo Ministério espanhol da Cultura.

A candidatura de Octávio Paz ao Prémio Cervantes deste ano foi proposta pelas Academias de Língua Espanhola da Bolívia, Colômbia, Estados Unidos da América do Norte, México e Uruguai.

Em declarações à Imprensa, pouco tempo depois do prémio ter sido anunciado, Octávio Paz afirmou estar surpreendido com a decisão do júri, acrescentando que sentia «uma grande alegria» como «escritor do México e da América Latina».

O prémio Cervantes de literatura contemplou em anos anteriores Jorge Luis Borges, Jorge Guillén e Alejo Carpentier.

Octávio Paz galardoado hoje com o o prémio Cervantes de literatura, é considerado o melhor poeta mexicano deste século e um dos maiores escritores de língua espanhola vivos.

Poeta e ensaísta, Octávio Paz nasceu em Mixcoac, México, em 1914.

O pai participou activamente na revolução mexicana ao lado do rebelde camponês Emiliano Zapata.

Grande parte da sua obra poética, uma das mais vastas da América Latina, está reunida no livro «Libertad Bajo la Palabra». Publicado em 1958.

Depois desta antologia, que recolhe a produção poética do autor de 1933 e 1957, Octávio Paz publicou «Salamandra» (1962), «Blanco», (1967) «Ladera Este» (1969) e «Vuelta», que recebeu o Prémio da Crítica Mexicana em 1977.

Estudioso da literatura francesa e da filosofia oriental, Octávio Paz, ligado durante algum tempo ao movimento surrealista, tem dedicado igualmente uma grande atenção à crítica literária.

Salientam-se neste aspecto os livros «El Laberinto de la Soledad», «El Arco y la Lira» e «Marcel Duchamp o el Castillo de la Pureza».

Parte dos seus textos políticos saíram recentemente sob o título «Ogro Filantrópico», onde Octávio Paz considera, o Estado a questão central do século XX, na medida em que está em toda a parte e não tem rosto.

O poeta foi também diplomata de carreira até 1968, altura em que renunciou ao cargo de embaixador na Índia em sinal de protesto contra a repressão do movimento estudantil no seu país.

FITEI: que se passa com os espanhóis?

Alterações no FITEI. Foram anulados os seguintes espectáculos: «Juan Palmieri», de Antonio Larreto, do grupo os Modestos; «Crónica de la Vieja Banda», de Eduardo Almeida Naveda, do Teatro Experimental Equatoriano, ambos ao que parece por doença de actores; «La Cantante Calva», de Ionesco, do Teatro Artello, de Vigo, este pelo facto do cenário ter dimensões superiores às do palco em que o grupo devia actuar não tendo sido possível encontrar uma solução de compromisso devido à intransigência dos artistas galegos. Um espectáculo extraprograma: «Sufridur La Ta Padi Fidalgu», de Carlos Vaz, por um grupo da Guiné-Bissau. É evidente que à organização não podem ser imputadas responsabilidades por estas alterações de última hora, aliás desde logo ressalvadas no próprio programa. No entanto seria útil que os organizadores do FITEI difundissem um comunicado explicando estes factos para um melhor conhecimento por parte do público que se sente naturalmente lesado.

O título que dei a esta crónica tem a ver com a perplexidade, o desconforto que estão a provocar os espectáculos chegados (ou não, como vimos) de Espanha. Se exceptuarmos o espectáculo do Colectivo Karraka (e viva a excepção!) os espectáculos apresentados reflectem uma debilidade excessiva para poder corresponder ao nível médio do teatro espanhol. «Engrenagens» e «O Homem e a Mosca» são só espectáculos demasiado maus para caberem num Festival como este como não deviam ser apresentados perante qualquer público, e «Esta Cancion Es um Pájaro Herido» não anda muito longe disso.

Os grupos independentes espanhóis sempre lutaram com grandes dificuldades não só de censura como de carência de

apoios financeiros. Aparentemente a situação mantém-se, o que pode verificar-se pela pobreza dos cenários apresentados que parece reflectir uma enorme falta de recursos. O facto não basta no entanto para justificar o que temos visto: quantas vezes a imaginação, a capacidade inventiva, o trabalho do actor substituem com vantagem essas carências? Por isso a crise que estes espectáculos exprimem parece situar-se noutros parâmetros.

O Teatro Teloncillo, de Valladolid, trouxe ao FITEI uma peça de José Ruibal, dramaturgo conhecido de quem o TEUC deu há anos uma versão da peça «El Asno». A peça «O Homem e a Mosca» faz parte de uma linha de teatro de absurdo com características específicas que Ruibal assume até à caricatura. Peça sobre uma ditadura, a franquista, uma peça sobre todas as ditaduras (quais?), sobre o servilismo do homem, sobre a alienação

política e mística. Utilizando com força a arma do humor, Ruibal escalpeliza todas as violências (militares, políticas, religiosas) que em seu entender constituem os valores da civilização. Peça convictamente pessimista, supera essa limitação através da sua própria ferocidade.

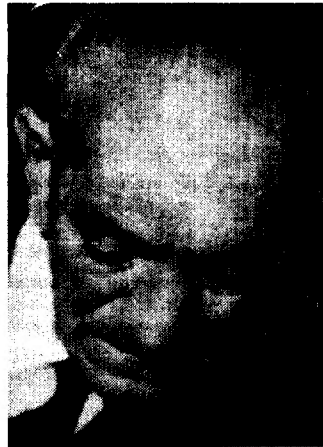
E se o final mostra que uma mosca basta para exterminar o tirano e destruir o seu reino, essa mosca não é o sinal dum apocalipse irreversível?

Esta peça para duas personagens principais é muito difícil porque a sua montagem é complicada e a sua interpretação complexa. O espectáculo pobrezinho fica sempre muito aquém do que o texto pede, e de tal maneira que se chega a ter dúvidas se a própria peça não terá também culpas no cartório, se os excessos de autor não terão contribuído fortemente para as fraquezas do espectáculo.

Carlos Porto



Teatro Antraído, de Santiago de Compostela, um dos grupos espanhóis que estiveram no FITEI-81



A lançar em Dezembro

Memórias de Almada Negreiros

Memórias íntimas, familiares e públicas de Almada Negreiros vão ser lançadas em volume nos primeiros dias de Dezembro pela nora do mestre da pintura e do desenho do modernismo português.

Maria José Almada Negreiros admitiu ter feito «gravações clandestinas de longas conversas com a sogra» a pintora Sarah Affonso, outra das figuras lendárias dos primeiros tempos da arte portuguesa contemporânea.

O livro, com mais de duas centenas e meia de páginas e numerosas gravuras, foi gravado há cerca de três anos, altura em que, diz Maria José Almada Negreiros, «Sarah Affonso encontrava-se possuída de toda a sua vitalidade, pintava e discorria sobre todos os temas com uma memória prodigiosa».

«Lembrava-se, acrescentou, dos vestidos, da cor, e de um botão que tinha caído em altura solene».

A pintora, hoje com 82 anos, envelheceu sensivelmente e foi muito profundamente afectada pela morte da filha, Almada, por seu lado, faleceu em 1970, deixando uma obra sem paralelo na arte portuguesa.

Um dos homens da geração de Orfeu, companheiro de Fernando Pessoa e Mário Sá-Carneiro, influenciou decisivamente todas as gerações que se lhe seguiram.

O livro, intitulado «Conversas com Sarah Affonso», refere, naturalmente, as outras grandes figuras da geração de Almada: Santa Rita, Amadeo Sousa Cardoso, os Delauney e muitos outros.

António Alçada Baptista escreveu propositadamente um prefácio para o volume.

A Economia e a Política de Portugal nos anos 80

A revista Economia e Socialismo promove hoje, às 18.30, no anfiteatro do ICSTE, um colóquio-debate sobre o tema: «A Economia e a Política de Portugal nos Anos 80», com a intervenção de Augusto Mateus, Mário Murteira, Nuno Bragança e Fernando Piteira Santos. A entrada é livre.

Três colóquios no «Séneca» com Fernando Grade

A direcção pedagógica e a Comissão Cultural do Externato Séneca e o Movimento de Intervenção Cultural (MIC) promovem hoje (às 18 e 30), nas suas instalações da Avenida Almirante Reis, 106, o primeiro de uma série de três colóquios com o escritor e poeta Fernando Grade, secretário-geral do MIC, efectuando-se as restantes sessões amanhã e depois, no mesmo local, pelas 21 e 30 e 19 e 30, respectivamente.

Fernando Grade abordará as coordenadas estético-sociais

mais marcantes da sua obra poética, tomando por diapasão os livros «O Vinho dos Mortos», «Serenata ao Diabo» e «Saudades de ser índio», dissertará acerca do Movimento Desintegracionista Português e declarará poemas de Edmundo de Bettencourt, Nemésio, Jorge de Sena, Alfredo Guisado, Afonso Duarte, Ruy Belo, Daniel Filipe, entre outros, com acompanhamentos musicais (guitarra clássica e percussão) a cargo de Maria João Constante e Rudolfo Bracelo.

Cinema e história

A Associação dos Professores de História promove, no Anfiteatro da Biblioteca Nacional, uma série de sessões de cinema no qual serão exibidos os filmes «Giardano Bruno, o Rebelde» (quinta-feira, dia 26 de Novembro), «A Árvore dos Tamancos» (quinta-feira, 3 de Dezembro), «O Duelo» (quinta-feira, 10 de

Dezembro), «A Terra da Grande Primavera» (quinta-feira, 17 de Dezembro). As exhibições deste «Ciclo Cinema e História» serão seguidas de comentários e debates a cargo de José Matos Cruz, Borges Coelho, Jorge Leitão Ramos, Vilaverde Cabral, Lauro António, Jorge Custódio. As sessões terão início às 21 horas.

CONVOCATÓRIA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS DISTRITAL DISTRITO DE SETÚBAL 27/NOV./81 6. FEIRA ÀS 15 HORAS NOS FERROVIÁRIOS-BARREIRO

TENDO EM CONTA A PREPARAÇÃO E REALIZAÇÃO DO SEGUNDO CONGRESSO DA FSMMP, A ELEIÇÃO DO SECRETARIADO DA U.S.S. NO DIA 28 DE NOVEMBRO PARA O TRIÊNIO 81/84, E A SITUAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL COMPLEXA E DIFÍCIL EM QUE VIVEMOS BEM COMO AS ACÇÕES DE MASSAS QUE NOS EXIGE PARA DEFENDERMOS OS Nossos DIREITOS, LIBERDADES E CONQUISTAS, CONVOCA-SE A ASSEMBLEIA DE DELEGADOS DISTRITAL DO DISTRITO DE SETÚBAL PARA DIA 27 DE NOVEMBRO 81 (SEXTA-FEIRA) às 15 HORAS, NOS FERROVIÁRIOS, NO BARREIRO COM A SEGUINTE

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - SEGUNDO CONGRESSO DA FSMMP
- 2 - PLENÁRIO DA U.S.S. (UNIÃO DOS SINDICATOS DO DISTRITO DE SETÚBAL)
- 3 - SITUAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL ACÇÕES DE MASSAS EM PREPARAÇÃO

NOTA: HAVERÁ TRANSPORTES

DE SETÚBAL - PARTIDA ÀS 14 HORAS DA SETENAVE, COM PASSAGEM PELA MAGUE E PELA DELEGAÇÃO DO SINDICATO.

DE ALMADA - PARTIDA ÀS 14 HORAS DE CACILHAS (JUNTO A H. PARRY SON) COM PASSAGEM PELA SOREFAME E SIDERGURGIA NACIONAL.

O REGRESSO NO FINAL DA ASSEMBLEIA ESTÁ IGUALMENTE ASSEGURADO.

BARREIRO, 23 DE NOVEMBRO DE 1981.

A DIRECÇÃO

eva
NATAL 1981

1 CASA DE 2.000 CONTOS

1 AUTOMÓVEL

IMENSOS PRÉMIOS

política de A a Z

As coincidências e as falhas de coincidência

DISCUTIU-SE na Assembleia da República a coincidência infelicíssima entre a decisão insólita do Supremo Tribunal de Justiça que considerou admissível a queixa-crime de um punhado de saudosistas do Império contra os responsáveis da Descolonização e o início da viagem de Estado do Presidente da República Portuguesa à República Popular de Moçambique.

O Presidente Ramalho Eanes foi levar ao povo de Moçambique, livre e independente, a saudação fraternal e amiga de um Portugal que derrubou o regime fascista e que, consciente da impossibilidade de ser verdadeiramente livre um povo que outros povos oprimam, decidiu, em pleno direito soberano, reconhecer o direito à independência nacional de povos e territórios que tinha colonizado. E neste passo a Democracia de Abril mostrou-se coerente com a lição magnífica da República a qual enviara o Presidente António José de Almeida em visita oficial ao Brasil, por ocasião das comemorações do primeiro centenário da separação, para agradecer ao Povo brasileiro o ter-se tornado independente.

Do discurso emolganço do dr. António José de Almeida, pronunciado na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro, justamente se orgulham os democratas portugueses que viveram os acontecimentos da nossa efêmera República Constitucional; e das palavras do Presidente Ramalho Eanes tiraremos nós incentivo e estímulo para com largueza humanista e sentido patriótico levarmos por diante uma política de amizade límpida e de cooperação, mutuamente vantajosa, entre Portugal e Moçambique. E mais não faremos do que situar-nos naquela perspectiva de participação na vida internacional que Abril tornou viável e que, como objectivo do Estado Democrático foi proclamada na Assembleia da Organização das Nações Unidas pelo Presidente da República restaurada, general Francisco Costa Gomes.

Que atrasados mentais e políticos, vivendo em oposição ao tempo e à história, obstinados nos preconceitos imperialistas e inveterados nos conceitos fascistas, procurem a desforra grotesca da queixa-crime à Polícia Judiciária contra os responsáveis da política portuguesa de Descolonização, constitui um caso de patologia social que veio, por consequência inesperada mas não surpreendente, como lembrou o deputado Raul Rego na Assembleia da República, chamar a nossa atenção para a imperiosa necessidade de democratizar o Poder Judicial.

Todavia, a coincidência entre a viagem presidencial e a natureza insólita de uma decisão viria ao espírito e à letra da Constituição de 1976, não deverá distrair-nos de outras coincidências, ou, o que é igualmente de reter e de ponderar, a falta de coincidência entre declarações do Primeiro-Ministro e declarações do Presidente da República, entre a política nacional patriótica e responsável que o general Ramalho Eanes tem sabido conduzir no plano das relações com os povos das Nações Africanas ex-colónias de Portugal, e a política flutuante, dúbia, tímida ou arrogante, contraditória em suma, dos Governos da «Aliança Democrática».

O mínimo de objectividade na análise dos acontecimentos obriga a reconhecer — e a agradecer — o papel

positivo desempenhado pelo Presidente Ramalho Eanes. E os cidadãos atentos não deixarão de entender que o Presidente da República, não for a palavra, nem a modela a seu jeito os factos, quando afirma no aeroporto de Portela — contrariando o que o Primeiro-Ministro declarara à saída de Belém — que a viagem que ia iniciar se inseria, «numa linha de política externa que se desenvolve desde 1976».

E justificou o interesse nacional dessa política e o interesse com que a nossa política africana é acompanhada por outras nações. Citamos: «... a expressão portuguesa de uma política africana é desejada pelos Estados africanos e pela Europa, como um canal de aproximação entre os dois continentes e que a sua concretização é condição de importância para o posicionamento de Portugal no seu processo de adesão à Comunidade Económica Europeia.» Acrescentando então, com mais particular incidência nas questões relativas aos interesses de Portugal em reconstrução, que: «É também claro que o estabelecimento de relações justas e duradouras de colaboração entre Portugal e os Estados africanos constitui um objectivo com interesse para a recuperação da nossa economia, abrindo-se mercados de exportação e de importação em condições de vantagens mútuas.»

Os Governos da AD, e os partidos que integram a dita «Aliança Democrática», ainda não realizaram (no sentido em que o verbo ocorre na língua inglesa) a situação existente em África, nas Nações Africanas de Expressão Portuguesa, o curso dos acontecimentos e a concretização dos interesses internacionais concorrentes ao domínio da África Austral. E parece não terem em conta os interesses históricos, culturais e actuais (económicos, políticos) de Portugal.

Não nos podemos contentar com as raríssimas excepções, com as raras «aberturas». A cooperação é, de um modo geral, descuidada, retardada (não queremos escrever a dura palavra: sabotada). A Imprensa, a Rádio, a Televisão não servem — apenas com raríssimas excepções, mais uma vez — a política de amizade e de cooperação com as Nações Africanas. E se levássemos ao trágico a coincidência e o desafio à ordem constitucional da decisão do Supremo Tribunal de Justiça, diríamos que o propósito de diminuir e desvalorizar a viagem do Presidente da República vem de alto e é participado.

Noutro plano, e revelando uma intencionalidade política que não corresponde aos deveres do cargo, o Primeiro-Ministro terá querido reduzir à execução de uma tarefa integrada na orientação dos Governos AD a visita presidencial a Moçambique. A réplica do Presidente Ramalho Eanes foi concreta e clara: trata-se de levar a cabo, lutando contra dificuldades de várias naturezas, incluindo as da persistente «guerrilha institucional» — uma «linha de política externa que se desenvolve desde 1976».

Podemos sorrir: da intenção polémica do Primeiro-Ministro; da rectificação oportuna do Presidente da República.

Podemos congratular-nos: com o protesto erguido na sede do Poder Legislativo contra a decisão insólita do mais alto órgão do Poder Judicial.

Mas não podemos — devemos — lamentar que os interesses de Portugal — e a política de Descolonização e a política de Cooperação com as Novas Nações Africanas é nesse plano que deve ser encarada — sejam objecto de baixa política partidária, de revanchismos odiosos, de irresponsabilidade política e patriótica.

ponto a ponto



● O Partido Comunista Português condenou ontem a escolha da personalidade que irá ocupar o cargo de governador civil de Portalegre.

Em comunicado da Organização Regional do Alentejo do PC, a nomeação do centrista Rui Biscaia para aquele posto é considerada «uma das mais vis afrontas da AD ao povo do distrito de Portalegre».

O documento apresenta Rui Biscaia como «dirigente distrital da defunta organização fascista ANP» e «feroz e primário opositor do 25 de Abril e da democracia».

● O general Garcia dos Santos, acompanhado pelo director da Arma de Transmissões, general Pereira Pinto e pelo ajudante de campo, capitão Morgado, visitará no dia 27 a unidade do Lazareto da Centrel entre as 9 e 30 e as 11 e 45. Esta deslocação de Garcia dos Santos decorre no âmbito da cooperação com a indústria nacional e coincide com o início da produção de 5000 rádios para o Exército, em consequência de um contrato no valor de 500 000 contos.



● A Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros requereu ontem ao Ministério da Administração Interna a instauração, com o carácter urgente, de uma sindicância à actividade da câmara municipal.

O pedido formulado «pretende esclarecer o pagamento indevido de mais de 10 milhões de escudos feito pela câmara municipal a uma empresa de construção civil», disse uma fonte da assembleia municipal.



● O ministro da Administração Interna, Ângelo Correia, o socialista Jaime Gama e o subdirector do Instituto de Defesa Nacional, coronel Abel Couto, participaram numa conferência promovida pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.

O encontro, subordinado ao tema «Os Projectos e Propostas de Lei da Defesa Nacional», permitiu a abordagem de questões como o problema da nomeação das chefias militares e a criação ou não de um Instituto de Defesa Nacional.



● Regressou ontem da URSS, onde esteve a convite da União das Sociedades Soviéticas para a Amizade e as Relações Bilaterais com os Países Estrangeiros, uma delegação do MDP/CDE, composta por **Herberto Goulart**, António Galhorda e Gilberto Ramos. No centro das conversações que a delegação do MDP manteve com diversas entidades soviéticas, estiveram as questões da amizade e cooperação entre os povos.

● Realiza-se no próximo dia 28, na Academia de Santo Amaro, em Lisboa, um encontro sobre o poder local. Este encontro, que se inicia às 10 horas e decorre durante todo o dia tem por objectivo fazer o balanço do trabalho realizado nas autarquias de Lisboa e perspectivar o trabalho para 1982. Participam nesta iniciativa 291 delegados, bem como numerosos convidados, do PS, MDP/CDE, UEDS, ASDI e representantes das forças sociais, designadamente da USL, da Cintura Industrial de Lisboa, da Federação das Colectividades, do MDM, da URAP, do MURPI, do Secretariado das Comissões de Moradores e da Associação dos Inquilinos Lisboenses. A intervenção de encerramento deste encontro será feita por José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

● A Comissão Cívica Independente pronunciou-se, no Porto, por uma «urgente revisão constitucional que instaure, finalmente, uma democracia civil», lê-se num comunicado.

A Comissão Cívica Independente (CCI), de que fazem parte, entre outros, José Augusto Seabra, **Vitorino Magalhães Godinho** e Manuel Coelho dos Santos, foi criada em 1979 por «um sector de democratas não filiados partidariamente, mas empenhados numa intervenção política responsável».

● A União Democrática Popular vai apresentar sexta-feira à Assembleia Regional da **Madeira**, uma moção de censura ao Governo madeirense, foi anunciado pelo Funchal.

Paulo Martins, deputado da UDP, disse que no essencial, a moção visa «censurar o Governo Regional pelos resultados da aplicação do seu programa através dos sucessivos planos anuais».

Aquele deputado adiantou que a discussão deverá iniciar-se em 15 de Dezembro, uma vez que o regimento «estabelece o prazo de oito dias parlamentares após a sua entrega».



Serviço Exclusivo

Le Monde

Diário de Lisboa

Um novo espaço de democracia

É inegavelmente um objectivo ambicioso o que o relatório sobre «Os direitos dos trabalhadores» propôs às francesas e aos franceses: um novo espaço de democracia económica baseado na responsabilidade económica dos directores de empresa e numa nova dinâmica da negociação, tornada possível pela restauração de novos direitos e deveres para os parceiros sociais.

Democracia que tem naturalmente a sua dimensão social, pois visa permitir aos assalariados encontrar a sua dignidade como homens no próprio trabalho, quer dizer, «ser um cidadão completo dentro da empresa».

Democracia que tem a sua dimensão económica pois que procura novos dinamismos na continuação de responsabilidades e unicidade na direcção da empresa e um novo poder de informação e de apoio dos assalariados.

Em resumo, uma nova visão da via democrática que corresponde ao mesmo tempo às aspirações sociais de uma «nova ci-

dadania» dos franceses e às necessidades do desenvolvimento económico e da luta contra o desemprego.

Trata-se pois de estabelecer as regras de funcionamento de uma democracia viva que exige competidores informados e responsáveis. As minhas propostas foram elaboradas depois de ajustamentos com os parceiros sociais, que foram consultados não só sobre as modalidades em preparação mas também sobre o conteúdo do relatório que lhes foi apresentado em princípios de Setembro.

Seria errado ver nestas propostas apenas o lugar geométrico das várias contribuições recebidas. Com efeito, se as propostas sindicais, principalmente, contribuíram muito para uma séria reflexão, não conseguiram substituir a decisão política que é responsável pelo interesse geral a curto, a médio e a longo prazos, de todas as componentes da nação, dentro do respeito pelas orientações políticas propostas pelo Presidente da República e apoiadas pelos france-

ses quer nas eleições presidenciais quer nas legislativas.

O papel dos sindicatos

Foi assim que um certo número de linhas de força acabaram por guiar o nosso pensamento:

— A necessidade de restaurar os direitos inscritos num código de trabalho — em muitos casos resultante da luta das organizações sindicais — e cujo exercício durante os últimos anos tinha, mais ou menos, caído em desuso.

— O interesse económico e social, paralelamente à descentralização política, de libertar «todas as forças vivas da França», uma vez que é ponto assente que os operários e as suas organizações sindicais foram muitas vezes, durante os últimos anos, militantes na nossa indústria, o que significa que seria absurdo querer opor direi-

Jean Auroux*

tos de operário ao progresso económico.

— A força que constitui para o desenvolvimento democrático-económico, a existência de um insubstituível pluralismo sindical como garante das liberdades e da opção de cada um.

— As aspirações profundas do povo francês — legítimas em boa democracia — para obter uma legislação que não seja nem asfixiante nem burocrática, dependendo em tudo de Paris. Além de não corresponder ao temperamento francês, um tal sistema seria, num mundo em evolução, em permanente mutação tecnológica, fonte de bloqueios nocivos tanto para os resultados económicos como sociais da empresa.

— A lei certamente pode assumir e assumir as suas responsabilidades, mas um campo vasto, rico e promissor deve

Continua na pag. 4

Um novo espaço de democracia

Continuação da pág. 3

ficar aberto ao diálogo social, quer dizer, à negociação colectiva; é ao governo em geral e ao Ministério do Trabalho em particular, que a compete criar, fazer viver e funcionar em função dos objectivos que lhe foram definidos pelo poder político democraticamente escolhido que assinou também os prazos e os limites a respeitar. Como exemplo podemos citar as diligências feitas para a redução do tempo de trabalho, e, dentro em breve, o que será proposto em matéria de política salarial.

— O papel proeminente que no conjunto do sistema devem assumir as organizações sindicais na sua qualidade de conjunto das instituições representativas, cujas capacidades e meios devem ser definidos e reforçados. E outras formas de representação dos trabalhadores — nomeadamente sobre as condições de trabalho — devem ser procuradas na perspectiva da conquista de novos espaços de liberdade, e a sua definição e concretização devem ser estruturadas sob o controlo sindical.

— Finalmente, a tomada de consciência colectiva, tendo em conta que a empresa, seja grande ou pequena, antiga ou moderna, é uma entidade viva e que, como tal, pode crescer, modificar-se, envelhecer, viver e morrer e na qual uns devem acautelar a sua dimensão social, enquanto outros vigiam a sua dimensão económica.

Com efeito, procura-se de uma forma geral, no momento em que o desemprego atinge o nível que todos conhecemos e se torna necessária uma mobilização geral, uma libertação de todas as forças vivas da França, das suas capacidades de produção, de criatividade, de inovação, criar um quadro de direito evolutivo que deixe que os trabalhadores participem no seu progresso através da negociação tomada obrigatória, e abrir assim a porta — sob o controlo atento do Estado e em função dos objecti-

vos da nação — a novos horizontes das relações de trabalho no alvorecer do terceiro milénio.

A construção do futuro

Perante as interrogações de uma juventude tão generosa como exigente é a proposta de fazer os trabalhadores participarem na construção do nosso futuro que lhes dá a sua primeira e principal justificação.

Concretamente, esta relação apresenta-se com um duplo aspecto que traduz claramente as nossas orientações: os trabalhadores devem ser «cidadãos» e «os autores da mudança na empresa».

Estas propostas formam um conjunto coerente que levam da restauração e alargamento dos direitos individuais dos assalariados ao recomeço em novas bases da negociação colectiva e da política contratual, passando pela necessária reconstrução da colectividade de trabalho e do reforço dos poderes e dos meios das instituições representativas. Esta geometria parte voluntariamente da vivência dos trabalhadores no seu quotidiano, para levar à sua expressão colectiva, para negociar uma convenção colectiva de ramo com acordos interprofissionais sem prejuízo dos acordos de empresa.

Trabalho activo e dinâmico no qual cada um poderá encontrar o seu lugar: a expressão possível dos trabalhadores baseada nas condições, conteúdo e organização do seu trabalho deixando aos parceiros sociais o cuidado de organizar, dentro de um determinado prazo, as modalidades completas a adoptar no interior de cada empresa; deste modo a proposta programática que vai permitir aos delegados do pessoal transformarem-se, em caso de necessidades, em comité de empresa; ou o reconhecimento da necessidade do reforço e da substituição para as empresas em casos concretos e controlados e a possibilidade, num prazo determinado, de dei-

xar às empresas com trabalho temporário o fazer face a esta necessidade em paralelo com as experiências levadas a cabo pela ANPE, sendo o objectivo fazer-se o ponto e tirar as conclusões em três anos; também o ter-se em conta — mas num lógica mais positiva — a protecção dos empregados no caso da empresa estar em dificuldades, tal como aparece quando é «vetada».

A este procedimento «aval» que surge quando a situação é muitas vezes já irreversível, nós preferimos um procedimento «amont» e «interno» — para proteger da melhor forma os interesses comerciais da empresa — apoiado numa boa informação e num seguimento real da trajetória da empresa pelo C.E. e com capacidade de alerta interno que deve e pode permitir encontrar a tempo as soluções económicas e sociais que se impõem.

No conjunto deste processo é evidente que os quadros têm um papel essencial a desempenhar no campo da formação inicial e contínua dos franceses, tornando-se mais familiares com realidades económicas cada vez mais complexas e com o direito de trabalho, esclarecimentos que, um dia, poderão vir a beneficiar cada um deles individualmente.

O Presidente da República e o Governo disseram que a mudança foi ditada pelo desejo dos franceses. Com as nacionalizações os espaços económicos de cada um ficam claramente definidos; agora com as propostas legislativas ou regulamentares contidas no relatório dá-se uma nova achega, responsável e democrática ao direito de trabalho que desejamos propor. Elas vão, pensamos nós, no sentido do progresso social e do progresso económico; elas respeitam as liberdades e os nossos compromissos e podem abrir, num novo espaço democrático atento ao interesse geral e ao contexto económico internacional, o futuro da França.

Ministro do Trabalho

comunicação social

A detenção de Valdemar Cruz

Angelo Correia contactou Sindicato dos Jornalistas

A Direcção do Sindicato dos Jornalistas, na sua reunião de ontem, analisou o agravamento da situação dos jornalistas face à interferência das forças policiais no exercício da profissão. Tendo apreciado, designadamente, os mais recentes incidentes ocorridos com a GNR, no vale da Amoreira, e com a PSP no Porto. A propósito deste último caso e na sequência do protesto que o SJ lhe enviou, o ministro da Administração Interna contactou, telefonicamente, o presidente da Direcção, informando-o que mandou elaborar um relatório sobre a detenção e agressão ao jornalista Valdemar Cruz, por agentes da PSP do Porto. O titular do MAI, Angelo Correia, admitiu que, se for necessário, mandará abrir um inquérito, sob a responsabilidade de um magistrado, e pediu ao Sindicato que lhe sugerisse formas concretas para evitar incidentes deste género, no futuro.

O presidente do Sindicato, António Santos, recordou que o procedimento de elementos da PSP resulta do facto de alguns agentes e graduados das Polícias considerarem haver incompatibilidade entre a sua actuação e o exercício da profissão dos jornalistas.

Arquivado o processo contra Paulo David

O Conselho de Gerência da ANOP decidiu ontem, por unanimidade, arquivar o processo disciplinar instaurado ao jornalista Paulo David. Nestes termos, o Conselho de Redacção desconvocou a greve de 48 horas que estava marcada com início para as duas horas da madrugada de hoje. Numa comunicação aos trabalhadores assinada pelos três membros do Conselho de Gerência e lida por Valy Mamede, afirma-se que não foi provada a acusação formulada contra Paulo David no que respeita à violação dos seus deveres como trabalhador ao serviço da ANOP. Em consequência — refere a nota —, o comportamento de Paulo David não é passível de constituir justa causa de despedimento, nem constituir matéria merecedora de ser sancionada por qualquer outra das formas previstas na lei.

Durante a reunião com o Conselho de Redacção e a Comissão de Trabalhadores, o Conselho de Gerência manifestou a intenção de fazer queixa à Polícia Judiciária quanto ao roubo do «documento» de Paulo David do gabinete do director de Informa-

ção, «documento» que esteve na origem do processo disciplinar.

Entretanto, comentando a decisão, Alberto João Jardim «felicitou» o Conselho de Gerência da ANOP pela «coragem de considerar este o melhor dos mundos, onde uma agência noticiosa pode ser palco para forja de documentos execráveis e para conspirações pessoais».

Televisão da Igreja

O deputado socialista Arons de Carvalho perguntou ontem ao Governo se tenciona divulgar o pedido de autorização para emissões de televisão que a Igreja Católica lhe apresentou.

Arons de Carvalho pretende saber, através de um requerimento que apresentou ao Governo, quais as diligências em curso sobre a matéria e se o Governo entende que a TV pode ser legalmente objecto de concessão a empresas privadas.

Perguntando também se, sendo a matéria de Comunicação Social da «competência exclusiva da Assembleia da República», o Governo tenciona actuar nesta matéria «à revelia» do Parlamento. O deputado socialista recorda ter colocado esta questão na última sessão parlamentar de perguntas ao Governo e que renova a pergunta por não ter então obtido resposta.

Cooperativas: tempo de antena

O movimento cooperativo reivindica tempo de antena na televisão e na rádio, através de uma petição entregue ontem no Parlamento com vista a contemplação deste ponto na revisão constitucional.

A decisão saiu de uma reunião efectuada no Instituto António Sérgio — INSCOOP — em que participaram representantes de cerca de 3.500 cooperativas de todo os ramos de actividade.

Manifestação em Madrid

Os trabalhadores da Comunicação Social de Madrid decidiram ontem promover a realização no próximo dia 1 de Dezembro de uma manifestação na capital espanhola em protesto contra a sentença aplicada ao jornalista Xavier Vinader, condenado a sete anos de prisão por «imprudência profissional».

em cada hospital, NILFISK é uma presença indispensável

em
• HOSPITAIS
• CLÍNICAS
• CONSULTÓRIOS

NILFISK a presença preferida

NILFISK - ASPIRADORES INDUSTRIAIS E DOMÉSTICOS LDA
R. Candido Figueiredo, 91 • 1500 LISBOA • Tel. 78 83 31 • 78 99 55 • junto a C. Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa
R. da Constituição, 2371 • 4200 PORTO • Tel. 69 74 23

Grau de Comendador

DA ORDEM DA BENEMERÊNCIA PARA ANTÓNIO ALVES BRAZ

Após um ano da sua morte, António Alves Braz foi agraciado, pela Presidência da República, com o grau de Comendador da Ordem da Benemerência.

Ele foi o grande impulsionador da conhecida firma lisboeta — o Braz & Braz, que conta agora mais de 200 anos de actividade.

Para além da enorme dedicação que durante toda a sua vida devotou àquela firma, António Alves Braz teve sempre a preocupação do bem-estar de quantos o rodearam.

Esta derradeira homenagem é o reconhecimento da grandiosidade da sua obra, autêntico marco na vida comercial dos últimos tempos.

Melo Egídio em Vila Franca de Xira:

Orçamento das Forças Armadas é de mera sobrevivência

«Dizendo não às manipulações antidemocráticas, sabemos ajudar a preservar e legar intactos os valores morais e materiais da nação, tendo esperança num Portugal próspero, em liberdade, paz e democracia» — afirmou esta manhã o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Melo Egídio, ao discursar em Vila Franca de Xira nas comemorações do 25 de Novembro.

Escutado pelo presidente da Assembleia da República, pelo Primeiro-Ministro, presidente do Supremo Tribunal de Justiça, conselheiros da Revolução, membros do Governo e diversas individualidades civis e militares, o general Melo Egídio sublinhou que «nunca os orçamentos das Forças Armadas, desde 1910, absorveram percentagem tão baixa do produto nacional bruto e do

Orçamento Geral do Estado como o de 1982».

O CEMGFA acrescentou depois que os Orçamentos de 1982 destinados aos três ramos das Forças Armadas são de «mera sobrevivência» e «quase se restringem a manter minimamente operacionais os meios das FA e à realização do essencial das suas missões».

Todavia, referiu, é possível «ainda assim apresentar, desde 1976, resultados francamente positivos, quer no plano nacional, quer em prestígio internacional, penhor seguro do respeito dos portugueses e de uma crescente consideração dos nossos parceiros na Aliança Atlântica».

Do mesmo modo, disse o CEMGFA, foi também possível «caminhar para a actualização das nossas estruturas, de forma a dar resposta capaz

àquilo que à nação espera das suas Forças Armadas».

Rigoroso apartidarismo

Falando especificamente da data, Melo Egídio considerou-a «um alto valor» porque, «para além do reasumir de compromissos de honra e do reafirmar dos ideais que nortearam o 25 de Abril, pôs termo a todo um processo de degradação da vida social e política do País, de degradação do próprio Estado».

O CEMGFA considerou ainda o 25 de Novembro um acto que «permitiu que as FA se reencontrassem, sem envolvimento político-partidário, na vocação que intrinsecamente lhes compete — a defesa da Pátria».

«Comemorar o 25 de Novembro é honrar este povo e lembrar todos aqueles que,

com força moral, coragem, determinação e risco, souberam dizer não a desvios e a novos totalitarismos, para que ao povo português fosse devolvido o direito de escolher o seu destino colectivo» — acrescentou.

Melo Egídio referiu ainda que «sendo obra de muitos, não apenas de militares, o 25 de Novembro de 1975 foi e representa um facto histórico».

Hoje, disse, «apesar dos erros daqueles que se deixaram instrumentalizar, apesar de algumas contradições e frustrações, e também da incompreensão de muitos, as FA atingiram a normalização e têm demonstrado ser uma instituição nacional ao serviço do País».

Melo Egídio frisou que as FA «com elevado espírito de disciplina e perfeita consciên-

cia dos seus deveres e da sua missão, têm observado, em todas as circunstâncias, completa isenção, comportamento rigorosamente apartidário e constante preocupação de não interferência no processo político».

Contudo, o CEMGFA não deixou de referir que «embora não interferindo em áreas que não competem às FA, elas contam que não seja esquecida a sua especificidade».

Assim, defendeu que compete às FA «manter o conceito dinâmico da sua própria estrutura interna, o que pressupõe ser obrigação do comando o seu reajustamento sempre que as circunstâncias o exijam, de forma a que possam cumprir a missão e atingir os objectivos nacionais que lhes forem definidos pelo poder político».

Melo Egídio não hesitou em

afirmar que as FA «assumirão com serenidade e conscientemente a sua dependência do poder político legítimo».

Essa dependência, frisou, «tem criadas todas as condições para que se realize sem sobressaltos».

Todavia, o CEMGFA considera «imperativo que não se esqueça que as FA têm por missão nacional a defesa e a segurança da pátria e dos seus valores morais e materiais, e se garanta um rigoroso apartidarismo dos militares, condição indispensável para a manutenção da democracia».

Melo Egídio apontou a inexistência de uma lei de defesa nacional e os custos elevadíssimos dos equipamentos militares como os factores mais relevantes que têm vindo a condicionar a actividade e o desenvolvimento qualitativo das FA.

assembleia da república

“Parto-lhe a cara”

—prometeu Sousa Tavares

Estava a Assembleia da República **posta em sossego** quando o deputado Mário Tomé (UDP) fez uma declaração política, protestando contra a decisão da secção criminal do Supremo Tribunal de Justiça que admitiu recurso de uma decisão da Relação de Lisboa que mandara arquivar uma queixa-crime de algumas figuras do fascismo contra personalidades ligadas à descolonização.

Tudo se **embrulhou** no Parlamento. Mais uma vez a descolonização esteve no hemicycle. A independência dos tribunais foi defendida por uns com cinismo, por outros com frontalidade. Nem todos podem ser chamados de **juizes** sublinhou José Luís Nunes (PS), recordando os juizes hitlerianos, os dos tribunais plenários. Ou, então, como aquele técnico de informática — segundo nos disseram — Amadeu dos Santos do PSD «programado» noutra sentença — o da legalidade aparentemente neutra — que argumentou mal. Montalvão Monchado, um social-democrata que foi juiz, condenou como **político** a decisão do Supremo, mas como **jurista** tinha de perceber que a interpretação literal do artigo 141 do Código Penal só poder ser feita pelo Supremo, porque os **políticos** ainda não tiveram capacidade de alterar o Código Penal. Aliás, acrescentaria, o Supremo só decide sobre matéria de **direito** e não de «facto».

A discussão estava já a generalizar-se. Rui Pena (CDS) — enquanto Adriano Moreira abandonava sub-repticiamente o hemicycle — sugeriu que o tema passasse a discussão dentro da Ordem do Dia. Silva Marques (PSD) fazia discursos laudatórios à descolonização mas exigia a independência dos tribunais e queria castigar aqueles que após o 25 de Abril, isto é aquilo. Jaime Gama (PS), em nome da bancada socialista, protestou contra a decisão do Supremo. Todos os partidos, à excepção do PPM, entenderam que a discussão sobre esta matéria não deveria ser feita de imediato, mas «agendada» para outro dia. Sem consenso, foi isso que aconteceu. Esta aliás, tinha sido também uma das propostas do PS em alternativa à discussão «imediata». Talvez que a descolonização mereça um debate mais «elevado» do que aquele que ali se preparava.

Eis senão quando...

Enquanto isto se passava, havia um deputado já há algum

tempo de braço no ar, a pedir a palavra. Era Sousa Tavares (PSD). Quando o deixaram falar, Sousa Tavares, foi pura e simplesmente **brilhante**. Com tom cerimonial, recordou que se fomos a sentar no banco dos réus os responsáveis da descolonização, teríamos lá — e ele acha isso ridículo — o actual vice-primeiro-ministro, prof. Freitas do Amaral. E sentou-se. Foi o **duche**.

Na verdade, Freitas do Amaral foi membro do Conselho de Estado, logo a seguir ao 25 de Abril e teve mesmo papel interveniente nesta matéria.

Rui Pena (CDS) foi apanhado de surpresa. Rodou o seu discurso em mais de 180 graus. Falou no 25 de Abril, na Revolução, repetição alto e bom som que discordava da decisão do Supremo. A discussão terminou, ali, mas será feita.

Nos corredores e já no intervalo, Sousa Tavares sai de rompage da sala do grupo parlamentar social-democrata, aos gritos, **eu parto-lhe a cara**. Moura Guedes e alguns deputados seguravam-no. Nós sentámo-nos no sofá. Não podíamos perder. Num País de tão **brandos costumes**, um deputado que diz, num corredor, **parto-lhe a cara** merece algum respeito. E bastante atenção. Dantes eram as **bengaladas**, mas Sousa Tavares prefere **os punhos**.

A quem queria Sousa Tavares partir a cara? Nada mais nada menos que a Silva Marques, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD. Ao que parece, este terá dito qualquer coisa sobre a intervenção de Sousa Tavares, que não gostou e prometeu aos gritos, no corredor, **eu parto-lhe a cara** (só que a AD não costuma cumprir as promessas). **Este garoto ex-comunista, pensa que ainda está no partido. Vocês — e virava-se para uma série de deputados sociais-democratas ali presentes — é que têm a culpa que elegeram esta direcção do Grupo Parlamentar.**

Os deputados do PSD tentavam pôr **água na fervura**. A Assembleia da República regressava ao sossego, após o intervalo, para discutir o projecto da ASDI que visa a defesa do ambiente e protecção da natureza e do património.

F.M.

VISA II SUPER X SUPER DE CONDUZIR

SINTA-SE A DOMINAR

Arranque para o prazer de conduzir com a super potência do motor e veja como as ultrapassagens se tornam fáceis e seguras.

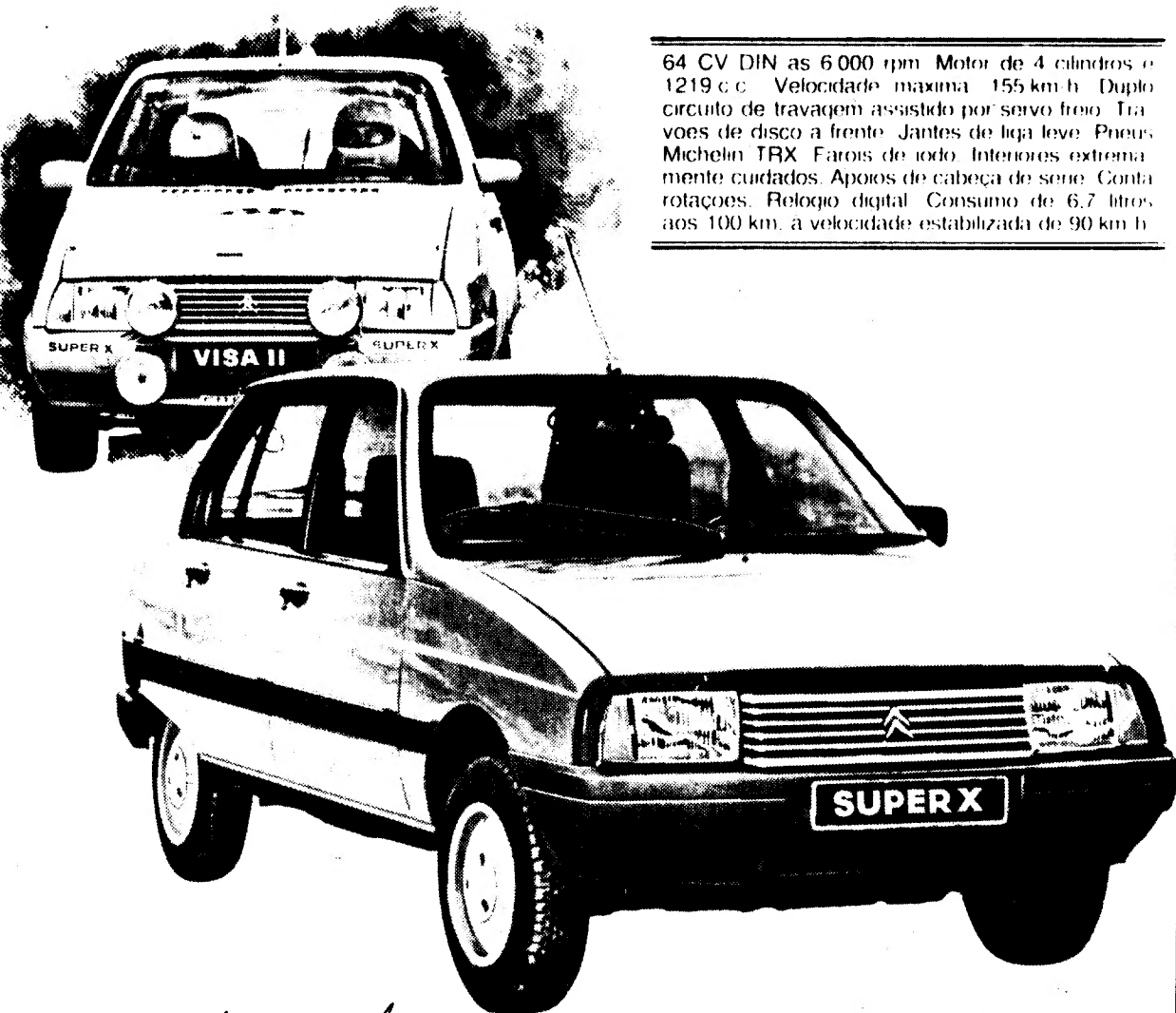
Sinta a eficiência duns belíssimos travões servo-assistidos.

Goze a obediência duma direcção precisa.

Sinta em todas as circunstâncias as qualidades de uma suspensão particularmente cuidada.

Todos os comandos ao seu alcance com facilidade e rapidez.

Citroën Visa II Super X, bonito de se ver...
SUPER DE CONDUZIR



64 CV DIN as 6 000 rpm Motor de 4 cilindros o 1219 c.c. Velocidade máxima 155 km/h. Duplo circuito de travagem assistido por servo-freio. Traçoes de disco a frente. Jantes de liga leve. Pneus Michelin TRX. Faros de todo. Interiores extremamente cuidadas. Apoiador de cabeça de série. Conta rotações. Relógio digital. Consumo de 6,7 litros aos 100 km, a velocidade estabilizada de 90 km/h.

venha ensaiá-lo no concessionário Citroën mais próximo.

CITROËN



cambridge school

**A única
Escola de Línguas
que lhe oferece
tão grande variedade
de cursos**

- Cursos básicos, em grupo, de **Inglês, Francês e Alemão**
- Cambridge First Certificate
- Cambridge Proficiency
- Inglês para «Executive Secretaries»
- Cursos VIDEO
- Cursos especiais para crianças
- Cursos intensivos
- Cursos de preparação para exames dos Institutos Francês e Alemão

— Cursos individuais para homens de negócios e pessoas de todas as profissões, em Inglês, Francês, Alemão, Espanhol, Italiano e outras línguas.

— Português para estrangeiros.

— Cursos especiais para empresas.

— Cursos no estrangeiro durante todo o ano.

Cambridge Executive School no centro da capital e ainda 5 outras escolas bem localizadas em Lisboa, Almada e Porto.

**Professores da nacionalidade.
Pequenos grupos.
Métodos modernos.
Aulas práticas de conversação.**

Inscrições abertas ao longo do ano.

Para mais informações contacte entre às 9h e às 21h.



LISBOA: AV. GUERRA JUNQUEIRO, 8-1º DIR.
TEL. 88 45 44 - 89 96 01 — 1000 LISBOA,
LISBOA: AV. DA LIBERDADE, 173-1º
TEL. 55 47 80 - 55 47 89 — 1200 LISBOA
BENFICA: EST. DE BENFICA, 729-5º DIR.
TEL. 70 43 29 - 70 36 38 — 1500 LISBOA
ALMADA: PRAÇA DO M.F.A., 12-1º
TEL. 276 02 34 - 275 32 18 — 2800 ALMADA
PORTO: RUA DUQUE DA TERCEIRA, 381-1º
TEL. 56 03 80 - 56 11 30 — 4000 PORTO.

CAMBRIDGE EXECUTIVE SCHOOL
AV. DA LIBERDADE, 173-4º — TEL. 413 52 - 57 60 30 — 1200 LISBOA

Faltam 20 por cento dos fornecimentos habituais.

EPAL considera preocupante a falta de água em Lisboa

O abastecimento de água à cidade de Lisboa e concelhos limítrofes está neste momento 20% abaixo do volume habitual em idêntica época do ano. A situação não é dramática, mas, conforme nos disse o engenheiro Morais Sarmento da Administração da Empresa Pública de Abastecimento de Água de Lisboa (EPAL), é preocupante.

Para a EPAL não se justificam contudo, por enquanto, quaisquer campanhas no sentido de provocar economias de consumo até porque estas já estão a ser conseguidas com a redução de 20% no volume dos fornecimentos. Esta redução traduz-se num abaixamento da pressão de água que circula nas canalizações, o que faz com que ela não chegue por vezes aos andares superiores das zonas mais elevadas da cidade.

A situação é mais grave no concelho de Sintra, onde as características da rede dificultam a coordenação do abastecimento

com as actuais quebras de pressão, pelo que há sectores que têm estado (e vão continuar a estar) privados de água por períodos mais ou menos longos.

Para minorar os efeitos da falta de água e da consequente redução de pressão, a EPAL tem tentado alternar as zonas mais elevadas que são contempladas com reforços de fornecimento, e tem distribuído as falhas de abastecimento por toda a rede.

Como é do conhecimento público, as razões destas dificuldades residem na prolongada estiagem e no facto de ainda não ter começado a chover. Com efeito, desde 1 de Setembro a 20 de Novembro, a chuva acumulada em Faro, Beja, Sagres, Évora e Lisboa, corresponde, a 29, 40, 46, 50 e 55%, respectivamente, em relação a igual período do ano passado. Assim, a EPAL encontra-se actualmente em pior situação de produção global que a aquela em que se

encontrava em fins de Setembro princípios de Outubro do ano passado.

Por outro lado, e a título de exemplo, refira-se que os Olhos de Água (do rio Alviela) estão a produzir neste momento cerca de 25 mil metros cúbicos quando essa produção se cifra normalmente nesta época do ano, em um milhão de metros cúbicos, dos quais 70 000 são aproveitados para o abastecimento de Lisboa.

Um outro elemento significativo desta situação refere-se à necessidade que a EPAL teve recentemente de desviar ligeiramente uma parte das águas do Tejo, através de um pequeno dique de estacas e sacos de areia, para a zona em que estão instaladas as suas captações em Valada do Ribatejo. A EPAL tem igualmente recorrido a contactos com a Electricidade de Portugal para tentar regularizar o caudal do Tejo através de uma maior

regularidade das descargas de água turbinada efectuada pelas barragens hidroeléctricas. Tudo isto não evita porém que estejamos com 20% a menos de água.

O problema será ultrapassado se a chuva chegar em quantidades significativas. As previsões meteorológicas americanas que nos foram referidas pelo engenheiro Morais Sarmento apontavam para o dia 14 deste mês como data do início das chuvas... Do lado da meteorologia nacional «as perspectivas são más» no que respeita aos dias que nos separam do fim do mês. Depois se verá...

No que toca ao abastecimento de água à cidade de Lisboa, a EPAL garante-nos que não teremos mais problemas a partir de 1984 com a entrada em funcionamento do sistema de fornecimento de água captada na albufeira da Barragem do Castelo de Bode. Até lá... esperemos pela chuva.

Plenário das câmaras do distrito da Guarda

Municípios querem isenção de imposto de transacção

Os municípios do distrito da Guarda devem ser isentos do pagamento do imposto de transacção, concluíram ontem em plenário os presidentes das câmaras daquela região interior.

No plenário realizado em Aguiar da Beira, os autarcas aprovaram ainda uma moção em que lamentam a demora «e o que se tem passado neste distrito» quanto à nomeação do coordenador distrital da educação de adultos.

Frisaram o facto de haver vários professores destacados

para esta tarefa e sem «trabalho efectivo», ao mesmo tempo que consideram que as câmaras «sem devido conhecimento real, tomaram compromissos sem responsabilidade adequada».

Críticas à actuação da Electricidade de Portugal (EDP) no distrito foram também tecidas pelos autarcas, que disseram não ser a recente reestruturação da empresa «a mais conveniente».

Reclamaram ainda competências no campo urbanístico

que permitam desenvolver o normal curso dos planos municipais.

Os presidentes das Câmaras do distrito da Guarda aprovaram, a este propósito, uma moção em que se solicita ao ministro das Obras Públicas que diligencie no sentido de ser apenas exigido o parecer «com carácter não vinculativo» da Direcção de Planeamento Urbanístico sobre obras e loteamentos.

O parecer sobre planos de loteamento deverá ser da compe-

tência das Câmaras Municipais, exigiram.

Referindo-se aos serviços distritais daquela direcção, afirmaram que o seu responsável não deve «burocratizar demasiado» atribuições, dado que «está a causar graves prejuízos ao desenvolvimento dos concelhos».

Participaram na reunião 11 dos 14 presidentes das Câmaras do distrito da Guarda, estando marcada nova reunião de autarcas em Seia, no dia 22 de Dezembro.

CÂNDIDA BARRACHA

PROCURA-SE (AFLITIVAMENTE)

13 anos, VEGETARIANA, morena, cabelo comprido assaz inteligente.

Pede-se a quem conhecer seu paradeiro o favor de contactar com seus pais.

Telefone 959773



Apresentação do novo romance de Lobo Antunes na "Interlivro"

Lobo Antunes autografará e apresentará o seu último romance «Explicação dos pássaros», no dia 28 de Novembro, pelas 16 horas na Livraria «Interlivro» — rua Pedro Nunes, 9-A, telef. 546304. Estarão também presentes para um debate, João de Melo, Santos Barros e Diniz Machado.

Recorde-se que as anteriores obras de Lobo Antunes constituíram assinalável êxito editorial, e que «Os Cus de Judas» vai ser o primeiro livro português editado nos Estados Unidos pela Random House Inc. de Nova Iorque.



SINDICATO NACIONAL

DOS

TRABALHADORES

DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

MOÇÃO

Considerando a política de agravamento do nível de vida dos Trabalhadores praticada pelo Governo AD-Balsemão, consubstanciada na imposição de um tecto salarial de 15% que não cobre de modo nenhum o aumento do custo de vida, a Direcção Regional de Lisboa do STAL repudia tal política, apoiando activamente a MANIFESTAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, REGIONAL E LOCAL, que se realiza no dia 27 do corrente mês.

Loures, 24 de Novembro de 1981
A DIRECÇÃO REGIONAL DE LISBOA DO
STAL

A BARCA SEM OS CORVOS

Repare-se antes de mais nada na adequação formal do título deste artigo, que é uma beleza! Na verdade, trata-se apenas da continuação do «Who's Who» lisboeta que apareceu em 18 de Julho neste jornal, mas agora consagrado ao sector da nossa sociedade que fala difícil. Pelas razões então apresentadas, ou ainda melhores quando se conhecem os intelectuais de Lisboa, as figuras apresentadas não são propriamente reais, mas são «mais reais do que as reais», se o leitor percebe o que se quer dizer... (de resto, o leitor terá reconhecido logo ali o Paradoxo de Lichnowsky-Podgoretz, culto como é!)



JOSÉ LUÍS MANUEL JOÃO — Actor e encenador. Nasceu em 1945. Está no auge do vanguardismo com as suas notáveis encenações no Teatro Estúdio da Picheleira, que se integram na novíssima linha do «teatro da ausência». Como é o «teatro da ausência»? O público, depois de anunciado o começo do espectáculo, espera que aconteça qualquer coisa. Não acontece. Nada. Os actores não estão lá; luzes e som não há; bombeiro de serviço também não; a mulher da limpeza só às sextas-feiras de manhã. Nada. Ninguém. O público é assim confrontado com a própria impaciência e ignorância, desamparado e cheio de contradições, mediatizando e interiorizando por aí o conflito psicodramaticamente projectado sobre aquele microcosmos social temporário pelas tensões da incerteza e da falta de chefia, no escuro. Trata-se de ver quem se decide primeiro a ir-se embora, sem ter ninguém a quem protestar. Mensagem implícita mas rica. Teatral à beça. Famosas as encenações das peças «Não estive cá hoje» de Renzo Caccagna, «Wilfrieda Trudke diz que sofre por não ter podido vir» de Werner Knauspielhof, e «Casas vazias e silenciosas» de Sven Kubelius, (esta última com a ausência especial de Greta Petersen).

O teatro da ausência permite a J.L.M. J. um «part-time» à hora dos espectáculos, numa boite da estrada da Picheleira. De dia está presente, isso sim, à porta do Galeto a fazer horas para ir mais uma vez tentar sacar um subsídio ali ao lado, a gente sabe onde.



MARIA LUIZINHA DO ESPÍRITO SANTO TEIXEIRA — Socióloga — Acaba de publicar um monumental estudo sobre uma comunidade de agricultores do centro do País. Exaustivas medidas, contagens, e inquéritos, passados a fichas e trabalhadas informaticamente (com a assistência do Dr. Quartelino Assunção, do CEIATPQRL) correlacionando os casos de aparecimento de diarreia juvenil com a frequência das chamadas interurbanas realizadas na região, e outros indicadores semelhantes mas pouco explorados, permitem-lhe avançar certas hipóteses ousadas tais como:

— o enquadramento físico e social tem alguma incidência sobre o comportamento dos indivíduos;

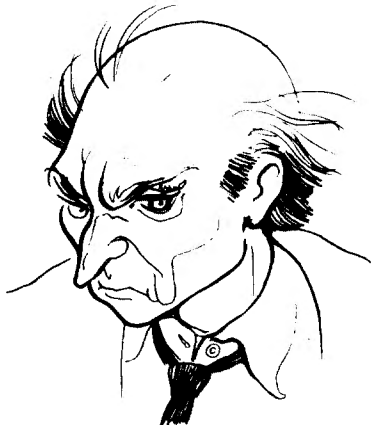
— as relações interclassistas de produção e exploração, estão, talvez, na base de certos conflitos sociais.

Prepara actualmente o seu doutoramento na Universidade de Paris 27me, em Limoges, (na segunda série).

DR. QUARTELINO ASSUNÇÃO — Matemático, especialista em «engenharia de comunicação não-lógica». PhD. em «Non-logical Computer Science» pela Un. de Great Flats, Indiana. Docteur ès-sciences em «Burotique trans-logicielle» pelo I.S.D.E.F.Q.S. de Grenoble, investigador no CEIATPQRL, da J.N.P.M.T.E.L. Nesta última instituição, (em paralelo com as

Introdução crítica aos intelectuais de Lisboa (semiótica e sinalética)

suas funções de programador de 1.^a) persegue actualmente um objectivo formalmente unificado mas estruturalmente subsistêmico, que consiste em codificar num esquema metalógico mas operável num campo (X, x) certas sequências observáveis na vida social corrente, em busca de um software actuador de microsistemas individualmente associáveis de «guidance» behavioural,



com enfoque sobretudo sobre as situações de conflito com os condutores de autocarros em horas de ponta. Tem já um razoável stock de diskettes contendo quase um ano da carreira de Odíveas. O seu logicial para sequências de insultos entre chauffeurs em caso de amolgadela, adaptável a qualquer hardware de pelo menos 18K é já um clássico. Não conseguiu porém ainda um logicial adaptado às discussões parlamentares, que parece estarem, por enquanto, para lá dos limites das técnicas de «engenharia de comunicação não-lógica».



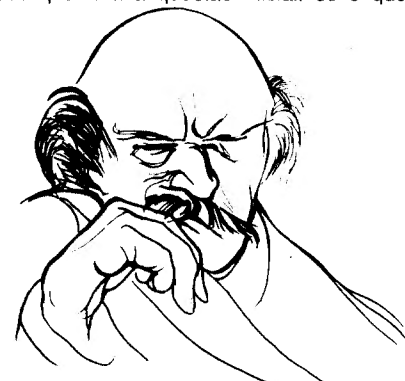
ALBERTO LAZOZINHA — (crítico de arte e ensaísta). Já vai um passo adiante do Movimento Post-Moderno. Visto que o Moderno está já usado, os Revivalismos pifaram e os vivajos dos Habermas e dos Jencks que farejam isto do Post-Moderno já ocuparam tudo, Ladozinha descobriu e anda a lançar o «Contra-Moderno», «Ab-Moderno» ou «Bad-Moderno». É subtil e simples: tudo o que for declaradamente mau, feio, inepto, uma merda total — é o que é bom, sob este inovador prisma. Que além do mais, tem a grande vantagem de ter muito mais material de estudo do que o convencional, porque trampa e mediocridade, em arte, é coisa que abunda por aí.

A.L. procura agora lançar internacionalmente Baixa da Banheira e a Damaia como lugares altos da Arquitectura Ab-Moderna, e contempla fazer alguma coisa pela Televisão («Rui Guedes: — Ab-Moderno Avant-la-lettre»). Diz mal do França, do Gonçalves de Azevedo, do Nelson, do Pernes, de todos. É, ele mesmo, claramente «Ab-Moderno».

GERTRUDIS KRILL STARAPKINE DE SOUSA — Poetisa. Happenings famosos. Poesia conceptual. Hermética, porém. Muito. Ousada. mas tendo ultrapassado há muito qualquer pretensão pequeno-burguesa de épatar o pequeno-burguês. Mas o chefe da esquadra do Rato épatou-se mesmo quando teve que ir lá porque os vizinhos julgavam que era a sério, e era um bom homem, de Alfarelos, à espera da promoção, e a registar as declarações de Gertrudis foi um pratinho, criptico e conceptual à brava, o melhor «conceptual Art» de todos para quem viu, inesquecível! e um que estava dentro, carteirista, a aproveitar a ver se passava por um do grupo e a safar-se, e a Glorís toda de roxo aos gritos na esquadra sintetizando escalas diatónicas com acções gestuais, nunca mais, uma perfeição. Nunca mais. Perfeito!



JUSBERTO MALDONADO AMOREIRA — Filósofo (professor no Externato Primor das Avenidas). Nasceu, fisicamente, em 1929, mas só se apreendeu como essência, ou se conceptualizou formalmente como uma presença existencial por volta de 1947, e isso é que conta, em última análise. Não embarca de todo em modas fáceis como esta agora dos «Nouveaux Philosophes» (e faz bem, caramba!). Trabalha só em investigação fundamental, qualquer coisa de sólido e definitivo e grande, ainda que por vezes algo interrogativo. Nisto, o truque é descobrir um longínquo e obscuro autor, fazer uma exegese cerrada cheia de citações e nótulas, enchendo tanto com erudição que acabe por não se saber quase qual era a questão inicial, se é que a



havia. Jusberto teve quase na mão um destes, na pessoa de Lichnowsky-Podgoretz, que deve ter vivido na Alta Silésia no princípio do séc. XIX, e teria sido um dos precursores menos conhecidos mas mais lúcidos do Post-Kantismo Hunzleriano, segundo Jusberto, se a tal virgula não fosse uma gralha do tradutor francês. Assim, tirou todo o sentido à frase-chave, e ficou apenas uma adaptação local de um opúsculo de Haeckel, que é o que na realidade é! E mauzito, ainda por cima... Mas Jusberto descobriu agora um livro de um espanhol de Saragoça, numa arca deixada pelo avô, na Guarda — e ninguém ouviu ainda falar dele. Ordoñez Perez, chama-se. Dará para fazer um precursor, por exemplo, de Shelling? de Unamuno, pelo menos, com um raio!?



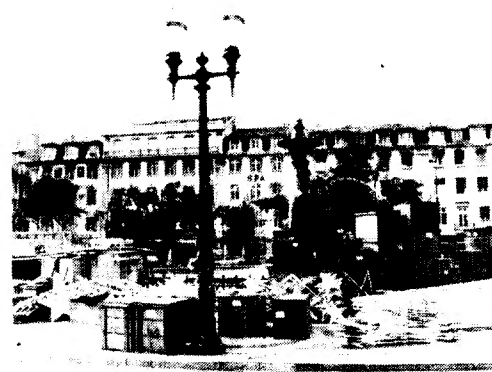
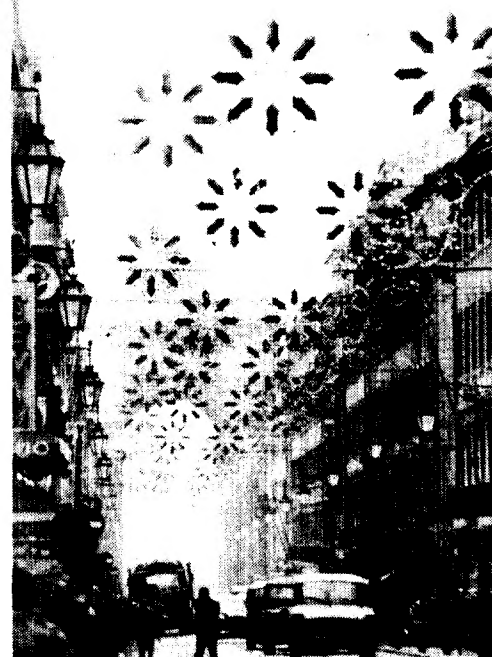
J. de M.S. Pereira de T. (o PEREIRA) — Intelectual, só. Está nas inaugurações. Nos concertos. Nos lançamentos. Nas estreias. Em tudo, sempre. Reservado e profundo, fala por poucas e raras, mas profundas palavras. Diz-se que prepara algo de definitivo sobre o romance português; ou sobre a música medieval, ou sobre a dodecafónica; ou então sobre a cerâmica campaniforme. Ou sobre o «teatro da ausência». Ou uma coisa para acabar de vez com a historiografia de Simmel. Há quem diga que não, que é sobre o cinema das séries B americanas. Mas, como «é todo testa e tem um enorme talento» parece que a sua função real é a de perpetuar um tipo essencial e bem conhecido.

Usa o JL debaixo do braço, com as letras do cabeçalho para fora.

Cachimbo Ropp, de mérisier. Tabaco tipo «holandês».

J. P. Martins Barata

cidade



A austeridade não comoveu o executivo presidido por Abecasis, e as iluminações de Natal aí estão uma vez mais. A tradição, com todo o peso que mantém (ainda) sobre uma parte bastante significativa da sociedade portuguesa, chegou para vencer todos e quaisquer argumentos que porventura se levantassem contra o projecto eléctrico-natalício. As imagens mostram o andamento dos trabalhos: enquanto a Rua Augusta se encontra praticamente enfeitada, no Rossio o «Natal luminoso» ainda estava encaixotado quando o nosso repórter fotográfico passou por lá.



Esta é uma cena típica das manhãs lisboetas e, de alguns anos a esta parte, lugar comum do nosso quotidiano. O leitor já adivinhou, estamos certos: trata-se de um pormenor de uma das muitas bichas para o leite que se formam, a partir do romper do dia, às portas dos estabelecimentos que vendem o branco líquido. Afirmam alguns «entendidos» que a falta de leite é cíclica e que, enquanto se mantiverem as actuais estruturas de produção e comercialização, temos mesmo que ir para as bichas. Será mesmo assim?



«À revelia de Nandin de Carvalho», é a melhor legenda que nos ocorre para esta foto. Avenida da Liberdade acima, estes dois jovens turistas marcham à «conquista» de Lisboa, como a esmagadora maioria dos jovens gosta de o fazer. Em liberdade, sem preconceitos, sem hotéis de cinco estrelas, com os olhos bem abertos para tudo o que os rodeia. Para tudo, enfim, que não faz parte do mundo de Nandin de Carvalho — atrevemo-nos a supor. (Fotos de Rui Pacheco)

de ontem para hoje

“O direito dos jovens à contracepção”

A delegação regional de Lisboa da Associação para o Planeamento da Família realiza amanhã à noite um colóquio sobre “O Direito dos Jovens à Contracepção”. Durante a reunião, segundo foi anunciado, será discutido o parecer emitido pela Procuradoria-Geral da República sobre o acesso dos jovens a consultas de planeamento familiar. O colóquio, que se realiza na Associação Portuguesa de Deficientes, em Lisboa, ao Largo do Rato, será moderado por Nuno Miguel, membro da direcção da Associação. Participando, entre outros, o psiquiatra Daniel Sampaio, os ginecologistas Maria Araújo, da Direcção-Geral de Saúde, Maria Idália Correia, João Dória, e a jurista Leonor Beleza.

No período do Natal: mais comboios para emigrantes



Os Caminhos-de-Ferro Portugueses segundo foi ontem anunciado irão colocar à disposição dos emigrantes durante o período do Natal dezasseis comboios especiais e 66 comboios regulares reforçados entre Lisboa, Porto e Lrun e regresso. «Operação Emigrante» ocorrerá de Lrun para o Porto e Lisboa a partir do próximo sábado e até 31 de Dezembro, circulando nesse período quinze comboios especiais. Para além destas composições serão reforçados 37 comboios regulares. No regresso de 1 a 26 de Janeiro, de Lisboa e Porto para Lrun, circularão dois comboios especiais e 29 regulares reforçados.

Vitor Romano: dirigente do PRP julgado em Famalicão

Prosseguiu, esta manhã, no Tribunal de Famalicão, o julgamento de Vitor dos Santos Romano, dirigente do PRP, acusado de co-autoria moral nos assaltos a estabelecimentos bancários de S. Mamede de Infesta e Riba D'Ave, em 1977. A audiência de ontem, marcada pela ausência de Vitor Romano, por motivo de doença, foi totalmente preenchida pelo depoimento de Dinis Lucas, (conhecido pela sua convivência com a Polícia) que apontou o réu como coordenador do sector clandestino da organização a nível nacional. É aguardado com certa expectativa o depoimento de Isabel do Carmo que deverá ser chamada a depor, juntamente com José Guedes Mendes.

Nordeste Transmontano: duas cooperativas em «situação económica difícil»

As duas maiores cooperativas agrícolas do Nordeste transmontano (Macedo de Cavaleiros e Mesão Frio) foram ontem declaradas em situação economicamente difícil pela Presidência do Conselho de Ministros. A decisão da Presidência do Conselho de Ministros, acrescentou

uma fonte oficiosa, citada pela ANOP — foi tomada em virtude do elevado défice das cooperativas, o qual ascende a duzentos mil contos.

Telhado destruído: incêndio num prédio do Bairro Alto

Um incêndio que, cerca das 23 horas de ontem irrompeu no quarto andar de um prédio situado na Rua da Rosa (Bairro Alto) foi dominado pelos bombeiros antes da meia-noite. Muito embora tenham conseguido evitar que as chamas se propagassem aos restantes pisos do edifício, os bombeiros não puderam impedir a destruição do telhado do prédio. Não se registaram desastres pessoais e as suas causas do sinistro estão ainda por descobrir, embora se admita a hipótese de um curto-circuito.

Furo em Alcoutim: água jorrou em grande quantidade

Água em grande quantidade irrompeu ontem de um furo que está a ser executado na zona de São Bartolomeu, concelho de Alcoutim, pela Comissão de Saneamento Básico do Algarve. Um responsável por esta Comissão disse que a concretizarem-se as boas perspectivas que agora se abrem, o furo virá reforçar o abastecimento a Vila Real de Santo António e Monte Gordo, bem como minorar as carências em Castro Marim. Após este trabalho a sonda perfuradora, com características que permitem a penetração em camadas geológicas duras, irá executar furos noutras zonas da região carenciadas de água.

Ordem dos Advogados: andamento mais rápido para processos cíveis



Um andamento mais rápido para os processos cíveis, que vão desde os divórcios, heranças e incluem tudo o que tem a ver com questões patrimoniais, irá ser discutido na próxima sexta-feira na Ordem dos Advogados. A discussão vai centrar-se na reforma do Código do Processo Civil, que regula o andamento dos processos deste tipo, e que, segundo os projectos actualmente existentes, deverá ser consideravelmente simplificado. As reformas previstas poderão também contribuir para atenuar consideravelmente o empilhar de processos que se verifica em muitos tribunais — afirmaram ontem fontes judiciais.

Quem protege os nossos inventores?

Associação Portuguesa de Criatividade reclama medidas urgentes de protecção

Os inventores portugueses reclamam a criação urgente de um organismo voltado para a protecção, desenvolvimento e industrialização dos inventos.

Os mais altos galardões, além de várias medalhas de ouro, prata, cobre e menções honrosas, foram já conquistados pelos portugueses com trabalhos expostos nos salões de Nuremberga, Bruxelas e Genebra — afirmaram fontes da Associação Portuguesa de Criatividade.

Contudo, muitos dos inventores começam por não ter recursos financeiros que lhes permitam requerer a patente e proteger assim os seus direitos no estrangeiro.

Uma patente válida para Portugal pode custar mais de dez mil escudos quando requisitada através de um agente de marcas e patentes, embora fique menos onerosa quando o inventor saiba transpor as dificuldades de um registo directo.

O registo da patente diverge de país para país mas na generalidade eleva-se a várias dezenas de milhares de escudos.

Contudo, esse reconhecimento internacional não tem sido suficiente para a comercialização de grande parte dos seus inventos.

Muitas vezes o invento de portugueses surge noutros países como «invenção» local.

O inventor português encontra-se assim perante grandes dificuldades na industrialização e comercialização do produto da sua criação.

Para os países da Comunidade Económica Europeia, existe um organismo estatal de protecção à criatividade nas participações nacionais e no estrangeiro.

Um emigrante português no Brasil foi até hoje o único inventor que obteve no Salão de Genebra de 1980 o prémio especial atribuído pela Organização

Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

Este invento, que obteve igualmente uma medalha de prata do júri do salão, consiste num sistema de construção civil à base de blocos de betão, que encaixam uns nos outros como peças da «Lego».

O inventor vendeu já a patente registada em mais de 100 países, a empresas argentinas, e uruguais, estando em negociações com a África do Sul, Nigéria, Paraguai, Peru e Venezuela.

As Nações Unidas reconheceram o mérito de inovação ao concederem a medalha de ouro da Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

Entretanto, a Associação Portuguesa de Criatividade seleccionou já 14 inventos para esta-rem mais uma vez presentes nos salões de invenções de Genebra (de 26 de Novembro a 5 de Dezembro) e de Bruxelas (de 5 a 13 de Dezembro).

A Associação Portuguesa de Criatividade que em 1976, sucedeu à Associação Portuguesa de Inventores, fundada em 1970, não dispõe de verbas.

A APC, presentemente com cerca de 200 associados, conta com um centro que reúne inventos e promove actividades e de um centro de inovação para deficientes bem como um centro de criatividade para jovens até 25 anos.

A Associação publica a revista «Inventiva» recebe subsídios da Junta Nacional de Investigação Científica, do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e do Laboratório Nacional de Energia e Tecnologia Industrial com o qual tem um acordo de cooperação que lhe permite adquirir algum equipamento para a oficina mecânica e para os laboratórios de electrónica e fotografia que existem na sede e custeia a presença portuguesa nos salões.

Após 14 anos de ausência

Portugal eleito para o comité executivo da Propriedade Intelectual

A delegação portuguesa às reuniões dos órgãos directivos da Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI), foi eleita membro do Comité Executivo da União de Paris para a Protecção da Propriedade Industrial.

A reunião da direcção da OMPI, que terminou ontem, decorreu sob a presidência do director do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), José Mota Maia.

A Convenção de Paris, da qual

Portugal faz parte desde 1883, é considerada o principal instrumento internacional de legislação sobre a protecção da propriedade industrial, constituindo como documento, a base jurídica das legislações nacionais na matéria.

A incidência das disposições desta convenção internacional no trabalho de desenvolvimento económico dos países, é bem patente nas complexas discussões e negociações entabuladas no decorrer das reuniões para a re-

visão deste documento.

O Comité Executivo da União de Paris, para o qual Portugal acabou de ser eleito, é o principal órgão desta união internacional, cabendo-lhe as tarefas de preparação da assembleia geral, de emissão de pareceres sobre programas e orçamentos anuais e da adopção de medidas úteis à execução do programa da união.

Para Portugal, esta eleição, efectuada após uma semana de intensas negociações com delegações de outros países mem-

bro, tem um significado particular. Há 14 anos que Portugal não fazia parte de qualquer comité executivo da OMPI.

Para os anos de 1982 e 1983, foram eleitos para o Comité, além de Portugal, a Áustria, os Estados Unidos, Itália, Japão, Reino Unido, Alemanha Federal e Suíça, tendo este último país sido eleito automaticamente, devido ao facto de a sede da organização se encontrar em Genebra.

Médicos do Norte criticam política de Saúde do Governo

O actual Governo está a marginalizar a Ordem dos Médicos na execução da sua política de Saúde — acusa o Conselho Regional do Norte daquela associação profissional, num comunicado emitido ontem no Porto.

Concretamente, o texto da Ordem protesta «contra os contactos estabelecidos à sua revelia entre a administração distrital dos Serviços de Saúde de Bra-

gança e médicos daquele distrito». Tais medidas do Executivo visam a integração dos médicos nos centros de Saúde, «dentro de uma política de extinção dos Serviços Médico-Sociais», segundo o comunicado.

O Conselho Regional diz que «lamentam, uma vez mais, que o Governo procure definir e concretizar um Serviço de Saúde contra os médicos e utentes,

através de uma política divisionista que uma classe digna e consciente saberá repudiar», e alerta todos os médicos para «o perigo que decorre da concretização de negociações a título individual ou local, tão do interesse, do poder político, para a salvaguarda dos seus legítimos interesses e aspirações».

Para o Conselho Regional, as negociações «devem ser feitas

exclusivamente através dos seus legítimos representantes, os órgãos directivos da Ordem dos Médicos», segundo o texto.

Diz este ainda que «só após conhecimento e discussão de regulamentação dos Serviços de Saúde, a qualquer nível, poderão os médicos consciente e esclarecidamente optar pelas perspectivas de carreiras que se lhes pöem».

TEPCLIMA, S.C.R.L.

COM VISTA AO ALARGAMENTO DO SEU QUADRO TÉCNICO EM PORTUGAL E NO ESTRANGEIRO NECES-SITA DE:

- ENGENHEIROS
- ENGENHEIROS TÉCNICOS
- TÉCNICOS DE ENGENHARIA

PARA TRABALHAR NAS SEGUIN-TES ÁREAS:

- REFRIGERAÇÃO
- AR CONDICIONADO

RESPOSTA POR ESCRITO INDICANDO «CURRICULUM VITAE» DETALHADO À RUA ARCO DO CARVALHÃO, 235 C — LISBOA



PRISMA
VIAGENS E TURISMO, LDA.

13 a 19/11 — PARIS

BATIMAT — 13.º SALÃO INTERNACIONAL DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS.
INTERCLIMA — 7.º SALÃO INTERNACIONAL DE AQUECIMENTO, REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO.
ESC. 21.700\$00 (Estadia 4 noites).

22 a 25/11 — MILÃO

FEIRA INTERNACIONAL DE BICICLETAS E MOTORIZADAS.
ESC. 26.580\$00.

23 a 27/11 — BRUXELAS

PROPACK — SALÃO INTERNACIONAL DE EMBALAGENS BRUXELAS.
ESC. 21.980\$00.

9 a 13/12 — PARIS

MANUTENÇÃO — 18.º SALÃO INTERNACIONAL.
ESC. 22.400\$00.

FIM DE ANO 81/82. 14 SUGESTÕES AO SEU DISPOR:
BRASIL — PARIS — GENEVE — MADEIRA — ANDORRA — BARCELONA — BENIDORM — TORREMOLINOS — TÂNGER — ALGARVE — SERRA DA ESTRELA E MINHO. CONSULTE O N.º PROGRAMA.

Rua Ivens, 10 - 1200 LISBOA
Telefones 36 11 77 - 35 45 16 - 37 27 59 - 36 45 25
UMA NOVA FORMA DE VER O MUNDO

O assalto à Embaixada de Espanha

Coronel Aparício "volta" à PSP para falar do Ralis

● *Otelo também irá depor*

O tenente-coronel José Aparício irá estar presente em Santa Clara como declarante no processo relacionado com o assalto à Chancelaria e à Embaixada de Espanha, na noite de 26 de Fevereiro de 1975. A decisão partiu dos juizes do 1.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa (1.º TMT), pela voz do juiz-auditor, Arménio Ferreira, que decidiram convocar o tenente-coronel Aparício, na qualidade, à altura, de comandante da PSP de Lisboa, cargo de que foi afastado, em 1980, pelo então Primeiro-Ministro, Sá Carneiro, na sequência de uma entrevista concedida ao semanário «Tal & Qual» por uma mulher-polícia pertencente à sua guarda pessoal. Por suposto envolvimento no referido processo foi também afastado o comandante-geral da PSP, general Lopes Alves, hoje vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Que receberia como substituto o actual número um da Polícia de Segurança Pública, brigadeiro Almeida Bruno.

Mas Arménio Ferreira diria ainda que, para além do tenente-coronel Aparício, também o coronel Carlos Fábão e o major Otelo Saraiva de Carvalho, respectivamente (à data dos acontecimentos), chefe do Estado-Maior do Exército e comandante do COPCON, poderiam ser coagidos a comparecer no salão de Santa Clara se para tanto o Tribunal achar conveniente a sua presença com vista «a um melhor apuramento da verdade».

Outra foi a decisão relativamente ao general Costa Gomes, o qual, dada a sua patente, poderá ser convocado, mas para prestar esclarecimentos por escrito e com um prazo de oito dias.

A «fita do tempo» de Vargas Cardoso

Como dado polémico na sessão de ontem encontra-se, em nossa opinião, o depoimento trazido pelo então alferes (e

agora engenheiro) Brites dos Santos, adjunto do oficial de serviço no COPCON, major Vargas Cardoso. Brites dos Santos desmontou a versão apresentada por Vargas Cardoso (oficial controverso já contestado por Otelo), demonstrando que a «fita do tempo» (relatório das actividades da unidade) constante no libelo acusatório não era a original, sendo toda ela uma cópia forjada com o objectivo (ao que parece) de incriminar o Ralis pela sua não intervenção, primeiro na Avenida da Liberdade e depois na Praça de Espanha. Aliás, no extracto que lhe pertencia Brites dos Santos não reconheceu a sua letra.

Mas outro ponto significativo do que está em causa no processo, neste momento em julgamento, foi uma das intervenções do juiz-auditor Arménio Ferreira ao comentar umas das afirmações do alferes Brites dos Santos, sobre o COPCON ter pedido por favor ao Ralis para intervir, se possível nos incidentes.

«Estava-se numa altura — ironizou Arménio Ferreira, perante o sorriso complacente do juiz — presidente Ismael Ferreira — em que se podia por favor aos militares para sair».

Brites dos Santos responderia que não era propriamente um «pedir por favor», mas tão-somente uma forma de demarcar campos de acção, uma vez que à data as intervenções de «ordem pública» se encontravam demarcadas ao AMI. (tropas para-quedistas, Regimento de Comandos da Amadora e Regimento de Queluz) e PSP. Uma PSP que, pela voz de alguns dos seus elementos presentes junto às duas representações diplomáticas de Espanha, teriam afirmado que eles (policiais) «não tinham nada que se meter em assados» pois essa função competia «àqueles que tinham feito o 25 de Abril». O julgamento prossegue amanhã a partir das 10 horas.

Manuel Geraldo



Tenente-coronel José Aparício: responder em Santa Clara sobre a passividade da PSP durante os incidentes da madrugada de 27 de Setembro de 1975

no governo civil

Granada defensiva no Senhor Roubado

Um agente da PSP encontrou uma granada defensiva no lugar do Senhor Roubado, em Odivelas. Por outro lado, elementos da Secção de Minas e Armadilhas daquela corporação continuaram a desenvolver grande actividade para acorrer a falsos alarmes, motivados por telefonemas anónimos, que indicavam a existência de engenhos explosivos no Tribunal da Boa Hora, Supermercado Modelos, na Avenida Infante Santo, e Escola Josefa de Obidos.

● Um menor foi surpreendido na Feira da Ladrão, ao Campo de Santa Clara, quando procurava vender várias ferramentas e um radiogravador, artigos que as autoridades suspeitam ter sido roubados.

● Desconhecidos furtaram do interior de uma viatura que se encontrava estacionada no lugar de Santo Estêvão (Salvaterra de

Magos), uma espingarda de dois canos, calibre 12 mm, com o respectivo estojo, e que o seu proprietário atribui o valor de 51 500 escudos.

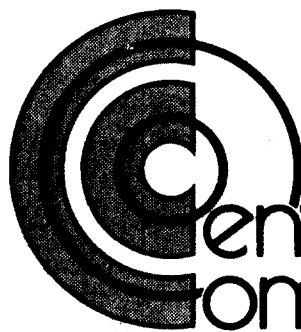
● Um jovem foi detido na Rua do Carmo por ter em seu poder 3,90 gramas de haxixe, droga que declarou ter adquirido no Largo Dr. António Sousa de Macedo, por quinhentos escudos, a um indivíduo cuja identidade disse desconhecer.

● Uma senhora foi abordada na Rua do Mirante por um indivíduo que, num golpe rápido e preciso, lhe roubou um fio de ouro do pescoço. A lesada atribui ao fio o valor de sessenta contos.

● Na Secção de Perdidos e Achados da PSP (Rua Capelo) encontram-se depositados documentos e carteiras em nome de: Adelina Marques Coelho; Alzira Natividade Ferreira; Higinio Lopes Pereira Duarte; João

da Silva Moreira; José Barata; Lindis Lilledrange; Maria Beatriz Matos Serrão; Sara Cardoso Gil; Dahmen Alfons; Maria Antónia Bento Ribeiro; Aurora Rodrigues Castro; William Cannon; António Alves Bojuca; Bernardino Sena Fernandes; João Francisco Leite; José Pereira Dias Peixoto; José Manuel Cunha; Luciano Antunes; Maria Rosinda Farinha; Astrid Kampel; José António Vieito; Maria José Marques Barão; Maria Helena Conceição Pires; Maria Adosinda Santos Dias.

● No mesmo local poderão ainda ser reivindicados os seguintes objectos: um alfinete de fantasia; um sobretudo de rapaz; um isqueiro; uma pasta com discos; um saco com calças; envelopes da Quimigal; argolas com chaves; um porta-chaves; um porta-moedas; e várias pastas e malas.



Centro
Comercial

Pão de Açúcar

VENDA NOVA • AMADORA

23 LOJAS + 1 HIPERMERCADO

COM NOVAS SECÇÕES
GARDEN CENTER • BRICO CENTER
EXPRESSO BAR

ABERTO TODOS OS DIAS
ATÉ ÀS 22 HORAS (EM DEZEMBRO ATÉ ÀS 24 HORAS)

...E TAMBÉM
AOS DOMINGOS

Hipermercado • Geladaria/Doçaria • Lavandaria/Limpeza a seco • Artigos de desporto • Brinquedos técnicos e didácticos • Electrodomésticos • Boutique de senhora • Peles, Carteiras e Malas • Sapataria • Produtos dietéticos e afins • Trabalhos • Ourivesaria/Relojoaria • Prendas • Perfumaria/Bijouteria • Tabacaria • Estúdio de fotografia • Óptica • Boutique de homem • Boutique de bebé e pré-mamã • Quadros e Decorações



Centro
Comercial

Pão de Açúcar
VENDA NOVA • AMADORA

F.N.A.C. — FABRICA
NACIONAL DE AR
CONDICIONADO, U.C.R.L.

COM VISTA AO ALARGAMENTO DO
SEU QUADRO TÉCNICO NECESSITA
DE:

- ★ ENGENHEIROS
- ★ ENGENHEIROS TÉCNICOS
- ★ TÉCNICOS DE ENGENHARIA

PARA TRABALHAR NAS SEGUINTE
ÁREAS:

- INVESTIGAÇÃO
- PLANEAMENTO
- CONTROLO DE QUALIDADE

RESPOSTA POR ESCRITO INDICANDO
«CURRICULUM VITAE» DETALHADO À
ESTRADA DE OUTOURELA, LOTES 20 e 21
(DEFRONTA ÀS INSTALAÇÕES DA PHILIPS)
EM CARNAXIDE OU APARTADO 2838

entrevista



“Política seguida para o ensino — afirma Graça Fernandes, vice-presi

«A escola desvalorizou-se porque não encontrou as respostas adequadas» afirma em entrevista ao D.L. a vice-presidente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Graça Fernandes.

Esta conclusão, cuja justeza se confirma dia a dia, baseia-se não só na experiência de dirigente sindical — Graça Fernandes integra desde 1977 os corpos gerentes do SPGL — mas na sua própria experiência de professora do ensino secundário, de membro de antigas comissões para reformular currículos e programas e de colaboradora, no âmbito dos ministérios das Obras Públicas e da Educação, em estudos sobre construção e equipamentos escolares. Participou também no lançamento de algumas experiências pedagógicas.

É nesta escola em contínua desvalorização que se estão a «formar» as gerações que não só deverão assegurar a sobrevivência interna do país mas também deverão conquistar para ele um lugar no mundo.

Não será pois inútil debruçar-nos sobre esta panorâmica, assente em três das questões que mais preocupam actualmente os professores portugueses: instalações, insucesso escolar e formação de professores. A conversa começou exactamente pela evocação de afirmações do ministro Vítor Crespo, na tomada de posse de quadros superiores do seu ministério, em que sobrevalorizou a formação dos professores relativamente à qualidade das instalações escolares.

Graça Fernandes — Ainda não há muito tempo, o senhor ministro subestimou as instalações, valorizando a formação dos professores. Eu concordo com essa posição mas neste sentido: o papel do professor é, de facto, mais importante do que a estrutura física da escola mas só se sente a partir de certo limiar. Se as condições de vida na escola não o atingem podem tornar totalmente ineficaz a acção do professor, por mais devotado que este seja ao ensino.

Diário de Lisboa — Do que tem chegado ao conhecimento do público através de denúncias feitas por comissões de pais e encarregados de educação, autarquias locais, entre outras entidades, parece que essa é a situação infelizmente mais comum nas escolas portuguesas... pelo menos, as dos grandes centros urbanos e respectivas zonas periféricas... Pode caracterizar as formas de insuficiência das instalações?

G.F. — As instalações são o quadro institucional em que se desenvolve a vida dos professores e dos alunos. Aí temos grandes problemas, que não são fáceis de caracterizar devido à sua diversidade. Aquilo que se passa num grau de ensino não pode ser transferido para outro. E o que se passa num grande centro urbano como Lisboa, no que toca a instalações, é muito diferente do que se passa noutras regiões, sendo, porém, constante a desadaptação das instalações às necessidades. O primeiro problema que se verifica em Lisboa e na sua cintura é a exiguidade do parque de instalações em relação aos respectivos utentes. Como consequência acumulam-se nas escolas quantidades incompatíveis de alunos. Uma escola projectada para 900 alunos tem mui-

tas vezes mais de 3000. Isto significa na prática: impossibilidade de convívio, de relação, perda da dimensão humana no estabelecimento de ensino. Em cada turma, há maior número de alunos do que aqueles que o professor pode conhecer, com quem pode estabelecer laços pessoais de convivência e, pior ainda, impossibilitando uma aprendizagem individualizada.

660 trabalhos por semana

«Partamos do princípio de que o professor dos ensinos preparatório e secundário tem por semana 11 turmas e de que cada turma tem 30 alunos. Isto significa que se o aluno fizer 2 trabalhos por semana, o professor tem 660 trabalhos para apreciar.

Tem, além disso, 330 caras e 330 pessoas para conhecer. 330 nomes para decorar. Disto resulta que o ensino se despersonaliza inexoravelmente. Nos corredores, há centenas de alunos que, para se ouvirem, têm de gritar, que transportam consigo os seus sacos, os seus livros, em suma, todo o seu material porque a insuficiência de instalações não permite que se atribua uma sala a cada turma e, portanto, os alunos têm que se mudar constantemente. São milhares de alunos a utilizarem

as instalações sanitárias dimensionadas para algumas centenas, instalações onde não há papel higiénico, sabonete, toalha, por falta de verba, e onde as condições higiénicas, findas as primeiras 2 horas do dia, desapareceram por completo. São milhares de alunos a utilizar o pequeno bar muitas vezes improvisado para comprar a sanduiche ou o bolo nos escasos dez minutos dos intervalos.

E não se pense que eles utilizam o bar por guloseima. As aulas começam às 8 e 30 (ou mais cedo), muitos deles têm que se levantar duas horas antes e, a meio da manhã, precisam de se alimentar.»

Ambiente hostil e falta de segurança

«Quanto a espaços de convívio, não existem: até os próprios pátios estão ocupados pela Educação Física ou por pavilhões prefabricados para alojar mais turmas. O ambiente é agressivo, hostil, favorecendo as medidas autoritárias tendentes a resolver o problema da disciplina que se torna, portanto, central. Esta é a situação genérica dos grandes centros urbanos e suas periferias, onde é dominante a superlotação das escolas.

Desde que haja paredes, vidros, portas e carteiras, já uma grande parte das pessoas se contenta, dado que também existem escolas onde não há vidros, onde chove, onde há buracos nas paredes, onde as portas não se fecham, os acessos são caminhos de lama, etc...

D.L. — Julho que uma forma de «encaixar» o crescente número de alunos nas escolas existentes, foi a elaboração (forçada) de horários demasiado extensos...

G.F. — Grande parte das escolas preparatórias e secundárias funciona ininterruptamente durante 15/16 horas por dia em três turnos — manhã, tarde, noite — o que contribui para a contínua degradação das instalações e da qualidade do ensino. No que respeita ao ensino primário os problemas são análogos, ou mais graves ainda. O regime de horário normal é insuficiente, não assegurando uma escolarização adequada. Ora, a maior parte das escolas funciona no chamado horário de regime duplo e, em Lisboa, e seus arredores, funcionam a quase totalidade dos regimes triplos, havendo até regimes quádruplos (a mesma sala de aula é utilizada por quatro turnos de alunos). Acresce que há escolas a fun-



Graça Fernandes: «Os responsáveis não querem ver o que se passa nas escolas, não enfrentam as suas situações e consideram as denúncias como ataques pessoais. Enquanto tal atitude persistir tudo irá mal nas nossas escolas»

cionar em condições obsoletas e degradadas, não dispondo de um mínimo de condições de conforto e habitabilidade. Sabemos de autarquias que se têm preocupado com estes problemas mas a não aplicação da Lei das Finanças Locais impede-as de agir com mais eficácia.

D.L. — Ligados à questão das instalações, haverá outros problemas como os da segurança dessas instalações, uma vez que os assaltos às escolas se tornaram uma constante.

G.F. — As escolas são, de facto, repetidamente assaltadas, desaparecendo equipamento escolar e sendo parte dele destruído, o que vem degradar ainda mais as condições de trabalho...

D.L. — Poder-se-á falar de assalto organizado?

G.F. — Há indícios de que os assaltos são sistematicamente organizados porque são repetidamente dirigidos aos locais de eventual interesse para os assaltantes. Há neste momento uma total incúria por parte do governo que não dota as escolas de elementos de segurança, os quais, em alguns casos, se resumem a uma rede mais alta, ou um portão mais forte. Pode-se imaginar os problemas dos professores, alunos e outros trabalhadores das escolas que são repetidamente assaltados. E, muitas vezes, professores e alunos são agredidos

por marginais quer dentro das escolas quer nos seus acessos.

Pessoal de apoio: faltam mais de 8000

D.L. — Falou dos «outros trabalhadores das escolas». Julho que está a referir-se ao pessoal de apoio, algumas vezes esquecido mas que presume tem uma função importantíssima sobre tudo em instalações caóticas ou a caminho do caos, como vem descrevendo. Que se passa com esse pessoal?

G.F. — O pessoal de apoio é em número insuficiente para assegurar o mínimo de condições de habitabilidade das instalações. Isto é constante desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Superior. Por exemplo, estão a ser criados jardins de infância. Coloca-se o educador mas não se atribui qualquer pessoal de apoio. Quanto ao ensino primário, só a partir da atribuição de três professores a escola tem direito (teórico) a um trabalhador para apoio. Tendo apenas em conta os lugares de quadro (dimensionados de modo insuficiente) faltam mais de 8000 trabalhadores de apoio nos estabelecimentos de ensino, a nível nacional. Só nas escolas primárias e jardins de infância faltam 26 000 trabalhadores; nas preparatórias, quase 3000 e nas secundárias mais de 2500. Se atendermos a que este pessoal presta serviços básicos à popu-

lação escolar (limpeza, vigilância nos pátios, funcionamento dos bares e cantinas) podemos imaginar as consequências da sua falta. Por exemplo, muitas cantinas não estão a funcionar, criando-se aqui situações extremamente chocantes. O material, que custou milhares de contos, fica totalmente inutilizado por não se gastarem umas poucas centenas de contos em pessoal. Há várias escolas que deram prazos ao Ministério da Educação e Universidades para lhes atribuir pessoal, de contrário vão ter de fechar. São em geral frequentadas por alunos residentes em zonas afastadas que são obrigados por horário a comer na escola. Por outro lado, e pelo que tenho visto, as cantinas abandonadas tornam-se objecto de assaltos e destruição. E o que se passa com grande quantidade de cantinas que neste momento não funcionam.

Mais se poderia dizer ainda, nomeadamente sobre o tipo de construção adoptado, o projecto das escolas, a sua implantação, as verbas para funcionamento, etc. mas, por aquilo que foi dito penso que se demonstra o que se afirmou inicialmente: as condições na generalidade das escolas são forte e negativamente condicionantes do trabalho de alunos e professores e vão contribuir inexoravelmente para o segundo problema que gostaria de abordar: o insucesso escolar.

JAE

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS REGIONAIS DE ESTRADAS DE LISBOA

CONCURSO PÚBLICO PARA A ARREMATIAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO LANÇO: "E.M.624 CONSTRUÇÃO DO TROÇO ENTRE p.p.247 DO PROJECTO VILAR (E.N. 115) E OUTEIRO DA CABEÇA (E.N.8) (EXT. 1 163,5m) E DUMA PASSAGEM SUPERIOR AO C.F. DO OESTE, SITUADA AO KM.78,4 DESTA LINHA":

BASE DE LICITAÇÃO:

12 778 930\$00

CAUÇÃO PROVISÓRIA:

319 473\$50

ALVARÁS EXIGIDOS: IV Categoria e 1a. Subcategoria e III Categoria - 2a. Subcategoria - nas classes correspondentes ao valor da proposta, tal como definidas no nº 1 e 2 do Artigo 19 do Decreto Lei nº 310/80, de 19 de Agosto:

LOCAL, DIA E HORA LIMITE PARA A ENTREGA DAS PROPOSTAS: - DSREL, 12H de 17 de Dezembro de 1981.

LOCAL, DIA E HORA DO ACTO PÚBLICO DO CONCURSO: R. Luciano Cordeiro, 77 - Lisboa às 15 horas de 18.12.81.

LOCAL E HORÁRIO PARA EXAME DO PROCESSO: R. Luciano Cordeiro, 77-49 dentro das horas de expediente.

Lisboa, 15 de Outubro de 1981

PELO ENGENHEIRO DIRECTOR DOS SERVIÇOS

a) João Júlio de Sousa Araújo

GRANDIOSOS DESCONTOS no ANIVERSÁRIO



da MARUSCULA

Mobiliás Império, Séc. XVII, Luis XVI e Modernas,
Estantes, Maples e Sofás-camas em todos os modelos em pele
Papel de parede, Alcatifas

NÃO DEIXE DE VER OS NOSSOS SOFÁS-CAMAS EM PELE TIPO FRANCÊS
* CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EMIGRANTES

SEDE: Praça Paiva Couceiro, 1-1100 Lisboa SAIÃO DE EXPOSIÇÃO: Rua Neves Ferreira, 4-A
Telefone 846839 Telefone 824840



NÃO FUME EM RECINTOS FECHADOS



é de remendo e sobretudo ocultação da realidade” lente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa

D.L. — Antes porém gostava que depois de se referir detalhadamente as condições de vida nas escolas urbanas, referisse ao menos sucintamente às condições das escolas do meio rural.

G.F. — Nas zonas rurais e ainda em relação ao ensino primário, há que salientar as situações de grande isolamento e desconforto que tornam verdadeiramente heróico o trabalho do professor e dos alunos. No que respeita aos ensinos preparatório e secundário, a questão que assume maior importância é a das grandes distâncias entre as escolas e as residências, agravada pela insuficiência dos transportes e desconexão de horários que obrigam alunos e professores a demoradas e cansativas deslocações.

Insucesso escolar: uma questão a solucionar urgentemente

D.L. — Relativamente ao insucesso escolar, as condições proporcionadas pelas instalações, que atrás expôs, parecem ser bastante responsáveis pelo não aproveitamento dos alunos. Que outros factores poderão contribuir para a pesada percentagem de reprovações que se verifica entre a população escolar portuguesa?

G.F. — Por insucesso escolar entendo não apenas o problema das reprovações — problema cuja dimensão é alarmante — mas também o problema do abandono da escola e, finalmente, o da desadequação da formação escolar às necessidades do mundo do trabalho. Este conjunto faz que neste momento a escola seja um local de insucesso visto que não dá à criança e ao jovem o que ele necessita como jovem ou criança e, mais tarde, como adulto. A prova disso está no número de reprovações. Basta passar por um estabelecimento de ensino secundário na altura dos exames e observar as pautas para se concluir que algo está errado no sistema visto que a escola parece existir para reprovar e não para aprovar. Porquê? O que está mal? E preciso estudar urgentemente esta questão. Quem reprova? Porque se reprova? Há múltiplos factores a analisar e múltiplas correlações a estabelecer. Reprova-se mais numa disciplina, ou numas disciplinas do que em outras? E os programas, qual o seu papel? E os métodos? E os professores, os horários, a dimensão da turma, a dimensão da escola? Quantas vezes se reprova e como ligar essas reprovações à normalidade ou anormalidade do ano escolar? Isto é, se o insucesso tem a ver com o número de aulas que realmente foram dadas no ano escolar. Os professores são obrigados a registar o número de aulas previstas, dadas e assistidas, por disciplina. E para que servem tais dados? Alguém procura compensar os alunos que, em virtude do sistema, tiveram um terço ou metade das aulas previstas? Que reflexos terá no desenvolvimento da sua escolaridade esse facto?

O Ministério da Educação, que despreza o desaproveitamento humano e económico traduzido em cada reprovação, não está minimamente capacitado para cumprir a missão que lhe cabe, independentemente das palavras, dos discursos proferidos pelos seus responsáveis. Não há qualquer estudo feito nesse sentido e esse seria o primeiro passo para se analisar o problema. Uma coisa eu garanto: os professores não gostam de reprovar e são levados a fazê-lo.

D.L. — Relativamente ao abandono da escola por parte da população escolar, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa já várias vezes bateu nessa tecla mas o Ministério manifesta a convicção de que a população estabilizou. Que se passa?

G.F. — O Ministério diz que estabilizou porque infelizmente optou por uma política de contracção do desenvolvimento da educação, a qual incide nas famílias de mais fracos recursos económicos. Se a escolaridade obrigatória (de 6 anos) ainda não está cumprida, falar de estabilização não só significa renunciar à expansão (indispensável num país com a mais baixa taxa de escolarização da Europa) mas também aceitar uma situação de discriminação, indigna de um estado democrático cujo primeiro dever, neste capítulo, é assegurar a igualdade de oportunidades a todos. O Ministério ignora a questão sem proceder aos estudos que nos digam quantos alunos abandonam a escola sem terminarem o ciclo de estudos em que se matricularam. Porque abandonaram o ensino? Quantos não terminam o Preparatório? Quantos não terminam o Secundário? Em que anos se dão predominantemente os abandonos? Quais as causas desses abandonos? Porque se expande tão limitadamente o sistema escolar? Relativamente à desadaptação da escola, o problema central radica na ligação do tipo de formação conferida às necessidades daqueles que a frequentam, entendidas não apenas como necessidades individuais, mas como necessidades sociais. Dizem os responsáveis que são necessários quadros intermédios. A escola forma esses quadros intermédios? Dizem que são precisos quadros altamente especializados. A escola cumpre o seu papel? A verdade é que o jovem sente que o diploma lhe é de todo inútil, nem sequer lhe conferindo o prestígio social que há uns anos dava. A escola desvalorizou-se porque não encontrou as respostas adequadas.

Formação de professores: chamar jovens ao magistério infantil

«Quanto à formação dos professores a primeira questão que julgo de referir respeita às diferentes necessidades de cada nível da escolaridade em docentes qualificados, necessidades que são muito diversas».

— Que medidas em seu entender deveriam ser tomadas para corrigir essa situação?

— Sendo a situação diversificada, terão de ser também diversificadas as medidas de correcção e de transformação que se impõem, embora tomadas a partir da definição de uma política que organize a formação inicial, a formação em exercício e a formação contínua num todo coerente, pondo fim às actividades pontuais e sem perspectivas, que agora se praticam. Assim, é necessário chamar um grande número de jovens ao magistério infantil. Para isso são insuficientíssimas as estruturas existentes que não asseguram sequer a formação contínua dos docentes em exercício.

D.L. — Relativamente à formação dos professores do ciclo preparatório e do ensino secundário, quais as alterações a introduzir?

G.F. — Aí, a formação inicial dos professores passa por uma profunda reconversão do ensino superior de modo a que passe a formar professores de acordo

com as necessidades (actuais) do nosso sistema escolar e, sobretudo, das previsíveis, face à sua necessária expansão. Assim, exige-se às escolas superiores que, pelo menos, no que respeita ao ensino, confirmem formações profissionais e não apenas graus académicos.

D.L. — Creio que há escolas onde pelo menos já se tenta conferir essa formação.

G.F. — Sim, por exemplo, as Universidades do Minho, Aveiro e Évora e as Faculdades de Ciências do Porto, Coimbra e Lisboa. Porém, grande parte dos cursos que ministram estão pouco adaptados às necessidades do nosso ensino do ponto de vista quantitativo e qualitativo e, nalguns casos, provocam mesmo graves desajustamentos. É pois indispensável que o MEU assuma as responsabilidades de que se tem demitido: estabelecer um plano global de formação, quantificando e caracterizando as necessidades, de-

finindo modelos possíveis, coordenando a execução desse plano e avaliando os respectivos resultados.

D.L. — Falou de formação inicial, formação em exercício e formação contínua. E o problema dos professores que não têm formação? Como o situa?

G.F. — Esse é talvez o problema actualmente mais importante na medida em que as escolas, para funcionar, precisam do trabalho de milhares de docentes não qualificados. O Estado que faz deles professores tem de lhes conferir a necessária formação e habilitação. Para isso tem de criar estruturas que suportem o completamento de habilitações numa perspectiva de formação contínua, que estabeleçam planos de formação com duração variável conformes à experiência e situação desses docentes. O lançamento da profissionalização em exercício, no ano passado, foi um primeiro passo bem

acolhido pelos professores mas que está seriamente comprometido por falta dos necessários apoios. Os compromissos assumidos pelo MEU não foram ainda neste caso cumpridos e as escolas continuam sem receber os meios indispensáveis, alguns deles estabelecidos em decretos-leis assinados pelo actual ministro da Educação.

Lei aguarda regulamentação há dois anos

Quero ainda referir que a própria Lei que estabelece o completamento de habilitações dos professores sem habilitação própria aguarda há já dois anos a sua regulamentação, remetida sempre para um futuro que tarda a desenhar-se. No presente momento, em que tanto há a fazer neste domínio, assistimos a um bloqueamento total por parte do MEU. Só para lhe dar um pequeno exemplo,

referir-lhe-ei o caso dos professores do 12.º grupo do ensino secundário e Trabalhos Manuais, do Preparatório, que se inscreveram em Julho, num curso que deveria ter começado em Outubro passado. Neste momento, o diploma legal que cria esse curso ainda não foi publicado e o referido curso ainda não foi estruturado, nem ninguém aponta uma data para tal. Para a resolução destes problemas, que afectam milhares de jovens no seu presente — no dia a dia que vivem nas escolas — e no seu futuro, os professores não vêm desenhar-se as soluções. A política seguida é de remendo e, sobretudo, ocultação da realidade. Os responsáveis não querem ver o que se passa nas escolas, não enfrentam as suas situações e consideram as denúncias como ataques pessoais. E enquanto tal atitude persistir tudo irá mal nas nossas escolas».

Manuela Alves



mergulhe na sorte!

JOQUE NA LOTARIA NACIONAL

Paralisação prossegue na Cambournac

A greve dos trabalhadores da Cambournac registou ontem uma adesão de 98 por cento, revelou um porta-voz do Sindicato dos Têxteis do Sul. Ainda segundo a mesma fonte, a administração da empresa recusou-se a receber os sindicatos representativos dos trabalhadores e proibiu um plenário que estes se propunham realizar ontem à tarde.

A greve, iniciada no dia 6 de Novembro por tempo indeterminado, tem como objectivo o pagamento dos passes sociais e do subsídio de férias deste ano, a assinatura do contrato de viabilização e a demissão de um dos administradores (o ex-ministro do Trabalho do VI Governo Provisório, capitão Tomás Rosa).

Os trabalhadores consideram a gestão da empresa «ruinosa» mas estão dispostos ao diálogo por forma a salvaguardar os postos de trabalho e de uma «correcta e eficaz gestão da empresa».

Foi entretanto marcada uma concentração para o próximo dia 26, junto das instalações da Cambournac, no Cacém.

Quatro distritos sem pão este fim-de-semana

Os trabalhadores da panificação dos distritos de Lisboa, Setúbal, Santarém e Leiria, vão iniciar, a partir das 20 horas da próxima sexta-feira, uma greve de 24 horas. Esta paralisação irá impedir o abastecimento de pão durante o fim-de-semana em vasta região do País.

A luta do sector tem como objectivo pressionar a Associação dos Industriais de Panificação de Lisboa a assinar a acta final das negociações do contrato de trabalho. A associação patronal estabeleceu com um sindicato do Algarve um acordo paralelo que agora pretende estender ao resto do

sector, facto que tem vindo a ser fortemente contestado pelos trabalhadores.

Farmácias encerradas

Também os ajudantes de farmácia e farmacêuticos irão cumprir, a partir das 9 horas de amanhã, uma greve de 24 horas. Estes trabalhadores lutam pela revisão do seu Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) e acusam a Associação Nacional de Farmácias (ANF) de boicotar as negociações pelo que, presentemente não está assinada qualquer cláusula do contrato.

Os ajudantes de farmácia que se propõem atender, durante o período de greve, os casos de comprovada urgência anunciaram nova paralisação para os dias 5, 6, 7 e 8 de Dezembro se até lá não se estabelecer qualquer acordo.

Químicos

Os trabalhadores químicos prosseguem hoje o seu segundo dia de greve lutando pela negociação do seu Contrato Colectivo Vertical (CCTV). Os trabalhadores paralisam nas duas primeiras horas do seu turno de trabalho. Esta greve prolonga-se até sexta-feira.

Sector de limpeza em greve com elevada adesão

Prossegue hoje a greve dos trabalhadores das empresas de serviços de limpeza, com a paralisação dos destacados para a Petrogal, Quimigal, Petroquímica, Equimetal, Sotanco, EPFI (Sines), Mompur, Datsun, Ford e Fisipe. Iniciada ontem, esta paralisação regista hoje uma adesão da ordem dos 80 por cento, segundo um dirigente sindical. Ontem paralisaram os serviços de limpeza afectos à TAP, CP, Carris, Metro, Rodoviária Nacional, Transtejo e Serviços Colectivos do Porto.

Amanhã é a vez de entrarem em greve os trabalhadores que prestam serviço em hospitais, estabelecimentos de saúde, Serviços Médico-Sociais e Caixas de Previdência, enquanto que na sexta-feira a paralisação é observada nos restantes locais de trabalho.

Os cerca de sete mil trabalhadores do sector estão em luta pela aceitação das suas reivindicações no âmbito da revisão salarial do contrato colectivo de trabalho (CCT). Pretendem aumentos de 24 por cento, ao passo que a Associação das Empresas prestadoras dos serviços de limpeza oferece 17 por

cento, de acordo com uma fonte sindical.

Os trabalhadores exigem ainda direito a horários de trabalho completos (42 horas semanais) e a um salário mínimo garantido de sete mil escudos, independentemente de o horário implicar um ordenado menor.

A fonte sindical revelou que nos locais de trabalho mais significativos do Norte a adesão ontem atingiu os 100 por cento, nomeadamente nas estações ferroviárias de São Bento e Campanhã e nos turnos da noite dos Serviços de Transportes Colectivos do Porto.

Relativamente a incidentes ocorridos na madrugada de ontem na estação de Campanhã (Porto), o mesmo porta-voz sindical afirmou que «um supervisor da CP agrediu uma delegada sindical que fazia parte do piquete de greve e uma trabalhadora grávida».

«Cinco supervisores e dois fiscais da CP intimidaram e pressionaram trabalhadoras, conseguindo que duas contratadas a prazo e uma eventual executassem o serviço que lhes estava destinado», acrescentou.

“Refeições fornecidas pela Gertal não prestam”

— afirmam trabalhadores da S. Caetano

Em OLHÃO o
Diário de Lisboa
vende-se na
PAPELARIA
FARRACHA

Os trabalhadores da empresa Salvador Caetano queixam-se que a comida fornecida pela Gertal (empresa fornecedora de refeições) não está, sobretudo ultimamente, a ser confeccionada da melhor maneira. Tanto a qualidade dos alimentos como a hi-

giene parecem deixar muito a desejar. Efectivamente, já não é a primeira vez que, afirmam os trabalhadores que se dirigem ao «DL», «aparecem nos pratos lagartos, feijão com bicho e cabe-

No entanto, ontem, a situação agravou-se. Efectivamente, o prato do rim incluído na ementa «tinha mau cheiro e um aspecto esverdeado», acrescentam aqueles trabalhadores. Estes resolveram então desloca-se junto do delegado de saúde de Loures para apresentar queixa e mostrar os alimentos. Como aquele delegado se recusasse a tomar conta da ocorrência os trabalhadores decidiram então levar o prato ao Instituto Ricardo Jorge. Aqui, as entidades responsáveis disseram que só faziam análises de alimentos caso as empresas mantivessem com o Instituto contratos nesse sentido. Por isso, nada feito.

Os trabalhadores da Salvador Caetano decidiram fazer um abaixo-assinado no sentido de as comidas deixarem de ser fornecidas pela Gertal. De salientar que a administração daquela empresa já anteriormente havia manifestado junto da Gertal o seu descontentamento pelas refeições que estavam a ser fornecidas.

Seminário Internacional contra o desemprego

Vai realizar-se em Lisboa, de 10 a 12 de Dezembro próximo o seminário internacional «A juventude pelo direito ao trabalho», organizado pela Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) e pela Juventude Comunista Portuguesa (JCP). O seminário, que decorrerá num hotel da capital, insere-se na preparação da XI Assembleia da FMJD a realizar em 1982 e contará com a participação de numerosas delegações de organizações membros da FMJD dos países da Europa Ocidental, dos países socialistas, dos EUA, Canadá, Japão, Austrália, Nova Zelândia e de vários países da América Latina, África, Ásia e Médio Oriente.

Além de organizações e estruturas juvenis democráticas de

Portugal, participação também nesta iniciativa a União Internacional de Estudantes (UIE), União Internacional da Juventude Socialista (IUSY), Conselho da Europa dos Comitês Nacionais da Juventude (CENYC), Juventude Operária Católica Internacional (JOCI) e UNESCO.

O facto de Portugal ter sido, pela segunda vez, escolhido como local de realização de iniciativas deste tipo (a primeira teve lugar em Março/Abril de 1979) não só evidencia a consciência que a nível internacional existe da intensidade com que o desemprego atinge a juventude portuguesa, como é demonstrativo do lugar de destaque que as lutas da juventude e do povo português contra o desemprego e pelo direito ao trabalho alcançaram.



Sindicato dos Trabalhadores
das Industrias Químicas do Sul



ASSEMBLEIA DE DELEGADOS SINDICAIS

dia 20
10 horas

INSTALAÇÕES DA CIN/2 QUIMIGAL — BARREIRO
(Ex-Sede do Grupo Desportivo da CUF)

De harmonia com o At.º 72.º do Estatuto do Sindicato e em conformidade com o Artigo 8.º do Regulamento da sua Assembleia de Delegados Sindicais, convoco a Assembleia para reunir em sessão plenária, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Analisar e discutir a situação politico-sindical na perspectiva de defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores.
- 2 — Acção sindical a desenvolver face à actual situação politica.
 - a) Manifestação dia 12/12/81.
 - 3 — CCTV Indústria Química.
 - 4 — Informações.
 - a) Quimigal
 - b) Petrogal
 - c) Firestone
 - d) Sapcc
 - e) CNP/EPFI

Setúbal, 12 de Novembro de 1981
O Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados Sindicais
Jose Maria Gouveia das Neves

Debate público

A revisão Constitucional e os Direitos dos Trabalhadores



A Constituição vai ser revista. Mas que tipo de revisão pretendem os partidos políticos? Que género de Estado desejam construir? Como serão reconhecidos e alargados os direitos dos trabalhadores?

A Constituição é nossa. Conheçamo-la, defendamo-la!

PARTICIPAM:

Armando T. da Silva
do Secr. Nac. da CGTP/IN
Eduardo Pedroso
do Secr. Nac. do MDP/CDE
José Manuel Mendes
Deputado do PCP
Ludovico da Costa
Deputado do PS
Rui Amaral Deputado do PSD

Quinta feira 26 nov.
às 21h. no Auditório do
SINDICATO DO COMÉRCIO
E SERVIÇOS DE LISBOA

R. Almirante Barroso, 3 — à Estefânia



Agências de viagens contra o Governo

A Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo (APAVT) emitiu recentemente «sérias reservas» quanto à eventual entrada em vigor de uma taxa de mil escudos a aplicar a todas as pessoas que se deslocarem ao estrangeiro. A notícia do lançamento dessa nova taxa surgiu durante a passada semana em alguns jornais, mas ainda não existe qualquer confirmação oficial.

A APAVT considera que essa taxa a ser posta em prá-

tica seria injusta e cruel e poderia afectar seriamente o envio de turistas a Portugal pelas agências estrangeiras que assim responderiam, como sempre acontece, às restrições à liberdade turística que essa medida representaria. A associação acrescenta mesmo que ela «abalaria profundamente a credibilidade da Aliança Democrática bem como dos partidos que a compõem, com as inevitáveis repercussões nas próximas eleições autárquicas». Essa

taxa só tem paralelo em países sujeitos a restrições das liberdades democráticas e denota uma falta de imaginação do Governo, acentua a nota divulgada pela APAVT.

Congresso na Figueira da Foz

Inicia-se hoje na Figueira da Foz o VII Congresso Nacional

das Agências de Viagens e Turismo, que decorrerá até ao próximo dia 28. Nele participam cerca de 600 especialistas ligados ao turismo entre os quais uma vintena de jornalistas brasileiros. Paralelamente ao Congresso da Figueira, desenrola-se igualmente o II Encontro Luso-Brasileiro de Jornalistas de Turismo, organizado pela Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses de Turismo e pelas três organizações brasileiras correspondentes.

Dez milhões de desempregados na CEE

Estatísticas oficiais hoje publicadas, indicam que existem cerca de dez milhões de desempregados na Comunidade Económica Europeia (CEE).

Um total de 9 milhões e 700 mil pessoas estavam inscritas nas fichas de desemprego dos dez países comunitários nos fins de Outubro.

As previsões da CEE indicam que «antes do fim do ano se atingirão os dez milhões de desempregados, se se mantiver o aumento constante de 2 por cento mensais que começou na Primavera de 1980».

Durante todo o mês de Outubro, perto de 200 mil pessoas inscreveram-se nos departamentos de desemprego dos países da CEE.

O fenómeno é mais evidente na Alemanha Federal, onde nos últimos 12 meses o desemprego aumentou 54 por cento.

A mesma percentagem de incremento registou-se na Holanda, 47 por cento, no Luxemburgo, 45 por cento na Grã-Bretanha, entre uma média de 32 por cento no conjunto da CEE.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística

Inflação de 19 por cento nos primeiros dez meses

A taxa de inflação no período de Janeiro a Outubro deste ano relativamente a igual período de 1980 foi 19%, excluindo a habitação - informou ontem o Instituto Nacional de Estatística.

O vestuário e calçado, com 23%, foi o principal responsável por esta taxa, logo seguido de «diversos», com 19,6%. A alimentação e bebidas ao agregado que cresceu menos (17,6%).

As despesas de habitação, normalmente excluídas do índice geral, cresceram no período 21%.

A inflação no mês de Outubro relativamente ao mês anterior foi 1,8% sendo o vestuário e calçado (3,6%) o agregado cujos preços mais subiram.

Logo a seguir aparecem diversos (2%), alimentação e bebidas (1,6) e despesas de habitação (1).

Os preços no mês de Outubro eram 24,6% superiores aos de Outubro de 1980.

Numa cidade de 65 mil pessoas

A roleta de Tróia vai andar em finais de 1982

O grandioso imóvel em que vai funcionar o Hotel Delphinus o o Casino de Tróia deverá estar pronto para funcionamento em finais do próximo ano, anunciou o presidente do Conselho de Administração da Torralta, dr. Ricardo Faria Blanc, durante a visita que investidores alemães efectuaram ao maior complexo turístico português.

Este casino, cuja concessão foi há tempos atribuída depois de uma agitada discussão na Assembleia da República, vai funcionar enquadrado numa cidade veraneante de 65 mil pessoas, tantas quantas se conta vir a ser possível alojar, simultaneamente, na península de Tróia quando estiverem concluídos todos os imóveis turísticos em curso ou em fase de procura de investimento.

Um dos pólos principais de atracção deste complexo vai ser a gigantesca marina com capacidade para mil barcos de recreio a erguer no lago natural denominado Caldeira. Os estudos para a sua construção decorrem por conta de uma empresa especializada francesa responsável pelas maiores marinas da bacia do Mediterrâneo.

Tróia dispõe neste momento de capacidade para sete mil camas que será aumentada para nove mil já no decurso do próximo ano.

De Janeiro a Julho

À beira dos 200 milhões de contos o défice da balança comercial

O défice da Balança comercial portuguesa nos primeiros sete meses deste ano ascendeu a 194 298 788 mil escudos, segundo o boletim de estatísticas do comércio externo.

No comércio com a CEE verificou-se um défice para Portugal de 50 359 827 mil escudos e de 81 598 347 mil escudos com todos os países europeus.

Relativamente a Espanha o défice comercial ascendeu a 17 491 035 mil escudos e para os países da OCDE não pertencentes à Comunidade Europeia atingiu 20 152 829 mil escudos.

O comércio de Portugal com os países africanos de expressão portuguesa registou este período um saldo positivo de 7 071 749 mil escudos.

Nos sete primeiros meses de 1980 o défice comercial foi de 132 176 223 mil escudos.

Em meio ano

Portugal consumiu 114 milhões de quilos de carne

Um total de 114 milhares de toneladas de carne foi abatida no primeiro semestre deste ano, representando um aumento de 2 por cento face a igual período de 1980 - informa o Boletim do Instituto Nacional de Estatística.

Desse número, 49 mil toneladas foram de carne bovina (6 por cento em relação ao primeiro semestre de 1980), 59 mil de suína (1 por cento) e 72 mil de frangos (11 por cento face ao anterior).

A produção de ovos, de aviários industriais, atingiu os 17 milhares de toneladas, o que representa menos 1 por cento do total registado no primeiro semestre de 1980.

Ainda no primeiro semestre deste ano foram descarregadas 87 milhares de toneladas de pescado, total idêntico ao verificado no mesmo período de 1980.



PROCALFER

Programa de Calagem, Fertilização e Forragens

4 Linhas de Crédito

Crédito à compra de calcário

↓

Crédito à instalação de prados, cercas e compra de equipamentos

↓

Crédito à construção de armazéns para calcário

↓

Crédito à montagem e ampliação de indústrias de produção de calcário.

o CALCÁRIO dá vida à terra

A terra também se cansa de produzir. Os sistemas culturais esgotantes, o reduzido e errado uso dos fertilizantes, a acidez natural dos solos, as variedades pouco produtivas, provocam quebra da produção. O calcário ajuda a trazer de novo a terra à vida. Integrado em programas de correcção

de solos, o calcário reduz a acidez da terra e contribui para o aumento da sua fertilidade. Informe-se sobre as 4 linhas de crédito do PROCALFER nas Direcções Regionais de Agricultura ou do IFADAP em todo o País.






PROCALFER
terra viva com calcário

TEATRO DA TRINDADE-INATEL

apresenta

Espectáculos integrados
no «Ciclo de Teatro do Trabalhador»

HOJE ÀS 21.30 HORAS

A COTOVIA

de Gean Anóilh
pelo

Grupo de Teatro de Carnide

Sábado às 16 horas
(Tarde Infantil)

O CAVALEIRO SEM MEDO

de Francisco Nicholson

pelo

«Proscenium»

— Grupo de Teatro do SITESE

Os sócios do INATEL, dos Ccads. Cpts., os menores de 18 e maiores de 65 anos beneficiam de 50% de desconto.

AOS OSTOMIZADOS

A **Silcopor Médica** é uma Empresa que nasceu para si, com a estrita missão de o apoiar em regime gratuito, técnica e psicologicamente. No seu interesse, contacte-nos.

Av. Álvares Cabral, 3-6.º
Telef. 68 54 54 Lisboa

INFANTARIO DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA

ADMITE:

ENFERMEIRA — PERICULTURA

E EDUCADORA DE INFÂNCIA

RESPOSTA AO N.º 24111

GRUPO DE CAMPOLIDE — ACADEMIA ALMADENSE TEL. 2752175

BREVEMENTE
«A EXCEÇÃO E A REGRA»
de E. BRECHT

Encenação de Peter Schrott e Peter Koenert do Theater IM PALAST de Berlim

SUB
SEC/MA
Quilbation

BATAS PROFISSIONAIS

ALTAMENTE ESPECIALIZADOS

TINTURARIA GUANABARA — Dep. de Confecções
Av. João XXI, 5-D - 1100 (Metro Areeiro) - Rua Infante, 16-55-C - 1300 LISBOA

TALMA FILMES

UM DOS FILMES MAIS CONTROVERSOS DO NOSSO TEMPO!



DURANTE TRÊS ANOS REINOU COMO UM DEUS!

CALÍGULA

O LUXO, O PODER, O DESPOTISMO, O INCESTO, O CRIME
E AS ORGIAS DOS IMPERADORES ROMANOS.

MALCOLM McDOWELL
TERESA ANN SAVOY · HELEN MIRREN
JOHN GIELGUD · PETER O'TOOLE

produção FRANCO ROSSELLINI · realização TINTO BRASS · argumento GORE VIDAL

color

EDEN

ESTREIA AMANHÃ
ÀS 21.30 H

ROMA

INTERITO A MENORES DE 18 ANOS

“VIDRIFA — Contruções, Limitada”

17.º Cartório Notarial de Lisboa
R. Alexandre Herculano, 29 — 1.º Esq.º

NOTARIO

Lic. Antonio Manuel Gonçalves
Saldanha

1 — Certifico para fins de publicação que por escritura estabelecida no arto vinte e quatro de Setembro de mil novecentos e oitenta e um, lavrada de folhas Quarenta e três verso a folhas Quarenta e quatro verso do livro n.º 259 — D. foi constituída a Sociedade em epigrafe que adoptou o pacto constante dos seguintes artigos:

PRIMEIRO

— A Sociedade adopta a denominação de VIDRIFA — CONTRUÇÕES, LIMITADA, e tem a sua sede no Apartamento Um-B, Bloco Dois, na Costa da Guia, freguesia de Cascais, concelho de Cascais, podendo altera-la por simples deliberação da gerência.

SEGUNDO

— A Sociedade tem por objecto o desenho e implementação de sistemas de conservação, bem como o fornecimento de serviços relacionados com a formação, contabilidade e gestão, de estradas, edifícios, equipamentos, parques, praias, esgotos, saneamento básico e instalações turísticas, podendo ainda exercer, por simples deliberação da gerência, quaisquer outras actividades permitidas por lei.

TERCEIRO

— O capital social é de CEM MIL ESCUDOS, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma das seguintes quotas: uma de OITENTA MIL ESCUDOS do sócio BRIAN THOMAS HARRIS e outra de VINTE MIL ESCUDOS do sócio ROGER HUGH JOHN HARTLEY.

QUARTO

— UM — A cessão de quotas fica dependente do consentimento da sociedade.
— DOIS — No caso da cessão ser autorizada, o sócio BRIAN THOMAS HARRIS tem direito de preferência em primeiro lugar e, não fazendo uso desse direito, passará o mesmo para a sociedade e para os respectivos sócios, na proporção das quotas de que já sejam detentores.

— TRES — Se houver mais de um sócio a preferir, a quota será dividida entre os preferentes na proporção das respectivas quotas, ficando desde já autorizada a divisão de qualquer quota para este efeito.
— QUARTO — Ao direito de preferência estabelecido neste artigo e atribuída eficácia real, nos termos do artigo quatrocentos e vinte e um do Código Civil.

— QUINTO — O sócio BRIAN THOMAS HARRIS fica, no entanto, desde já autorizado a ceder a sua quota à sociedade norte-americana ROY JORGENSEN ASSOCIATES INCORPORATED, Consultores em Engenharia e Administração, ou parte dela, mas nesse caso terá de a sociedade deliberar em Assembleia Geral, comprometendo-se desde já a conceder tal autorização.

QUINTO

— Para efeitos do disposto no artigo anterior, será semestralmente fixado em Assembleia Geral um valor da sociedade, bem como das quotas de cada sócio.

SEXTO

— UM — Para efeito do exercício do direito de preferência estabelecido no artigo quarto, o sócio que pretender ceder a sua quota comunica-lo-á à gerência, por carta registada com aviso de recepção, indicando o adquirente e as condições da transmissão.

— DOIS — Se a sociedade não der qualquer resposta no prazo de trinta dias contados da data da recepção da comunicação prevista no artigo anterior, entender-se-á que não dá o seu consentimento à cessão pretendida.

— TRES — Na Assembleia Geral convocada para deliberar sobre a cessão, no caso de estar autorizada, a sociedade e os sócios terão ainda de deliberar se pretendem ou não exercer o seu direito de preferência, sob pena de se entender que renunciam a esse direito.

SÉTIMO

— UM — A sociedade pode amortizar a quota ou quotas de qualquer sócio nos casos e termos seguintes:

a) Por acordo com os respectivos proprietários;
b) Se tiver sido penhorada, arreitada ou por qualquer motivo sujeita a apreensão judicial;
c) No caso de a quota ter sido cedida com desrespeito das regras estabelecidas nos artigos anteriores;
— DOIS — O sócio titular da quota a amortizar não será admitido a votar.
— TRES — Deliberada a amortização, esta considerará-se realizada desde logo, e em consequência o respectivo titular deixará de poder exercer quaisquer direitos na sociedade.

OITAVO

— No caso de um aumento de capital social, o sócio BRIAN THOMAS HARRIS terá direito de preferência em primeiro lugar, e, não fazendo uso desse direito, passará o mesmo para a sociedade e para os respectivos sócios, na proporção das quotas de que já sejam detentores.

NONO

— UM — A gerência da sociedade será exercida pelo sócio BRIAN THOMAS HARRIS, que é por esta via nomeado gerente com dispensa de caução.
— DOIS — Para obrigar a sociedade e sempre necessária e suficiente a intervenção e a assinatura do sócio BRIAN THOMAS HARRIS.

— TRES — Por morte ou impedimento legal do sócio BRIAN THOMAS HARRIS a sociedade só ficará obrigada pela intervenção e assinaturas conjuntas dos restantes sócios que passam a ser gerentes a partir dessa data.

DECIMO

— UM — É proibido aos gerentes assinar em nome da sociedade quaisquer actos ou contratos que digam respeito a negócios estranhos a sociedade, tais como letras de favor, fianças, abonações e actos

semelhantes ou assumirem obrigações ou responsabilidades estranhas aos interesses da sociedade.

— DOIS — O gerente que infringir o disposto neste artigo, perde o direito aos lucros referentes ao ano em que se der a infracção e às retribuições que, porventura lhe devam ser atribuídas e ficará, além disso, responsável para com a sociedade pelos prejuízos que lhe causar.

DECIMO PRIMEIRO

— UM — As Assembleias Gerais, nos casos em que a lei não determinar formalidades especiais para a sua convocação, serão convocadas pela gerência por carta registada, expedida com catorze dias de antecedência, pelo menos.

— DOIS — Qualquer dos sócios pode, com a antecedência mínima de quinze dias, convocar uma assembleia geral extraordinária, com uma proposta de ordem de trabalhos específica.

DECIMO SEGUNDO

A sociedade dissolve-se nos casos determinados na lei e pela resolução da maioria dos sócios tomada em assembleia geral expressamente convocada para o efeito.

DECIMO TERCEIRO

— A sociedade não se dissolve pela morte ou interdição de qualquer sócio e continuará com os restantes e com o representante ou herdeiros do sócio falecido ou interdito, salvo se estes preferirem apartar-se da sociedade. Nesse caso proceder-se-á a balanço e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito receberão o que, de acordo com o disposto no artigo quinto, se apurar pertencer-lhe e que lhes será pago em quatro prestações trimestrais, iguais e sucessivas, as quais vencerão juro igual ao da taxa de desconto do Banco de Portugal.

DECIMO QUARTO

— Os anos sociais serão civis, e os balanços serão dados em trinta e um de Dezembro, devendo estar aprovados e assinados até fins de Março imediato.

DECIMO QUINTO

— UM — Surgindo divergências entre a sociedade e um dos seus sócios, não poderão estes recorrer a resolução judicial sem que previamente o assunto tendo sido submetido à apreciação da Assembleia Geral.
— DOIS — Igual procedimento será adoptado antes de qualquer soco requerer liquidação judicial.

2 — Mais certifico que a presente fotocópia que se contém em cinco folhas vai conforme ao original assim como a parte certificada e nada contém em contrário do que fica certificado e fotocopiado.

LISBOA, E DECIMO SETIMO
CARTORIO NOTARIAL, aos
de Outubro de mil novecentos e
oitenta e um.
O Ajudante do Cartório
Manuel Pereira

DC e PCI retomam contactos

Novo "compromisso histórico" em Itália?

As duas principais formações políticas italianas, a Democracia Cristã e o Partido Comunista, reataram ontem oficialmente um diálogo directo que tinha sido interrompido há mais de três anos.

Os secretários-gerais dos dois partidos, Flaminio Piccoli (DC) e Enrico Berlinguer (PCI) rodeados pelos seus principais colaboradores, tiveram ao fim da tarde duas horas de conversações tendo por tema central a reforma das instituições.

O acontecimento releva uma nova disposição de espírito das duas formações. Desde a época da «solidariedade nacional», em 1978, quando o Partido Comunista apoiava com, a sua abstenção no Parlamento, o Gabinete monocolor do democrata-cristão Giulio Andreotti, não tinha havido nenhum contacto oficial.

Deste modo, este encontro, cuja iniciativa cabe a Berlinguer, que pediu a sua convocação por carta dirigida a Piccoli o mês passado, surgiu como um símbolo do que o «Corriere Della Sera» chama «indícios de novidade» no tabuleiro político italiano.

As discussões, que se realizaram no Salão da Loba, no segundo andar da Câmara dos Deputados, não proporcionaram, no dizer dos comentadores, nenhum elemento que permita levar a uma reaproximação entre as posições grandemente divergentes da DC e do PCI quanto à questão da reforma institucional.

Segundo as declarações feitas à saída por ambos os secretários-gerais, a DC reafirma a necessidade de uma reforma institucional em profundidade para se vencerem as dificuldades políticas e morais do momento.

O PCI, pelo seu lado, expressou novamente a convicção de que as dificuldades tinham como «causa fundamental» a persistência de «preconceitos discri-

minatórios» à sua participação no Governo.

Esses preconceitos, revelou Berlinguer, impedem «qualquer solução sobressalente e de alternativa, que constituem o fundamento de qualquer regime democrático».

O PCI comprometeu-se porém a agir no sentido de melhorar o funcionamento das instituições existentes, a começar pelo Parlamento, que acaba de adoptar uma importante lei modificando os seus regulamentos.

Provavelmente relacionado com o reatamento dos contactos entre as duas formações políticas italianas, a Democracia-Cristã iniciou hoje uma assembleia de «renovação moral e política» destinada a procurar uma saída para a crise com que se debate há vários anos.

Cerca de 600 delegados da Democracia-Cristã discutirão também até à segunda-feira da próxima semana uma proposta de modificação dos estatutos do partido que conta actualmente com 1 400 000 membros.

O objectivo dos democratas-cristãos é encontrar soluções para a crise de identidade em que se encontram depois de terem perdido em Junho a chefia do Governo que detinham há 35 anos e dos contínuos escândalos relacionados com casos de corrupção que envolvem membros do partido mais poderoso do país.

Um terço dos delegados à reunião procede de organizações católicas até agora estreitamente vinculadas ao partido.

Para muitos italianos, a Democracia-Cristã é simplesmente uma associação política cujo fim último é a manutenção do poder conseguido após a Segunda Guerra Mundial.

Esta associação é composta por numerosas correntes políticas que são, no fundo, partidos individuais dentro de um grande partido que é a DC e que determinam quem vai assumir este ou aquele posto na administração ou do Governo.

Um dos objectivos deste Congresso é precisamente eliminar o fraccionamento — que leva a que a linha a seguir pelo partido tenha de ser negociada previamente pelas dez principais correntes — através da elaboração de um estatuto unitário.

O secretário-geral do partido, Flaminio Piccoli, declarou recentemente que a DC não voltará a converter-se num «partido conservador» e que seguirá uma «terceira via» entre o «liberalismo democrata» e «as forças marxistas da Itália».

Principia hoje e prolonga-se até ao próximo sábado, na cidade marroquina de Fez, a 12.ª reunião da «Liga Árabe» com uma agenda em que sobressai a complexa situação no Médio Oriente e a busca de uma solução pacífica para os conflitos naquela região.

O interesse fundamental da Cimeira reside na apreciação ao plano de paz saudita que, na reunião preparatória que, entretanto se realizou, suscitou as mais diversas reacções. Do apoio da maioria dos Estados árabes à recusa de países considerados da «linha dura», passando por uma definição não muito clara da posição da Organização de Libertação da Palestina (OLP), as propostas sauditas têm vindo a ser apreciadas por todos os participantes nas reuniões preparatórias. Se, em casos normais, tal apreciação se destina apenas a formar a agenda dos trabalhos, o caso presente reveste-se de um maior significado político já que, pela definição dos apoiantes e críticos da proposta do príncipe Fahd se torna mais nítido para os observadores estabelecer as balizas em que a Cimeira hoje iniciada irá decorrer.

Uma coisa é certa. Todos os pontos da proposta saudita



O príncipe saudita Abdel Fahd à sua chegada ao aeroporto de Fez

serão discutidos, incluindo o ponto sete, o mais controverso, que reconhece o direito à existência do Estado de Israel.

Neste campo, será significativo o papel de mediador que o Rei Hassan II de Marrocos poderá desempenhar junto da Síria e da Líbia. Por outro lado, a discussão do plano saudita, e o consenso que se conseguir (se se conseguir) chegar poderão reforçar o poder e influência no Médio Oriente a Arábia Saudita, um Estado conservador, apoiado militarmente pelos Estados Unidos, e o Estado árabe mais moderado de todos os que integram a OPEP.

As recentes declarações de alguns países da CEE a favor da instalação de uma força militar multinacional no Sinai, será certamente outro ponto de discussão. Com a decisão da França, Grã-Bretanha, Holanda e Itália de integrar essa força eleva-se para oito o número de países que consideram que, depois da retirada de Israel dos territórios ocupados na sequência da guerra de 1967, esta é uma solução para a paz.

Alguns países árabes já deram a conhecer a sua oposição a tal eventualidade, tendo ontem proposto a retirada dos seus embaixadores dos países europeus que de-

cidirem participar nessa força multinacional. Também aqui, os delegados à Cimeira terão posições divergentes, até porque Israel pôs reservas à proposta europeia.

Para além destes dois pontos, a 12.ª reunião da Liga Árabe irá debruçar-se sobre a actual situação no sul do Líbano, um complexo esquema em que se desenvolvem conflitos entre falangistas de direita do comandante dissidente libanês Saad, guerrilheiros palestinos e intervenções frequentes do exército israelita, tudo isto na presença do contingente das Nações Unidas (FINUL) e de tropas da força árabe de manutenção de paz.

As relações interárabes, as relações dos países árabes com o resto do mundo constituirão os outros pontos fortes da Cimeira.

Na complexa situação que se vive no Médio Oriente, a discussão do plano saudita de paz e da força multinacional para o Sinai têm contudo um significado bem claro: Camp David, para os árabes, nunca existiu; Camp David, para os europeus que pretendem ingressar na força multinacional de paz, já morreu.

N. R.

Terminaram as conversações em Bona

Equilíbrio de armas nucleares necessário para a paz

Bona e Moscovo reconheceram a existência de divergências relativamente ao problema das armas nucleares euroestratégicas, mas são ambas do parecer que «o estabelecimento do equilíbrio no domínio destas armas ao nível mais baixo possível é de grande importância, para consolidar a estabilidade e a segurança internacional».

Esta opinião é hoje expressa no comunicado comum germano-soviético que culmina a visita de quatro dias de Leonid Brejnev à RFA.

O comunicado salienta igualmente que «devem ser empregados todos os esforços em Ge-

nebra para a conclusão dum acordo nestas bases».

«A RFA e a União Soviética, prossegue o comunicado, estão persuadidas de que na actual situação internacional, são especialmente importantes os contactos entre os dirigentes políticos do Oeste e do Leste. As duas partes pronunciaram-se a favor dum prosseguimento do diálogo e de contactos entre os dois países a todos os níveis, incluindo o mais elevado».

As duas partes lembraram a sua determinação «de prosseguir a sua política com base no tratado germano-soviético de

1970 e da declaração comum de Maio de 1978.

O comunicado confirma igualmente que «de acordo com o governo da República Democrática da Alemanha (RDA), o gás soviético será fornecido também a Berlim-Oeste».

A RFA e a URSS «congratulam-se, por outro lado, com os acordos concluídos entre as empresas, os bancos e as organizações das duas partes para o fornecimento de gás soviético, destinado ao abastecimento da RFA e outros países da Europa Ocidental, bem como dos tubos e equipamento destinados aos gasodutos na União Soviética».

O texto do comunicado dá a entender que, apesar das divergências notórias entre Bona e Moscovo sobre a «opção Zero» proposta por Reagan, foi possível um entendimento sobre a necessidade de redução das armas nucleares euro-estratégicas no território europeu.

Em vésperas da importante reunião de Genebra, o chanceler federal alemão Helmut Schmidt indicou ontem que a URSS está seriamente interessada em «lograr reduções essenciais dos mísseis de médio alcance» e que a posição soviética se caracteriza por um desarmamento conseqüido «por etapas».

Segredos militares numa lixeira

Foram descobertos documentos militares secretos numa lixeira do Estado norte-americano de New Hampshire, afirmou o antigo governador republicano daquele Estado, Meldrim Thomson.

Trata-se de folhas de computador relativas a relatórios sobre o terrorismo internacional e a motores de aviões, com a indicação «segredo e confidencial», provenientes da base militar de Pease, em Newington, no New Hampshire, precisou Thomson.

Meldrim Thomson revelou que os documentos tinham sido descobertos em Portsmouth, em Setembro deste ano, por um jornalista dum jornal local, durante uma reportagem acerca dos ratos.

Trata-se duma «infração flagrante às normas de segurança militares», declarou o antigo governador. «Penso que os serviços secretos soviéticos (KGB) teriam descoberto lá uma mina de ouro», acrescentou.

Thomson precisou que havia decidido enviar os documentos à comissão das Forças Armadas do Senado.

Pelo seu lado, a base militar declarou ter aberto um inquérito acerca das afirmações de Meldrim Thomson.

Polónia

Greve ilimitada nas Universidades

Mais de meio milhão de estudantes e de docentes das universidades e escolas superiores polacas iniciaram ontem uma greve geral com ocupação, ilimitada, para exigirem a aprovação pela Dieta (Parlamento) de um projecto de lei negociado no passado mês de Março entre os representantes do meio universitário e o ministro competente.

Sinal duma rara unanimidade estudantil, o movimento de protesto foi desencadeado por iniciativa da Associação Independente dos Estudantes (NZN — ligado ao Solidariedade) da União Socialista dos Estudantes Polacos (ex-oficial) e da secção Solidariedade dos funcionários das escolas superiores.

O projecto de lei que constitui o alvo do conflito prevê a autonomia dos estabelecimentos superiores sob a autoridade de um «senado» (conselho de faculdade) eleito, composto por representantes dos docentes e dos estudantes e consagra a exis-

tência dum certo pluralismo de opinião no seio das universidades.

Resultante do compromisso entre os representantes do meio universitário e o Ministério do Ensino Superior, esse projecto foi contudo alterado, por iniciativa da parte governamental, no sentido do reforço das prerrogativas das autoridades centrais e do regresso à «unidade ideológica».

Entretanto, todos os estabelecimentos do ensino superior decidiram, com acordo do ministro, de passarem a reger-se na época 81-82 pelas disposições iniciais da futura lei com excepção da Escola de Engenharia de Radom (100 km a sul de Varsóvia) que elegeu o seu reitor segundo as regras antigas.

Contudo, os estudantes desse estabelecimento entraram em greve no passado dia 26 de Outubro, apoiados nas suas reivindicações por um movimento de protesto que acabou por alastrar

a todo o país.

Todas as tentativas de compromisso têm fracassado, enquanto que num gesto de conciliação o ministro do Ensino Superior decidia transmitir à «Dieta» o projecto de lei na sua formulação inicial, acompanhado pelas objecções do Governo.

Contudo, o documento só será examinado em comissão no próximo dia 27 de Novembro, antes de ser submetido aos deputados reunidos em sessão plenária. Quanto ao caso do reitor de Radom, deverá ficar resolvido durante o mês de Janeiro por ocasião de novas eleições.

Contudo o movimento de protesto dos estudantes abrange agora um problema mais amplo: o da entrada no mercado do trabalho dos recém-diplomados. Com efeito, o ministro do Trabalho reconheceu recentemente que em 1981 faltariam 66 mil postos de trabalho para satisfazer os cerca de 440 mil formados pelas universidades.

Grécia

Voto de confiança para governo de Papandreou

Com 172 votos, contra 113 e 13 abstenções, o Governo socialista de Andreas Papandreou conquistou ontem um voto de confiança no parlamento grego.

As abstenções couberam aos deputados comunistas do «KKE», que puseram em dúvida, durante os debates sobre a política do Governo, a sua verdadeira disposição de sair da NATO e da CEE e de levar a cabo um programa de reformas sociais.

No que se refere concretamente à política externa o programa socialista preconiza a realização de negociações sobre o futuro estatuto das bases norte-americanas no país, bem como o desarmamento nuclear unilateral da Grécia.

Papandreou indicou que abandonaria a NATO se a organização não garantisse as fron-

teiras da Grécia a leste contra um eventual ataque turco.

No que respeita à CEE, o primeiro-ministro declarou-se partidário da realização de um referendo, decisão que, no entanto, é uma prerrogativa do Presidente da República Constantino Caramanlis.

Contudo círculos políticos de Atenas recordam que Caramanlis foi o artífice da entrada da Grécia na CEE, pelo que não tendo tido em conta a actualidade de se voltar atrás.

Internamente, Papandreou comprometeu-se a levar a cabo uma política de reorganização dos principais sectores industriais, incluindo a construção naval, cimento, minas e produção de produtos farmacêuticos.

O primeiro-ministro preconizou ainda uma prioridade nas despesas com a defesa, educação, saúde e assistência social.

Vitória dos mineiros bolivianos

Os representantes dos mineiros bolivianos em greve nos distritos de Huanuni, San José, Catavi e Siglo Veinte pronunciaram-se pela suspensão do movimento de greve, após a libertação dos seus dirigentes, soube-se na terça-feira em La Paz.

O ministro do Interior, o coronel Rómulo Mercado Garnica, declarou que os operários libertados, juntaram-se imediatamente às suas esposas que tinham efectuado uma greve da fome para protestar contra a sua detenção.

Graças à mediação da Igreja Católica, uma comissão de representantes do Governo e dos operários estudará proximamente a reivindicação dos mineiros para que lhes seja reconhecido o direito sindical, soube-se em La Paz.

Chade OUA pede auxílio dos EUA

A Organização de Unidade Africana (OUA) pediu oficialmente aos Estados Unidos para fornecerem um auxílio à força interafricana de manutenção da paz no Chade, indicou o Departamento de Estado norte-americano.

Alan Romberg, um dos porta-vozes do Departamento de Estado, precisou que o pedido tinha sido transmitido por carta a Ronald Reagan, por Daniel Arap Moi, presidente em exercício da OUA e Presidente do Quênia.

Não para no Irão a vaga de execuções

Onze «hipócritas» (designação oficial dos «moudjahidine khalq») foram executados em Bojnourd (Khorassan-Nordeste do Irão), anunciou a televisão iraniana sem indicar a data das execuções.

Por outro lado, 9 simpatizantes dos «Moudjahidine Khalq» foram condenados à morte e executados, na segunda-feira passada, pelo tribunal revolucionário de Behbahan (Kuzistão-Sudeste do Irão), anunciou o jornal Ettelaat.

Entre as pessoas executadas, reconhecidas culpadas de «rebelião armada contra a República Islâmica» uma tinha cometido um atentado contra um imã da oração de sexta-feira de Behbahan e Gatchsaran, indicou o Ettelaat.

Segundo o mesmo jornal, um homem acusado de ter posto a sua casa à disposição dos «moudjahidine», foi condenado a prisão perpétua em Bouchehr, no Golfo.

O presidente do tribunal revolucionário encarregado dos assuntos corporativos, o «hodjatoleslam» Nazem Zadeh, por seu lado, declarou ao quotidiano que «a maior parte dos que tinham a intenção de paralisar a economia do país tinham sido presos, julgados e encarcerados na prisão de Evvin, em Teerão». Alguns deles tinham expedido, antes da sua detenção, uma grande parte dos seus bens para o estrangeiro acrescentou o «hodjatoleslam» Zadeh, que indicou também terem fugido outros, mas pouco numerosos.

Bombas em Teerão: três mortos

Três pessoas, entre as quais a criança e a sua mãe, morreram ontem em consequência da explosão de duas bombas colocadas em frente da estação ferroviária de Teerão.

A visita de Haig ao México

Claras divergências quanto à política dos EUA para a América Central

O secretário norte-americano de Estado, Alexander Haig, disse ontem que a sua visita ao México serviu para incrementar a compreensão entre os dois países e para analisar alguns «pontos de vista» sobre problemas regionais.

Acrescentou que os Estados Unidos e o México estão «profundamente interessados no bem-estar e na viabilidade económica» dos seus vizinhos da área das Caraíbas, pelo que a colaboração com a Venezuela e o Canadá na elaboração de um plano de acção para resolver os problemas dessa zona.

Haig fez estas declarações à imprensa, no momento do regresso a Washington, cumprida a sua visita de 24 horas ao México, durante a qual conferenciou com o presidente Lopez Portillo e o ministro mexicano dos Negócios Estrangeiros, Jorge Castaneda.

Numa conferência de im-

prensa realizada depois da partida de Haig, o chefe da diplomacia mexicana afirmou que, no decorrer das conversações, houve desacordo na metodologia para enfrentar a crise regional, mas não quanto aos objectivos, pelo que fora decidido prosseguir os contactos e as consultas sobre este problema.

Castaneda disse que Alexander Haig garantiu ao presidente Lopez Portillo que o governo do presidente Reagan não encara, «por agora», a possibilidade de intervir militarmente em Cuba ou na Nicarágua, mas que não renunciara à adopção de «outras medidas de força» contra esses países.

Lopez Portillo reafirmou a sua convicção de que a adopção de medidas de força contra Cuba ou a Nicarágua constituiria «um erro gigantesco» e, pediu ao secretário norte-americano para «baixar o tom das suas declarações» e estabelecer «uma trégua, um si-

lêncio» para evitar maiores tensões na região.

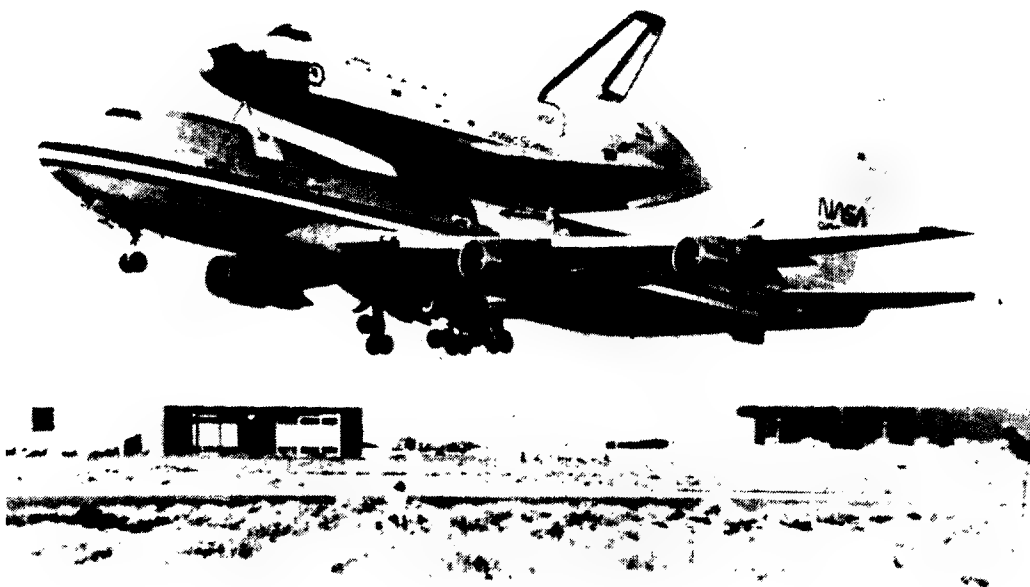
O México — acrescentou Castaneda — reiterou a necessidade de se procurar uma «solução razoável e pacífica» para os problemas regionais em geral e para a crise salvadorenha em particular.

Disse que Haig discordou do projecto de resolução apresentado pelo México e outros países, nas Nações Unidas, sobre as violações dos direitos humanos em El Salvador.

O ministro mexicano declarou aos jornalistas que, não obstante as discordâncias a respeito destes temas, as conversações foram «muito cordiais», tendo-se chegado a importantes ajustamentos nas questões bilaterais.

Haig e Castaneda abordaram em realizar dois encontros anuais, admitindo que o próximo seja em Washington, na Primavera de 1982.

Columbia de regresso ao lar



O «Columbia», vaivém espacial americano, deixou ontem «às costas dum Boeing 747» da «NASA», a base militar de Edwards, na Califórnia, onde aterrou a 14 de Novembro último, depois de 54 horas no espaço extraterrestre. O seu regresso a Cabo Canaveral (Florida), de onde foi lançado pela segunda vez a 12 de Novembro, desenrolar-se-á em duas etapas. Depois de ter feito escala em Bergstrom (Texas), partirá, ainda hoje, para a Florida. O terceiro voo experimental do «Columbia», que deverá durar uma semana, está previsto para meados de Março de 1982.

Cimeira em Cabo Verde

Angola e Senegal a caminho do estabelecimento de relações

Os presidentes Abdou Diouf, do Senegal, e José Eduardo dos Santos, de Angola, tiveram ontem, pela primeira vez, uma entrevista na Praia, capital de Cabo Verde, onde estão actualmente de visita.

Este encontro ao mais alto nível, que se verificou na Presidência da República cabo-verdiana «num ambiente amigável», deverá desempear o caminho para o estabelecimento das relações entre o Senegal e Angola, soube-se de fonte informada. Os dois presidentes darão a conhecer a sua decisão a este respeito, quando do regresso aos seus países, seguindo a mesma fonte.

Onde se fala da UNITA

Esta cimeira de Cabo Verde

pode ter ainda como consequência imediata o encerramento da representação da UNITA em Dakar — referem meios diplomáticos de Cabo Verde.

O encontro, cuja realização é atribuída aos esforços de François Mitterrand para dar nova orientação à política francesa em África e à capacidade mediadora de Aristides Pereira, foi programado há bastante tempo — afirmaram as mesmas fontes.

Círculos políticos da Praia referem igualmente o facto de os três presidentes envolvidos no encontro da Praia (Aristides Pereira, Eduardo dos Santos e Abdou Diouf) se terem avistado em alturas separadas, mas há pouco tempo, com o presidente francês.

A escala no Sal de Abdou Diouf, então classifica como «técnica», quando do seu regresso da conferência franco-africana e a viagem do ministro da Defesa cabo-verdiano, Honório Chantre a Angola, são agora referidos como etapas decisivas na preparação deste encontro.

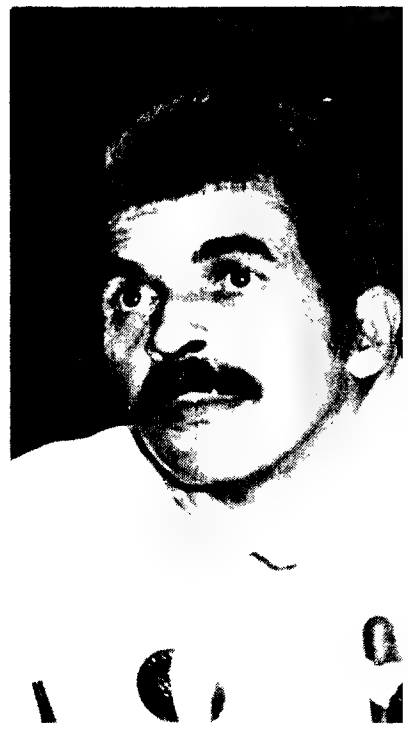
Observadores locais adiantam que Luanda veria com muito bons olhos o encerramento da representação oficial da UNITA em Dakar, enquanto o Senegal, em troca do reconhecimento oficial de Angola poderia, com o apoio francês, alargar as suas relações comerciais a Angola, um mercado suficientemente amplo para favorecer os projectos franco-senegaleses de expansão económica.

A luta

ção legal. A pressão da opinião pública internacional obriga Truman a comutar-lhe a sentença em prisão perpétua. Este combatente da guerra de libertação de Porto Rico que entra então num outro mundo, o da vida da prisão, é «Oscar Collazo».

Os prisioneiros de guerra

Os quatro estão sentados nas cadeiras da galeria do público do Capitólio de Washington. Em



Oscar Collazo

baixo, os legisladores desenvolvem a sua oratória. É o dia 1 de Março de 1954.

Em 1953, o governo dos Estados Unidos conseguiu que as Nações Unidas aprovassem uma resolução aceitando que o Porto Rico já não era uma colónia mas um Estado livre associado. A correlação de forças na organização máxima internacional era favorável a Washington. Os nacionalistas tinham que dar outro grito ao mundo para que se soubesse que tudo aquilo era uma farsa, que os porto-riquenhos continuavam a exigir a independência da sua pátria.

No meio do silêncio da galeria, ouve-se a voz duma mulher que grita: «Viva o Porto Rico livre!» Ao mesmo tempo é desfraldada uma bandeira porto-riquenha e quatro pistolas aparecem nas mãos dos patriotas. Os que estão em baixo são os representantes do Congresso dos Estados Unidos e é esse congresso que detém a soberania de Porto Rico. Ouvem-se vários disparos. Os congressistas correm para as bancadas e escondem-se debaixo das mesas.

Prendem três porto-riquenhos num primeiro momento, e outro um pouco mais tarde.

E, depois dos julgamentos, condenam-nos a 86 anos. Entram no novo mundo da prisão: Lolita Lebrón, Andrés Figueroa Cordero, Irving Flores e Rafael Cancel Miranda. Durante mais de 25 anos ficam atrás dos muros da prisão.

Enquanto resistem no cativo sentem que dessa maneira lutam pela sua causa.

A nova correlação de forças a

nive
cad
os p
And
negl
são,
já n
mon
Out
a co
pala
Mari
depr
vern
cess

cion
e Ri
O
herc
mult
de p
parti
cas,
cons
tas
quer
O
vez
luta
com
 próp
mas
prin
direi
Port
 próp
mét

«A
-nos
pres
viam
de. t
divid
sequ
com
Entã
prior
movi
«A
Rico
blem
fazer
lider
lider
E en
form
seria
Mas

exclusivo

Patriotas portorriquenhos:

ta pela independência

passa pela unidade

Talia Carol

Prensa Latina

nível internacional pressiona cada vez mais Washington para os pôr em liberdade condicional. Andrés adoece com cancro; por negligência do hospital da prisão, o mal é descoberto quando já não tem remédio. Antes de morrer encarcerado, indultam-no incondicionalmente, a 6 de Outubro de 1977. Vive 18 meses a combater o inimigo com a sua palavra heróica, até morrer em Março de 1979. Poucos meses depois, a 10 de Setembro, o governo americano vê-se na necessidade de indultar incondi-

niente: o das eleições. Enquanto se estivesse em período eleitoral em Porto Rico, o que aconteceu em 1980, as pessoas, inclusive os membros das organizações independentes e os líderes dessas organizações, nem sequer teriam tempo para ouvir as nossas reclamações, as nossas sugestões. De modo que decidimos deixar passar as eleições de 1980 para começarmos a trabalhar. Começamos na cidade de Nova Iorque, onde os porto-riquenhos não estavam envolvidos nas lutas eleitorais de

questão da cultura porto-riquenha, em que há um ataque directo do sistema colonial para assimilar a cultura porto-riquenha e a ianque, e todos os independentistas estão de acordo na necessidade de travar uma batalha contra isso. Por exemplo, temos a questão dos recursos naturais de Porto Rico, descobriram-se minas de petróleo e logo vieram os interesses ianques a querer explorá-las. Nessas coisas todos os independentistas estão unidos e todos queremos combatê-las;



Irving Flores

Rafael Cancel Miranda

cionalmente Lolita, Oscar, Irving e Rafael.

Os quatro são recebidos como heróis em Porto Rico, por uma multidão de dezenas de milhares de pessoas filiadas em todos os partidos e organizações políticas, assim como um número considerável de independentistas que não pertencem a qualquer organização.

Oscar, Irving e Rafael, uma vez na rua, decidem continuar a luta pela independência, agora com as características políticas próprias do momento actual, mas sempre respeitando os princípios de não reconhecer os direitos do invasor ianque sobre Porto Rico. Deixemos que eles próprios expliquem o seu novo método de luta.

Até à unidade independentista

«A ideia da unidade ocorreu-nos quando ainda estávamos presos — informa Oscar —. Nós viamos como as forças independentistas de Porto Rico estavam divididas de tal forma que nem sequer podiam reunir-se para comemorar uma data nacional. Então decidimos que a nossa prioridade seria organizar um movimento de unidade.

«Agora, ao chegarmos a Porto Rico, deparámos com o problema de que não era tarefa fácil fazer esse trabalho através dos líderes, porque a divisão entre os líderes é questão sem remédio. E então concluímos que a melhor forma de trabalhar na unidade seria através da base da militância das diferentes organizações. Mas tínhamos outro inconveniente: o das eleições. Enquanto se estivesse em período eleitoral em Porto Rico, o que aconteceu em 1980, as pessoas, inclusive os membros das organizações independentes e os líderes dessas organizações, nem sequer teriam tempo para ouvir as nossas reclamações, as nossas sugestões. De modo que decidimos deixar passar as eleições de 1980 para começarmos a trabalhar. Começamos na cidade de Nova Iorque, onde os porto-riquenhos não estavam envolvidos nas lutas eleitorais de

Porto Rico e tinham tempo para nos ouvir. Começamos a trabalhar pela unidade, com eles. Tivemos a ideia de formar um grupo de pessoas dispostas a trabalhar juntas que, pouco a pouco, transformou-se na Fundação Andrés Figueroa Cordero. A ideia dessa Fundação é unir todos os independentistas possíveis e pô-los a trabalhar pela independência de Porto Rico e evitar, sempre que possível, todos os assuntos susceptíveis de os dividir. Assim começamos a trabalhar em Nova Iorque».

Irving refere-se ao processo de Porto Rico:

«Depois de passarem as eleições, começamos o trabalho em Porto Rico. Começamos primeiro por sondar a opinião dos independentistas sobre se estariam dispostos ou não a aceitar a unidade. Descobrimos que havia muito bom ambiente para a unificação de todos os agrupamentos e lutámos mais abertamente nesse sentido. Temos como base as muitas coisas que nos unem, aquelas em que somos afins, como, por exemplo, o problema de Vieques. Todos os porto-riquenhos independentistas estão de acordo que é preciso lutar para expulsar a Marinha dos Estados Unidos da ilha municipal de Vieques que é parte do território nacional porto-riquenho e Vieques é Porto Rico. Por exemplo, temos o serviço militar obrigatório.

Nenhum dos independentistas de Porto Rico quer que a juventude porto-riquenha seja usada como carne para canhão nas guerras imperialistas. Temos a

mas dentro do sectarismo existente, cada um quer trabalhar por si.

«Já organizámos Comités Unitários em todas as sedes de distrito que estão a trabalhar activamente. Agora vamos convocar um pré-Congresso onde sairá o Comité Coordenador Nacional que dirigirá os trabalhos de todos os comités, aprovará um regulamento e um plano de trabalho. Nisso trabalhamos agora.

Unir o povo

«Esses comités vão ser amplamente representativos do povo, só o povo vai decidir o que se vai fazer e quem o faz.» — diz Rafaelito.

Um líder político pode entrar no comité como indivíduo mas, por exemplo, se há uma assembleia do comité, seja distrital ou nacional, em pré-congresso ou em congresso, e vem um líder destacado da independência desenvolver acção partidária, dentro do movimento unitário, declara-se que está fora de ordem.

«Na organização dos comités houve participação activa dos membros de todos os partidos e organizações independentistas, como o Partido Independentista, o Partido Socialista, Partido Nacionalista, a Liga Socialista e outros, assim como de independentistas sem filiação partidária. Por exemplo, na minha aldeia, Mayagüez, onde se realizou uma grande assembleia de centenas de independentistas, elegeu-se um comité para dirigir os trabalhos da assembleia, composto

24 horas

UM MISSIONÁRIO cisterciense espanhol, padre Benjamin Fernandez Manzanal, foi raptado no passado dia 15 de Novembro em Amacupa, Angola, soube-se em Madrid na sede do episcopado espanhol.

O missionário teria sido sequestrado por um grupo de guerrilha pouco depois de ter celebrado missa, acrescenta-se.

A embaixada espanhola em Angola, a delegação apostólica e a Cruz Vermelha estão a tentar conseguir a libertação do padre.

Segundo a Casa da Igreja em Madrid, o rapto foi efectuado por elementos da UNITA.

A ASSEMBLEIA GERAL DA ONU aprovou terça-feira a moção da sua Comissão de Descolonização exortando Marrocos e a Frente Polisário a negociar um cessar-fogo imediato e a concluir um acordo de paz comportando um referendo de autodeterminação.

Esta decisão foi tomada por 76

votos contra 9, com 57 abstenções.

Além disso, a Assembleia Geral aprovou por consenso uma moção pedindo ao secretário-geral das Nações Unidas que forneça auxílio e assistência à Comissão de Aplicação das decisões da Cimeira da Organização da Unidade Africana reunida este Verão em Nairobi.

WALDHEIM PERMANECE NA ONU? — A possibilidade dum compromisso que manteria Kurt Waldheim no posto de secretário-geral da ONU durante dois a três anos, dando a garantia ao Terceiro Mundo de que este cargo lhe será depois confiado, começa a surgir, soube-se na terça-feira nos meios diplomáticos de Nova Iorque. Espera-se na ONU que a situação se esclareça durante a primeira quinzena de Dezembro.

IGUALDADE DOS SEXOS — Por unanimidade os deputados canadianos pronunciaram-se na terça-feira em Otava pela igualdade dos sexos no Canadá. Por 222 votos e nenhum contra os membros dos três partidos políticos representados na Câmara dos Comuns (liberais, progressistas conserva-

dores e neodemocratas) votaram para que esta igualdade seja garantida pela «Carta dos Direitos» devendo ser acrescentada à acta da América do Norte Britânica (AANB). (que desde 1867 faz de Constituição canadiana) e que o Governo Federal de Pierre Elliott Trudeau deseja repatriar de Londres.

A CÂMARA DOS LORDES deu ontem um passo no sentido da aprovação de uma série de medidas que permitem às mulheres escocesas lavarem as janelas sem serem presas. Leis em vigor na Escócia puniam com prisão as mulheres que se colocavam nos peitoris das janelas para lavarem as vidraças. A actualização da lei permitirá também aos escoceses comprarem, sem quaisquer sanções como até agora, tabaco antes das cinco horas da manhã ou verem cavalos ou touros em actos de procriação. Os membros da Câmara dos Lordes aprovaram a lei em segunda leitura. Se a terceira leitura da lei for aprovada, esta será submetida à concordância da Câmara dos Comuns antes de entrar em vigor.

CONDENAÇÃO DE SINDICALISTAS — O Conselho Permanente de Justiça da Segunda Auditoria Militar de São Paulo, recusou ontem, o recurso de anulação das penas a que foram condenados na quinta-feira da semana passada, 11 sindicalistas brasileiros. Entre os condenados, que vão cumprir penas entre dois e três anos e meio de prisão, encontra-se Luís Ignácio da Silva, «Lula». O recurso foi apresentado segunda-feira pelo advogado dos sindicalistas, que alegou irregularida-

des na sentença, já que os juizes interromperam a sessão secreta em que se encontravam para jantar. De facto o Código Penal Militar afirma que «a sessão do juízo, na sua parte secreta, não poderá ser interrompida por motivos alheios ao processo, salvo em caso de doença de algum dos juizes». Os advogados dos sindicalistas já apresentaram o recurso ao Supremo Tribunal, o qual em Setembro de 1980 anulou o primeiro acórdão que condenou os sindicalistas à revelia.

AVENIDA DAS MORTES — Uma larga avenida do porto colombiano de Barranquilla será em breve iluminada a fim de se acabar com os cadáveres que todas as noites são para lá atirados, anunciaram as autoridades.

Com efeito, desde há algum tempo esta avenida de acesso ao aeroporto e às praias foi escolhida pelos delinquentes, em particular pelos traficantes de droga, para se desembaraçarem dos corpos dos seus rivais devido à ausência de iluminação e de policiamento.

MORTE NO ULSTER — Um jovem católico norte-irlandês de 19 anos que tinha sido alvejado por vários tiros em frente de sua casa há dez dias, morreu ontem num hospital de Belfast.

O atentado contra o jovem Stephen Murphy não tinha sido reivindicado, nem o que seis horas mais tarde custou a

vida a outro jovem membro da Comunidade Católica, Thomas McNulty, também em Belfast. Considera-se no entanto que se trataram de medidas de represálias da parte de grupos paramilitares protestantes depois do assassinato do reverendo Bradford, ocorrido no mesmo dia ao atentado a Murphy.

TUFÃO MATA NAS FILIPINAS. O tufão «Ima» fez sete mortos e 80 000 desalojados nas Filipinas, poupando Manila, depois de ter devastado durante dois dias o centro da ilha de Luzon, celeiro de arroz do país, com ventos de 220 km/hora.

Segundo o Serviço Meteorológico das Filipinas, «Ima», que enfraqueceu de intensidade e se transformou em tempestade tropical, vai agora dirigir-se para o Sudeste da China depois de uma nova incursão no Nordeste de Luzon.

VINDO DO CÉU um objecto voador não identificado caiu hoje, entre as 4 e as 5 horas da manhã, num campo perto da localidade de Vauvert (a cerca de 20 km ao sul de Nîmes), soube-se junto da Polícia da localidade.

Pouco antes da sua queda fora assinalado pelos radares da base aérea de Nîmes-Gorons.

O local em que se verificou a queda encontra-se neste momento cercado pelas autoridades militares.

DESPORTO

Taça UEFA em Alvalade (21 e 15)

Hoje: suíços nas garras de leões

Hoje, pelas 21 e 15, Alvalade estará a postos para a «mão» de abertura da eliminatória 3 da «Taça UEFA», com o Sporting em confronto com os suíços do Neuchatel Xamax, em duelo que será arbitrado pelo juiz Kirschen, da RDA.

Nos «leões» que (como ontem noticiámos) estão invencíveis desde 25 de Julho (21 jogos consecutivos sem derrota) não alinhará o jovem «internacional» Freire (que se encontra lesionado). De qualquer modo, o técnico britânico Allison, que continua a abdicar de estágio para os seus jogadores, convocou 17 futebolistas para esta tarde (16 e 15) se reunirem, jantarem e seguirem para o estádio verde-branco. O «onze» inicial deve formar assim: Mezaros; Virgílio, Xavier, Eurico e Inácio; Ademar, Oliveira e Nogueira; Manuel Fernandes, Jordão e Mário Jorge. Suplentes: Melo, Barão, Bastos, José Eduardo e Lito, com a hipótese de Marinho (se recuperar) estar igualmente à disposição de Malcolm Allison.

Por seu turno, Gilbert Gress (técnico do Neuchatel) forneceu como mais provável a seguinte formação suíça: Engel; Hasler, Trincherro, Forrester e Bianchini; Pellegrini, Perret, Andrey e Kueffer; Givens e Luthi. No banco: Lehnher, De Coulon, Wuttrich e Moret. Um único profissional: o veterano Don Givens (32 anos). Nos restantes, as ocupações mais variadas: agente de seguros, professores de Educação Física, empregados de escritório, técnico de informática, desenhadores, estudante de Direito, operário da construção civil, caixeiros e um funcionário bancário. O Neuchatel conta com quatro «internacionais»: A (Engel, Trincherro, Luthi e Givens) e ainda três «internacionais»: B (Bianchini e Forrester e Pellegrini).

Para a hipótese de casa esgotada, o Sporting arrecadaria 15 mil contos, mas há ainda muitos bilhetes para venda: para além das entradas para associados custarem 250 escudos, existem ingressos a partir de 350 escudos.

UEFA em riste

Para além da partida entre o Sporting e o Neuchatel, eis o calendário da Taça UEFA para hoje: Lokeren (Bélgica) - Kaiserslautern (RFA); Rapid de Viena (Áustria) - Real Madrid (Espanha); Aberdeen (Escócia) - Hamburgo (RFA); Göteborg (Suécia) - Dinamo Bucareste (Roménia); Winterslag (Bélgica) - Dundee United (Escócia); Radnicki Nis (Jugoslávia) - Feyenoord (Holanda) e Valência (Espanha) - Hajduk Split (Jugoslávia). Todos os jogos da 1.ª «mão» desta 3.ª eliminatória se disputam hoje, à excepção do Winterslag - Dundee, que terá lugar somente no dia 1 de Dezembro. Os

encontros da segunda «mão» jogam-se no dia 9.

Festas no Sporting

Tudo acordado: o médio vilaranense Festas transita para o Sporting na próxima temporada e o contrato será rubricado já a 7 de Dezembro, quando o «team» de Guimarães actuar em Alvalade.

Calendário Muda

O Campeonato Nacional da 1.ª divisão prossegue no próximo fim-de-semana com dois jogos antecipados para sábado: Boavista - Sp. Braga, no Bessa, e Benfica - Académico de Viseu, na Luz, ambos às 15 horas. Outras antecipações para o mesmo



Mezaros: o reduto final

dia. Juniores: Vilanovense - Amaranense, Esperança - Estarreja, Cartaxo - Nazarenos (15.30), Montijo - Belenenses, Lusitano de Évora - Amora (15.30) e V. Setúbal - Juventude todos às 15 salvo as excepções apontadas. A Taça de Portugal terá encontros de desempate esta semana. Hoje: Vasco da Gama - Peniche, em Sines, às 15 horas, sábado: Nacional da Madeira - Maximienense, no Funchal, às 16 horas e Atlético - Valadares, na Tapadinha, às 15; domingo: Mogadourense - Vilaverdense, em Mogadouro, às 15.

No domingo há a registar igualmente algumas alterações na 1.ª divisão: Penafiel - FC Porto em campo a designar oportunamente. Na 2.ª divisão: (Antecipação à jornada de 27 de Dezembro) Zona Sul: Marítimo - Barreirense no Funchal às 16 horas. Na 3.ª divisão jogos em atraso: Carvalhais - Vilanovense, no campo de Santa Cruz e Estarreja - Esperança, no campo do primeiro, ambos às 15. Em junho-

res: U. Leiria - Alter no campo do Soutocico, às 11 horas.

Mais jogos da Taça de Portugal: 1 de Dezembro: Estoril - Serpa, em campo a designar oportunamente 8 de Dezembro. V. Guimarães - Elvas, no Municipal de Guimarães às 15. Juniores - jogos em atraso será a 1 de Dezembro. Fiais da Telha-Canas de Senhorim no campo do primeiro às 11 horas.

Brasileiro em Leiria

Dilson, o brasileiro que não conseguiu firmar-se no Sporting, demanda agora Leiria para, no União, tentar nova vida.

Restelo: e as «luvas»?

No período invernos que está à porta, mais se faz sentir a falta de luvas: é o que pensam os futebolistas Djão, Sambinha, Avelar e Jacinto João que, atrasados em pagamentos, parecem pouco dispostos a treinar e jogar sem terem o dinheiro das «luvas» no bolso.

Futebol inglês

Resultados dos quatro encontros disputados ontem a contar para o campeonato inglês da 1.ª divisão: Coventry - Stoke City, 3-0; Notts County - Everton, 2-2; Swansea - Brighton, 0-0; Wolverhampton - Southampton, 0-0. Para a 2.ª divisão disputaram-se também alguns encontros que tiveram os seguintes resultados: Charlton - Chelsea, 3-1; Crystal Palace - Norwich, 2-1; Luton - Bolton, 2-0; Orient - Newcastle, 1-0; Queens Park Rangers - Oldham, 0-0; Sheffield Wednesday - Barnsley, 2-2 e Wrexham - Cardiff, 3-1.

Em jogo a contar para a 3.ª eliminatória da Taça da Liga, o West Bromwich e o West Ham empataram a um golo após prolongamento.



Martins de Sá: o acusador



Xara Brasil: o acusado



Sousa Tavares acusa, Silva Resende defende



"Sporting" no banco dos réus

A história principiou em Maio de 1980, quando o Sporting (beneficiando de um autogolo de Manaca, na partida em Guimarães) embalou directamente para o título futebolístico nacional. O correspondente no nosso país de diversa imprensa italiana (Martins de Sá, funcionário da Caixa Geral dos Depósitos) terá publicado afirmações supostamente atentatórias da dignidade do atleta vilaranense colocando em causa a honestidade com que o Sporting subiu ao trono do chuto local. Vai daí, o semanário dos «leões», dirigido pelo vice-presidente da colectividade de Alvalade (Dr. João Xara Brasil), atirou-se a Martins de Sá e do impacto resultou uma acção movida pelo funcionário bancário «doublé» de jornalista que teve ontem, no Tribunal da Boa Hora, a primeira audiência.

No banco dos réus sentou-se o Sporting, representado pelo dr. Xara Brasil, (que é defendido pelo dr. Silva Resende, antigo director do trisemanário «A Bola», fundador do PDC e, actualmente, tesoureiro da Federação de Futebol por designação sportinguista). Entre as testemunhas de defesa contam-se João Rocha, Mário Garcia e os drs. Nunes dos Santos, Sousa Marques e Roque Lino.

Como acusador lá esteve Martins de Sá, que escolheu o dr. Francisco de Sousa Tavares para advogado. O director de «A Capital» e membro parlamentar (pelo PSD) teve

ontem uma intervenção altamente contestável, pois atacou duramente o jornal do Sporting (ficando no ar a designação de «pasquim») igualmente não se eximindo a vergastar as pessoas do futebol que não são de bem porque não pagam os impostos devidos». E o dr. Sousa Tavares comparou:

— Só no ano passado paguei 400 contos de impostos!

A verdade é que está em discussão se os futebolistas e treinadores estão (ou não) com as contas em relação ao erário público. Tampouco interessará se o dr. Sousa Tavares é um cidadão quase exemplar. O problema cinge-se a um litígio entre autores de escritos pró e contra sua dama, no caso vertente o Sporting. Mais: o futebolista Manaca também é parte interessada no caso, até porque resolveu igualmente mover processo a Martins de Sá. Simplesmente, grande parte do processo perdeu-se: o (então) advogado do actual jogador estoniano faleceu num acidente de viação e uma pasta com documentos desapareceu do seu automóvel na altura do desastre. Mas o fio da meada está a recompor-se e, na manhã da próxima sexta-feira, quando prosseguirem as audiências com o Sporting no banco dos acusados, vai ser o bom e o bonito. Um campeonato de futebol ao que pode chegar!

N. de S.

Ginástica: URSS à frente

As ginastas soviéticas assumiram o comando do torneio por equipas do campeonato mundial da modalidade, que se iniciou em Moscovo com os exercícios obrigatórios. Antes de as soviéticas entrarem em acção, a equipa chinesa liderava (com 192,60 pontos) nas provas obrigatórias nos quatro aparelhos.

A soviética Natalya Ilyenko (15 anos) conduziu a sua equipa a um total de 194,40 pontos, estando a República Democrática Alemã na 3.ª posição (190,25) e a Roménia, que não conta com Nadia Comaneci, em 4.º lugar (189,90) seguida dos Estados Unidos, 189,00.

Ilyenko obteve marcas de 9,90 pontos nos exercícios no solo e 9,65 no salto de cavalo, guindando-se ao comando da classificação individual feminina, com um total de 39,05 pontos. Com 39 pontos segue-se a sua compatriota Yelena Davydova, que marcou 9,9, tanto nos exercícios no solo como nas paralelas assimétricas. Em 3.º na geral individual está Maxi Gnauck (RDA) com 38,95 pontos, seguida da soviética Olga Bicherova (15 anos) com 38,90. A melhor atleta chinesa, Wenyan Chen, tem 38,75 pontos.

MICROSEPIO

Alta competição é apoiada

Por portaria hoje publicada no «Diário da República», é aprovado o «Regulamento do Apoio ao Desporto em Alta Competição» e o «Estatuto do Atleta de Alta Competição em Representação Nacional».

Benfica: andebol bonançoso

Os andebolistas do Sport Lisboa e Benfica passarão a ostentar nas suas camisolas o nome da Bonança, companhia de seguros que na presente época vai patrocinar o andebol do popular clube da Luz. A exemplo do que se passa no estrangeiro (e já em outras modalidades entre nós), também agora o andebol passará a ser subsidiado por várias marcas comerciais. Neste caso particular, a Companhia de Seguros Bonança patrocinará todas as equipas do Benfica: masculinas ou femininas e em todas as categorias.

Atletismo: mudanças

Em notável esforço para fortalecer os seus quadros de atletismo, o Benfica recupera o concurso dos seus antigos representantes José Luís Fernandes (vindo de França) e Alfredo Melão (prestes a regressar de

Angola) para além de continuar «pescando» em Alvalade: Lucrécia Cunha, Aurora Anjos e Maria João Lopes parecem certas na Luz.

Basquetebol: Académico promove treinador

Diogo Amoroso Lopes é o novo técnico da equipa de seniores do Clube Académico de Coimbra. Fausto Pereira, o técnico substituído, pôs o seu lugar à disposição da direcção do clube em virtude de ter sido castigado federativamente depois

dos incidentes registados na partida Académico-Sangalhos. O novo treinador do Académico exercia até ao momento o cargo de responsável pelos sectores de formação do clube.

Ténis: milhões

As tenistas norte-americanas Martina Navratilova e Chris Evert Lloyd comandam ex-aequo a classificação internacional de «Grandes Prémios» de ténis, ao somarem 1105 pontos nos torneios disputados esta temporada.

Mikkola dominador

O francês Jean Ragnotti ultrapassou o finlandês Hannu Mikkola no comando do «Rali Rac», na 34.ª classificativa desta prova que conta para o Mundial da especialidade. Ragnotti, ao volante de um «Renault», foi um segundo mais rápido do que o finlandês na classificativa disputada no ventoso Oulton Park, perante 5000 espectadores. Porém, o francês não constitui ameaça para o favoritismo de Mikkola, que tem sobre ele um avanço global superior a 20 minutos.

No início do 3.º dia deste rali, Mikkola (num «Audi Quattro») comanda a prova, após 34 clas-

sificativas, quando apenas 75 dos 157 corredores inscritos ainda se mantêm em competição.

A classificação actual é a seguinte: 1.º, Hannu Mikkola, Finlândia, «Audi Quattro», 286:11; 2.º, Ari Vatanen, Finlândia, «Ford Escort», 296:01; 3.º, Michelle Mouton, França, «Audi Quattro», 298:45; 4.º, Stig Blomqvist, Suécia, «Sunbeam Lotus», 300:24; 5.º, Jimmy Mcrae, Escócia, «Opel Ascona», 301:47; 6.º, Pentti Aiorikkala, Finlândia, «Ford Escort», 303:15.

Enciclopédia
Mundial de
futebol



dirija-se ao seu vendedor habitual

COMPRE JÁ!

COMPANHIA DE SEGUROS BONANÇA, EP

RELATÓRIO E CONTAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1980

Sr. Ministro das Finanças e do Plano:

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, vem o Conselho de Gestão apresentar a V. Exa. o Relatório, Balanço e Contas de Ganhos e Perdas respeitantes ao ano de 1980.

A nova realidade empresarial — Companhia de Seguros Bonança E.P. — resulta da fusão, em 1 de Janeiro de 1980, das Companhias de Seguros Bonança, Comércio e Indústria, Ultramarina e União, nos termos do Decreto-Lei n.º 528/79, de 31 de Dezembro.

Com satisfação se regista o facto de ter sido acolhida a nossa sugestão no sentido da continuidade do nome BONANÇA. Defendeu-se por esta forma o património histórico segurador, no qual ocupa posição de relevo a BONANÇA, que, fundada em 1808, é a mais antiga das seguradoras portuguesas.

As dificuldades de uma fusão jurídica de quatro empresas que consubstanciavam realidades distintas, bem como alguns problemas particulares mais relevantes de algumas delas, foram atempadamente expostos ao Ministério da Tutela, nomeadamente mais afectadas por quaisquer medidas neste domínio, aproveita-se o ensejo para reafirmar a inconveniência de qualquer alteração sem prévios estudos que contenham soluções que evitem fortes perturbações em todo sistema segurador.

O problema do aumento do capital social, que nos parecia insuficiente, veio a ser parcialmente resolvido através da incorporação de uma parte da reserva especial, a qual contribuiu igualmente para a amortização de uma parcela dos resultados negativos transitados.

Quanto ao Ramo Acidentes de Trabalho, nenhuma alteração significativa ocorreu na sua exploração. Ainda que a Companhia de Seguros Bonança E.P. não seja uma das seguradoras mais afectadas por quaisquer medidas neste domínio, aproveita-se o ensejo para reafirmar a inconveniência de qualquer alteração sem prévios estudos que contenham soluções que evitem fortes perturbações em todo sistema segurador.

Entretanto, os resultados do trabalho desenvolvido no decurso do ano de 1980 permitem encarar com reflectida e prudente confiança o futuro da Companhia, a menos que elementos exógenos imprevistos tal viessem desmentir.

As preocupações dominantes do órgão gestor, que pelas formas julgadas mais actuaes se procuraram transmitir a toda a Empresa, incidiram sobretudo nos aspectos seguintes:

- integração de métodos e serviços;
- implementação da nova estrutura orgânica;
- lançamento programado da imagem da nova realidade empresarial;
- criteriosa aceitação e regulação técnicas;
- saneamento da carteira de resseguro aceite;
- reformulação da política de resseguro cedido;
- expansão da carteira em função do equilíbrio da exploração técnica;
- redução dos índices de despesas gerais e com pessoal;
- aumento de rendimentos;
- solução de alguns problemas mais prementes no domínio das instalações próprias (Sede e Dependências).

I — FUSÃO

Sendo certo que o plano de fusão oportunamente apresentado propunha a concretização da plena integração de métodos e serviços e consequentemente implementação da nova estrutura orgânica ao longo de dois anos, podemos afirmar que, com ligeiros desvios, o «timing» definido foi respeitado, havendo mesmo aspectos em que foi possível antecipar o cumprimento de algumas fases.

Para tal terá contribuído em larga medida o entusiasmo e trabalho afincado de uma parte significativa do pessoal, bem como a inexistência de hiato na gestão, em virtude de todos os gestores responsáveis pelo plano de fusão terem sido reconduzidos como membros do Conselho de Gestão da Companhia de Seguros Bonança E.P..

Constituiu preocupação dominante evitar, na medida do possível, repercussões externas negativas na qualidade do serviço prestado ao público, o que, infelizmente, nem sempre se conseguiu alcançar no decurso de reorganizações internas de tal amplitude.

Situações exógenas vieram ainda contribuir para uma certa perturbação de todo o mercado segurador, com especial incidência nas empresas que resultavam de fusões, já que foi no decorrer do ano de 1980 que se sentiram todos os efeitos, determinantes de enorme acumulação de serviço, de alguma legislação publicada no ano anterior, nomeadamente:

- Decreto Lei n.º 145/79, de 23 de Maio, que estabeleceu normas relativas ao exercício da actividade de mediação de seguros;
- Decreto Lei n.º 395/79, de 21 de Setembro, que instituiu o seguro agrícola de colheitas;
- Decreto Lei n.º 408/79, de 25 de Setembro, que instituiu o seguro obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel.

II — INSERÇÃO NO MERCADO

Apesar do que acima se refere e de algumas dificuldades a nível informático, apraz registar que a Companhia não perdeu competitividade, sendo de realçar que manteve a sua quota do mercado segurador (10,7%), crescendo mesmo mais do que a média das empresas públicas do sector.

O significativo aumento da sua carteira global (+36,7%) condicionado nalguns ramos pela escassez de matéria segurável ou pela

debilidade económica de potenciais consumidores, situou-se muito acima da taxa de inflação (16,7%), e não resultou por forma exclusiva ou determinante dos aumentos nos Ramos Automóvel (+50,3%) e Agrícola (+84,8%), ramos tradicionalmente considerados como geradores de maus resultados técnicos, já que, apesar de estes acusarem taxas de crescimento elevadas, as mesmas se situam abaixo da média de crescimento das restantes seguradoras.

% AUMENTO DE CARTEIRA — 1980				
	Agrícola	Automóv.	Restantes Ramos	Carteira global
Bonança E.P.	84,8	50,3	28,7	36,7
Sector público	100,4	57,9	26,2	35,9
Mercado global	99,7	57,1	28,0	36,8

Sublinhe-se ainda que, para além das naturais implicações do processo de fusão na produtividade da rede comercial da Empresa, o crescimento foi e será condicionado por uma adequada política de aceitação, que procurará manter-se apesar de o mercado se apresentar fortemente concorrencial no domínio dos preços.

III — EXPLORAÇÃO TÉCNICA

1. SEGUROS DIRECTOS

1.1. PRÉMIOS

Os prémios de seguros directos atingiram em 1980 o quantitativo de

Esc: 3.467.690.224\$00

ou seja mais Esc. 930.409.074\$00 que no ano anterior, o que representa um crescimento de 36,7%.

Este aumento é assim representado:

RAMOS	AUMENTO (em contos)	%
Vida	10.300	13,2
Acid. de Trabalho	215.764	31,1
Acid. Pessoais	33.117	40,1
Fogo	57.428	16,1
Agrícola	15.489	84,8
Automóveis	447.447	50,3
Marítimo	111.768	46,5
Transp. Terrestres	11.102	53,6
Aéreo	1.655	9,2
Diversos	26.339	18,9
GLOBAL	930.409	36,7

Salienta-se o aumento percentual nos Ramos Agrícola, Automóvel, Transportes Terrestres e Marítimo.

Tal facto resulta:

- da implantação do seguro de colheitas que iniciou a sua exploração em 1980;
- da entrada em vigor, em 1.1.80, do seguro obrigatório responsabilidade civil automóvel;
- de uma maior utilização da via terrestre para as importações e exportações, em especial de e para os países europeus;
- da revisão de taxas aplicadas a algumas frotas e da actualização dos valores seguros de alguns navios.

São também importantes, em termos numéricos, os aumentos registados nos Ramos Acidentes Pessoais e Acidentes de Trabalho. Menos significativos são os aumentos nos Ramos Vida, Fogo e Diversos. É nestes ramos que tem de incidir uma atenção especial visando um crescimento de carteira.

A filosofia de gestão das empresas seguradoras no campo da produção assenta em duas teses, senão opostas, pelo menos bastante divergentes.

Uma baseia-se na selecção, com uma cuidadosa apreciação prévia dos seguros propostos e uma adequada tarifação.

A outra assenta numa massificação do seguro, no pressuposto de que um elevado aumento de prémios equilibrará os maus riscos e os riscos aceites em condições deficientes, e ainda na esperança de que os resultados financeiros da aplicação dos prémios compensará os prejuízos da exploração técnica.

No decurso dos últimos anos tem-se assistido a um predomínio da segunda tese, facto que tem conduzido a uma forte concorrência de preços.

Todavia, os resultados não têm sido encorajantes e começa a assistir-se, a nível internacional, a uma mudança, caminhando-se para a selecção.

Algumas seguradoras estrangeiras decidiram já agravar as suas tarifas próprias, havendo até casos em que decidiram, pura e simplesmente, eliminar a aceitação de determinados riscos e até a exploração de alguns ramos.

Logo que foi possível a este Conselho de Gestão ter um conhecimento mais perfeito das carteiras das ex-companhias que formaram a Bonança EP, procurou-se fazer uma análise dos contratos que a constituem e, naqueles casos em que tal se justificou, sem perder

de vista o interesse global do segurado, modificaram-se as condições de vigência dos seguros, tentando uma melhoria de rentabilidade.

E, no entanto, um trabalho difícil e moroso que, embora comece a dar alguns frutos, só no decurso do tempo e com uma acção continuada virá a ter plena eficácia.

É importante também modificar a ideia de que o volume das carteiras é mais importante do que a sua rentabilidade.

O Conselho de Gestão manterá neste campo a política que tem vindo seguindo de preferir uma carteira equilibrada com vista a obter resultados positivos, a um crescimento à custa da aceitação ou manutenção de maus negócios ou de negócios em condições inadequadas.

É absolutamente indispensável e urgente que sejam revistas algumas tarifas, nomeadamente a do Ramo Automóvel, na qual se continua praticando uma tarifa de 1973 (com uma parte considerável da carteira ainda com prémios da tarifa de 1971 e até de 1967).

A entidade coordenadora do sector tem, neste domínio, um importante e urgente papel a desempenhar, e estamos certos de que não deixará de o fazer.

Por seu turno, as próprias seguradoras terão, a nosso ver, de proceder também a uma análise profunda das suas formas de actuação no mercado, que se não deseja deixe de ser concorrencial mas que tem de encontrar novas soluções para que essa concorrência se exerça de maneira disciplinada e salutar.

1.2. INDEMNIZAÇÕES

O valor das indemnizações processadas no exercício corresponde a 51,9% dos prémios (em 1979 havia sido 59,8%).

Considerando os reajustamentos de exercícios anteriores, essa percentagem sobe para 53,6% (em 1979 foi de 56,7%).

Nos mapas que se seguem pode ser feita a comparação, ramo a ramo, da sinistralidade de 1979 e 1980, com e sem reajustamentos.

Considerando embora o carácter aleatório do contrato de seguro, e ainda o facto do considerável aumento de prémios do Ramo Automóvel ter feito descer, neste primeiro ano, o rácio de sinistralidade, entendemos que, embora de forma ainda pouco visível, se começam a sentir os efeitos da política de aceitação e revisão de carteira seguida pelo Conselho de Gestão.

Para a prossecução dessa política é também importante que exista um serviço de prevenção e análise de riscos eficiente e dinâmico. Nesse sentido foi redimensionado e dinamizado em 1980 o Departamento de Prevenção e Análise de Riscos.

Tal serviço é, para além do mais, de especial interesse para os segurados, para quem evitar o sinistro tem bastante mais interesse do que receber a indemnização que, normalmente, não lhe compensa todos os prejuízos que o sinistro determina.

O próprio país beneficiará com uma menor frequência de sinistros.

A avaliação imediata dos prejuízos e o pagamento rápido das indemnizações são também dois objectivos importantes que o Conselho de Gestão se empenha em desenvolver na empresa.

Com a eliminação de algumas dificuldades resultantes da fusão, prevê-se que a curto prazo, se poderá avançar ainda mais neste campo.

Na análise dos mapas de sinistralidade, salienta-se o elevado volume das indemnizações do Ramo Automóvel.

Ainda que o rácio de sinistralidade (69,8%) seja inferior ao do ano anterior (76,4%) esse facto não representou um decréscimo no número de sinistros ou no valor das indemnizações.

O prejuízo suportado pela Companhia no Ramo Automóvel atingiu o elevado quantitativo de 262.233 contos. Em 1979 havia sido registado um prejuízo de 190.219 contos.

RAMO AUTOMÓVEL (em contos)				
ANO	Saldo da c/ Ganhos e Perdas	Proporção das «Despesas Gerais» não consideradas no saldo	Proporção dos «Rendimentos de Valores livres»	Prejuízo
1979	-126.340	-75.406 (1)	+11.527 (2)	-190.219
1980	+76.645	-350.340 (3)	+11.462 (4)	-262.233

$$(1) - \frac{222.306}{2830492} = 7,85\% \times 960593$$

$$(2) - \frac{33915}{2830492} = 1,2\% \times 960593$$

$$(3) - \frac{953309}{3749021} = 25,43\% \times 1377667$$

$$(4) - \frac{31202}{3749021} = 8,32\% \times 1377667$$

Trata-se de uma situação insustentável, sendo de esperar para muito breve uma revisão de tarifas, como já referimos, que venham a ser estabelecidas de acordo com o constante aumento do custo das reparações e do valor das indemnizações e com o envelhecimento do actual parque automóvel.

COMPANHIA DE SEGUROS BONANÇA, EP

Continuação da pág. 19

SINISTRALIDADE

(sem reajustamentos)

RAMOS	PRÉMIOS		INDEMNIZAÇÕES		RÁCIOS DE SINISTRALIDADE	
	1979	1980	1979	1980	1979	1980
VIDA	77.895	88.196	20.927	25.231	26,9%	28,6%
ACIDENTES TRABALHO	693.902	909.665	244.293	314.686	35,2%	34,6%
ACIDENTES PESSOAIS	82.611	115.728	33.758	35.576	40,9%	30,7%
FOGO	355.993	413.421	93.971	130.184	26,4%	31,5%
AGRÍCOLA	18.266	33.755	15.066	24.321	82,5%	72,1%
AUTOMÓVEIS	890.069	1.337.515	696.994	938.516	78,3%	70,2%
MARÍTIMO	240.239	352.007	324.410	227.225	13,5%	64,6%
TRANSP. TERRESTRES	20.731	31.834	5.309	16.268	25,6%	51,1%
AÉREO	18.000	19.655	4.243	2.601	23,6%	13,2%
DIVERSOS	139.575	165.914	78.559	83.729	56,3%	50,5%
	2.537.281	3.467.690	1.517.530	1.798.337	59,8%	51,9%

SINISTRALIDADE

(com reajustamentos) (em contos)

RAMOS	PRÉMIOS		INDEMNIZAÇÕES		RÁCIOS DE SINISTRALIDADE	
	1979	1980	1979	1980	1979	1980
VIDA	77.895	88.196	21.838	25.329	28%	28,7%
ACIDENTES TRABALHO	693.902	909.65	243.958	314.686	35,2%	34,6%
ACIDENTES PESSOAIS	82.611	115.728	33.726	34.447	40,8%	29,8%
FOGO	355.993	413.421	89.245	122.754	25,1%	29,7%
AGRÍCOLA	18.266	33.755	15.139	23.901	82,9%	70,8%
AUTOMÓVEIS	890.069	1.337.515	680.301	934.128	76,4%	69,8%
MARÍTIMO	240.239	352.007	295.582	288.178	123%	81,9%
TRANSP. TERRESTRES	20.731	31.834	4.301	16.494	20,7%	51,8%
AÉREO	18.000	19.655	1.674	7.766	9,3%	39,5%
DIVERSOS	139.575	165.914	52.628	89.898	37,7%	54,2%
	2.537.281	3.467.690	1.438.392	1.857.581	56,7%	53,6%

1.3. REAJUSTAMENTOS

Em 1979, como foi assinalado nos respectivos relatórios, houve necessidade de fazer alguns reajustamentos nas reservas para sinistros pendentes, transitadas de anos anteriores.

Tais reforços provaram não ter sido suficientes e daí que a verdade contabilizada em 1980 tenha sido de + Esc.: 59.243.910\$80, quando as contas de 1979 tinham sido favoravelmente influenciadas com uma redução de Esc.: 79.137.951\$40.

O aumento contabilizado em 1980 está bastante influenciado pelos reajustamentos no Ramo Marítimo (53.000 contos) essencialmente devido a um caso em que a reserva havia sido estabelecida de acordo com os elementos fornecidos pela «leader» do contrato, os quais mostraram ser insuficientes.

Situações idênticas ocorreram no Ramo Diversos.

Saliente-se também o Ramo Automóvel que apresentou em 1979 um valor negativo de Esc.: 16.692.984\$40, quando em 1980 esse valor foi somente de Esc.: 4.388.050\$60.

Este facto resultou de, por virtude da fusão, ter havido necessidade de uniformizar os critérios e valores de reserva nos processos pendentes nas quatro ex-Companhias havendo, para isso, que reforçar, nalgumas delas, os valores contabilizados.

1.4. COMISSÕES E DESPESAS DE AQUISIÇÃO

O rácio global desceu de 8,3% em 1979 para 7,9% em 1980.

Ainda que, percentualmente, se trate de uma redução pouco significativa, a diferença traduz-se, numericamente, em cerca de... 14.500 contos.

Para esta diminuição terá contribuído a eliminação de algumas entidades que intervinham nalguns contratos, por força das disposições do Estatuto do Mediador (Decreto-Lei n.º 145/79).

1.5. RESERVAS DE GARANTIA

Mercê do aumento de produção em todos os ramos, verificou-se também em todos eles, um aumento da reserva de garantia.

Esse aumento foi de Esc.: 211.450.535\$30, ou seja mais Esc.: 92.877.561\$00 do que em 1979.

RESERVA DE GARANTIA		
RAMOS	1979	1980
Acidentes Pessoais	2.519.589\$60	8.995.698\$50
Fogo	39.091.615\$40	19.142.621\$30
Agrícola	266.433\$40	1.548.903\$30
Automóveis	56.364.487\$20	149.148.764\$50
Marítimo	8.068.926\$40	23.431.392\$70
Transp. Terrestres	753.112\$20	1.097.384\$60
Aéreo	227.127\$70	465.404\$40
Diversos	11.281.682\$40	7.620.366\$00
TOTAL	118.572.974\$30	211.450.535\$30

1.6. RESERVAS MATEMÁTICAS

Também as reservas matemáticas registaram aumentos no exercício de 1980, como se observa no seguinte quadro:

RESERVAS MATEMÁTICAS		
RAMO	AUMENTO	
	1979	1980
Vida	38.724.281\$85	43.785.270\$90
Ac. Trabalho	118.609.399\$60	130.408.042\$10
TOTAL	157.333.681\$45	174.193.313\$00

Estes aumentos fizeram elevar as Reservas Matemáticas para:

Vida	396.107.079\$40
Ac. Trabalho	754.182.855\$10

No Ramo de Acidentes de Trabalho foi mantida a política, já adoptada em 1979, de constituir Reservas Matemáticas para os processos que em 31 de Dezembro não se encontravam ultimados mas que, inequivocamente, virão trazer responsabilidades que, de imediato e embora por estimativa, devem ser acauteladas, ainda que, naturalmente, esse princípio determine repercussões negativas nos resultados.

Este procedimento, de resto, está de acordo com a orientação superior sobre tal matéria (circular n.º 370 de 16/1/46 da Inspeção de Seguros).

2. RESSEGUROS ACEITES**2.1. PRÉMIOS**

Os prémios de resseguros aceites desceram de Esc.: 293.211.014\$20 em 1979 para Esc.: 281.331.466\$60 em 1980.

A redução foi, portanto, de 4,1%.

Já no relatório do ano anterior relativo à ex-União, o Conselho de Gestão manifestou a sua forte preocupação sobre as consequências da política de resseguro aceite no estrangeiro empreendida por aquela ex-Companhia, nomeadamente nos anos de 1977 e 1978.

Que não exagerava, demonstram-no os resultados, para além de surpresas que estão surgindo como sejam declarações de falência de entidades que intervinham nas colocações a quem a ex-União havia dado poderes para fazer aceitação em seu nome.

Já em 1979 se havia iniciado o processo de profunda análise dos diversos «dossiers» e haviam sido anulados alguns dos contratos em que isso se considerou conveniente.

Outros contratos foram anulados em 1980 e outros ainda, por terem sido realizados por prazos largos, aguardam oportunidade de tal anulação poder ser feita.

Os efeitos – no capítulo «prémios» – destas anulações só em 1981 começarão a ser mais visíveis, uma vez que as contas só tardiamente chegam ao conhecimento da Companhia.

É intenção do Conselho de Gestão procurar no resseguro aceite uma forma de compensação das cedências que a Bonança E.P. tem de efectuar, mas entende que neste domínio especial deve redobrar de cuidados, a fim de que não se agrave uma situação que vai certamente ter repercussões negativas durante mais alguns anos.

2.2. INDEMNIZAÇÕES

Como corolário do que referimos em 2.1., as indemnizações de resseguro aceite subiram de Esc.: 234.504.175\$57 em 1979 para Esc.: 237.198.997\$50 em 1980.

O aumento na rubrica «Indemnizações» foi, portanto, de 1,2% tendo-se, pelo contrário, verificado uma redução de 4,1% nos «prémios».

Não obstante se terem reforçado, em 1980, as reservas para sinistros pendentes, de acordo com os elementos conhecidos, tem-se consciência de que a sinistralidade vai continuar nos anos futuros a ter uma forte incidência, e então com uma redução ainda maior nos prémios que, em face das anulações feitas, tenderão a deixar de afluir.

O Conselho de Gestão considera, no entanto, que a sua decisão de anular os maus contratos foi a solução mais conveniente aos interesses da Empresa.

A não se ter procedido assim, é certo que continuaria a verificar-se um influxo de prémios, mas entrar-se-ia num sistema de «bola de neve» em relação às responsabilidades pendentes, com consequências altamente negativas.

Mesmo levando em linha de conta o rendimento das correspondentes reservas, o resseguro aceite trouxe, em 1979 e 1980, prejuízos para a Empresa, no valor de Esc.: 20.714.379\$27 e Esc.: 17.062.031\$40 respectivamente, como se pode apreciar no seguinte quadro:

RESSEGURO ACEITE			
	1979		1980
Prémios	+ 293.211.014\$20	+	281.331.466\$60
Rendimentos de			
Reservas	+ 1.702.064\$40	+	3.018.797\$50
Comissões	- 81.123.282\$30	-	64.213.298\$00
Indemnizações	- 234.504.175\$57	-	237.198.997\$50
SALDO	- 20.714.379\$27	-	17.062.031\$40

2.3. COMISSÕES

A percentagem média das comissões concedida pela Bonança E.P. no resseguro aceite desceu de 27,7% em 1979 para 22,8% em 1980.

A exemplo do que se vem fazendo nos mercados internacionais, fixou-se uma tabela de comissionamento mais reduzida para os negócios facultativos, política que, de resto, vai continuar a seguir-se, observando embora algumas excepções nos casos em que existam relações de reciprocidade com as cedentes.

2.4. RESERVAS DE GARANTIA

Mercê da anulação de uma parte dos contratos de resseguro aceite, a reserva de garantia baixou Esc. 2 770 067\$50 em 1980, o que veio a beneficiar o resultado negativo destes negócios conforme assinalado em 2.2.

O valor desta reserva técnica ascende, em 31.12.80, a Esc. 84 437 927\$20, esperando-se que este quantitativo acrescido do da reserva para os sinistros pendentes – Esc. 104 069 924\$60 –, venha a compensar, parcialmente, os futuros encargos negativos oriundos destes negócios.

2.5. RESERVAS MATEMÁTICAS

Sofreram uma redução de Esc. 4 032 554\$70 no Ramo Vida, tendo esta reserva passado para Esc. 3 922 937\$50 em 31.12.80.

Esta redução resulta do vencimento de vários contratos em que participávamos como resseguradores.

3. RESSEGURO CEDIDO**3.1. PRÉMIOS**

É firme convicção do Conselho de Gestão que uma Empresa seguradora deve exercer a função para que foi criada: assumir e correr riscos.

Óbvio que os elevados valores que os riscos representam obrigam à sua distribuição, pelo que o papel do resseguro é importante, e nenhuma seguradora, por maiores que sejam os seus recursos financeiros, pode deixar de a ele recorrer.

Mas diferente é essa posição daquela em que a actuação da seguradora se limita a reter, simbolicamente, um capital muito reduzido, cedendo à quase totalidade da responsabilidade que assumiu.

Não defendemos esse sistema, até porque os elevados rácios de despesas gerais não obtêm uma completa compensação no diferencial entre os encargos da produção e as receitas da colocação do resseguro.

Entendemos sim que as seguradoras devem correr riscos, ainda que, naturalmente, de acordo com as suas possibilidades financeiras e acautelando eventuais situações de catástrofe que possam surgir.

Mas para isso têm forçosamente que se rodear de cautelas nos riscos potenciais que aceitam.

É neste ponto que se aplica o que tivemos ocasião de referir em 1.1., ao expressarmos a opção do Conselho de Gestão sobre a filosofia de aceitação de seguros.

Continua na pág. 21

COMPANHIA DE SEGUROS BONANÇA, EP

Continuação da pág. 20

Em face da política que temos vindo a imprimir em relação aos negócios propostos — ainda que com sacrifício de um crescimento mais espectacular — é óbvio que houve que estabelecer uma política de resseguro em conformidade.

Assim, não só se aumentaram os plenos de retenção, como se procuraram outras formas de resseguro, acompanhando a evolução do mercado internacional que, naturalmente, vai adoptando novas técnicas e novas fórmulas.

Por outro lado, o ressegurador tem de ser visto como um parceiro ligado ao segurador pelos mesmos motivos que este procura: conseguir resultados positivos.

A existência de situações de prejuízos constantes para o ressegurador é perigosa e não pode, logicamente, manter-se por muito tempo.

É, portanto, dentro destes parâmetros que se tem exercido a política de resseguro cedido.

E essa política começa já a dar alguns frutos.

Assim, a relação «Prémios de Seguro Directo e de Resseguros Aceites»/«Prémios de Resseguro Cedido» desceu de 26,7% em 1979 para 17,6% em 1980.

Isto significa em números absolutos, e a ter-se mantido a mesma percentagem de cedência de 1979, uma redução de cerca de 315 500 contos.

Mais: não obstante os prémios do seguro directo e de resseguro aceite terem aumentado, de 1979 para 1980, cerca de 918 500 contos, os prémios cedidos em resseguro desceram cerca de 76 200 contos, como se observa no seguinte quadro comparativo:

PRÉMIOS DE RESSEGURO CEDIDO		
RAMOS	1979	1980
Vida	28.488.876\$84	31.281.536\$00
Ac. Trabalho	24.245.765\$80	27.405.462\$40
Acidentes Pessoais	39.181.056\$70	5.525.543\$40
Fogo	209.550.577\$20	193.803.193\$30
Agrícola	18.959.449\$60	36.475.058\$00
Automóveis	64.670.539\$80	11.519.286\$00
Marítimo	231.341.648\$50	248.831.304\$60
Transp. Terrestres	11.833.945\$80	3.466.788\$40
Aéreo	15.121.419\$10	15.267.688\$30
Diversos	94.258.956\$67	87.879.641\$80
TOTAL	737.652.236\$01	661.455.502\$20

3.2. COMISSÕES

Como consequência da redução de prémios, o valor das comissões passou de Esc. 214.990.503\$93 em 1979 para Esc. 173.916.898\$80 em 1980.

A percentagem global, que foi de 29,2% em 1979, passou para 26,3% em 1980.

Esta redução resulta principalmente de dois factos:

- redução de comissões nalguns negócios do Ramo Marítimo-Cascos colocados facultativamente, em face dos elevados prejuízos que estavam determinando;
- modificação da política de resseguro, como foi assinalado, com o estabelecimento de alguns contratos cujas condições não prevêm a concessão de comissão.

3.3. INDEMNIZAÇÕES

Também as indemnizações de resseguro cedido desceram de Esc. 570.206.248\$35 em 1979 para Esc. 495.200.436\$10 em 1980, o que significa uma redução de 13,2%.

Os números apresentados para o «Ramo Automóvel» estão afectados, em relação ao ano anterior, pela anulação, em 31.12.80 e por iniciativa do ressegurador, de um contrato na base de «quota-parte» que a ex-Ultramarina mantinha com a sua filiada «Equidade» (agora integrada na Companhia Portuguesa de Resseguros).

Por sua vez, os números dos Ramos Marítimo, Aéreo e Diversos estão agravados com as quotas-partes dos resseguradores correspondentes aos reajustamentos para mais das reservas dos anos anteriores, consequência directa da situação já assinalada em 1.3.

Saliente-se também a importante redução no Ramo Acidentes de Trabalho, a qual passou de + 38.073.031\$10 em 1979 para - 2.235.659\$30 em 1980, situação parcialmente compensada com o aumento de «Reserva Matemática» a cargo dos resseguradores que apresenta em 1980 um valor de Esc. 19.891.884\$50 contra Esc. 1.014.305\$00 em 1979.

Para além da redução da responsabilidade dos resseguradores, há aqui a considerar também uma modificação de critério contabilístico.

3.4. RESERVAS DE GARANTIA

Tendo sido reduzida a cedência de resseguro, reduziu-se também o valor a contabilizar na «Reserva de Garantia» a cargo dos resseguradores.

Tal facto, quando comparado com o ano anterior, influencia negativamente os resultados do corrente exercício.

Com efeito, enquanto os resultados de 1979 foram influenciados positivamente com o valor de Esc. 69.034.982\$00 resultante do aumento desta reserva, em 1980 esse aumento foi apenas de Esc. 16.762.222\$20, como se verifica no quadro seguinte, no qual se salienta também a anulação parcial de reservas nos Ramos Acidentes Pessoais, Automóvel e Transportes Terrestres.

RESSEGUROS CEDIDOS RESERVA DE GARANTIA		
RAMOS	ANOS	
	1979	1980
Acidentes Pessoais	+ 6.420.085\$20	- 8.050.293\$70
Fogo	+ 1.307.663\$90	+ 14.532.991\$80
Agrícola	+ 1.412.860\$60	+ 2.235.461\$90
Automóvel	+ 0.850.167\$50	- 9.780.590\$90
Marítimo	+ 7.702.159\$10	+ 13.685.592\$80
Transp. Terrestres	+ 431.893\$90	- 836.050\$80
Aéreo	+ 66.100\$70	+ 336.934\$70
Diversos	+ 0.844.061\$10	+ 4.638.176\$40
TOTAL	+ 69.034.992\$00	+ 16.762.222\$20

3.5. RESERVA MATEMÁTICA

As reservas matemáticas a cargo dos resseguradores apresentaram nos últimos dois anos a seguinte evolução:

RESSEGUROS CEDIDOS - Reserva Matemática - (aumentos e diminuições)		
	1979	1980
VIDA	+ 10 375 110\$12	+ 13 099 761\$90
AC. TRABALHO	+ 1 014 305\$00	+ 19 891 884\$50
	+ 11 389 415\$12	+ 32 991 646\$40

No que se refere ao Ramo Acidentes de Trabalho, o maior aumento verificado em 1980 é compensado com a diminuição da rubrica «Resseguros Cedidos - Indemnizações» que apresentou nesse ano um valor de - 2 235 659\$30 quando em 1979 havia apresentado um quantitativo de + 38 073 031\$10.

As razões do facto foram já referidos em 3.3.

3.6. SALDO DO MOVIMENTO DE RESSEGUROS CEDIDOS

O movimento de resseguros cedidos (prémios, juros, comissões, indemnizações e reservas matemáticas) no conjunto dos ramos (excepto o Ramo Vida em face das suas características especiais), havia apresentado em 1979 um saldo negativo para os resseguradores de 48 859 contos.

No ano de 1980 quase que se inverteu este nível. O saldo negativo desceu para 14 575 contos. E se não tivesse sido o substancial agravamento (mais de 50 000 contos) que a rubrica «Indemnizações» sofreu — como referido em 3.3 — em consequência de responsabilidades insuficientemente contabilizadas em exercícios anteriores, o saldo de 1980 teria sido razoavelmente positivo para os resseguradores.

RESSEGUROS CEDIDOS ANO 1979 (em contos)						
RAMOS	PRÉMIOS	JUROS	COMISSÕES	INDEMNIZAÇÕES	RESV. MAT.	SALDO
ACIDENTES DE TRABALHO	24.245	1.653	-	38.073	1.014	- 13.189
ACIDENTES PESSOAIS	39.181	1.147	14.736	17.772	-	+ 7.847
FOGO	209.551	1.351	74.747	75.598	-	+ 60.557
AGRÍCOLA	18.959	-	1.725	15.135	-	+ 2.099
AUTOMÓVEIS	64.671	2.869	11.912	45.777	-	+ 9.851
MARÍTIMO	231.342	4.497	63.731	332.597	-	- 160.489
TRANSPORTES TERRESTRES	11.834	20	3.778	2.817	-	+ 5.259
AÉREO	15.121	43	1.929	1.796	-	+ 11.439
DIVERSOS	91.259	1.597	30.860	34.229	-	+ 27.767
TOTAL	706.163	13.204	203.418	563.794	1.014	48.859

RESSEGUROS CEDIDOS ANO 1980 (em contos)						
RAMOS	PRÉMIOS	JUROS	COMISSÕES	INDEMNIZAÇÕES	RESV. MAT.	SALDO
ACIDENTES DE TRABALHO	27.405	2.252	-	-2.236	19.892	+ 12.001
ACIDENTES PESSOAIS	5.526	323	126	5.639	-	+ 84
FOGO	193.803	3.438	65.331	102.132	-	+ 29.778
AGRÍCOLA	36.475	14	693	22.065	-	+ 13.731
AUTOMÓVEIS	11.519	5.067	-	738	-	+ 15.848
MARÍTIMO	248.831	6.940	62.560	292.582	-	- 99.371
TRANSPORTES TERT	3.467	189	788	6.440	-	3.572
AÉREO	15.268	4	1.488	7.431	-	+ 6.353
DIVERSOS	87.879	3.557	29.357	51.506	-	+ 10.573
TOTAL	630.173	21.784	160.343	486.297	19.892	14.575

IV. PESSOAL

Os assuntos inerentes ao pessoal mereceram justificada atenção no decurso do exercício findo.

Para o tratamento dos problemas respeitantes à área dos recursos humanos, as Companhias pré-existentes possuíam apenas incipientes estruturas que se limitavam à gestão de aspectos administrativos.

Houve assim que criar um Departamento de Recursos Humanos que se ocupe de missões de muito mais alargado âmbito, o qual se espera poder começar a responder às mesmas no decorrer do ano de 1981.

Efectuou-se, entretanto, como era indispensável, a revisão das normas vigentes, bem como a uniformização de regalias extracontratuais após diálogo com as estruturas representativas dos trabalhadores.

Procurou-se também, gradualmente e na medida do possível, ir dando satisfação a um melhor enquadramento de vários trabalhadores de acordo com as suas aspirações, formação e potencialidades.

A criação de um Departamento de Documentação e Formação, que inicia actualmente as suas actividades é, por outro lado, significativa do empenho da empresa na preparação dos seus quadros.

Prosseguiu-se ainda uma política de apoio às estruturas dos trabalhadores que tradicionalmente se dedicam a actividades desportivas e culturais.

Especial atenção mereceu a evolução do quadro de pessoal, bem como dos inerentes encargos. Neste domínio, os resultados são, senão espectaculares, pelo menos animadores.

A reorganização da Empresa, medidas tendentes à diminuição do absentismo e melhoria na produtividade do pessoal aliadas a um esforço considerável de uma parte do mesmo, e que por todos se desejava fosse compartilhado, permitiram que, apesar do aumento da carteira de prémios e apólices, o quadro global do pessoal se reduzisse ligeiramente. Reputa-se no entanto significativa a inversão da tendência para um continuado alargamento do número de efectivos.

Continua na pag 22

COMPANHIA DE SEGUROS BONANÇA, EP

Continuação da pág. 21

		1979	1980
Trabalhadores abrangidos pelo C.C.T. de Seguros	A tempo inteiro	1601	1595
	A tempo parcial	168	164
Trabalhadores abrangidos pelo C.C.T. de Enfermeiros	A tempo inteiro	14	15
	A tempo parcial	6	6
Avençados (advogados, médicos, engenheiros e outros)		51	50
TOTAL		1840	1830

Por outro lado, o rácio prémios de seguros directos e seus adicionais sobre o número total de trabalhadores evoluiu pela forma seguinte:

	1979	1980	Δ (%)
Prémios de Seguros Directos e Adicionais *	2.537.281	3.467.690	36,7
Número de trabalhadores	1840	1830	-0,6
Prémios/Trabalhador *	1379	1895	37,4

* em contos

No domínio das despesas com pessoal foi possível melhorar o respectivo índice, como se demonstra:

	1979	1980	Δ (%)
Despesas com pessoal (remunerações, encargos sociais facultativos e obrigatórios, órgãos sociais e encargos para-fiscais)*	617.589	775.029	25,5
Prémios de Seguros Directos e Adicionais	2.537.281	3.467.690	36,7
%	24,3%	22,3%	- 2

* em contos

O aumento das despesas com pessoal (+25,5%) deve-se quase exclusivamente ao estrito cumprimento das obrigações contratuais da Empresa, sendo de destacar como elementos preponderantes em 1980:

- revisão da tabela salarial anexa ao Contrato Colectivo de Trabalho a partir de 1 de Julho de 1980;
- elevado número de promoções obrigatórias nos termos do Contrato Colectivo de Trabalho (176), correspondente a cerca de 10% do pessoal abrangido por este instrumento de regulamentação colectiva;
- aumento do número de trabalhadores pré-reformados e reformados (+11), beneficiários, nos termos contratuais, de pensões complementares de reforma periódica e automaticamente actualizadas pela Companhia (o total destes trabalhadores ascendia em 31.12.80 a 101), relativamente às quais não existem ainda quaisquer reservas constituídas.

V. DESPESAS GERAIS

Especial atenção mereceu a evolução desta rubrica, tendo-se conseguido melhoria no respectivo índice, calculado sobre o montante de prémios de seguros directos e seus adicionais.

Explicadas que foram as razões determinantes da variação verificada nas despesas com pessoal, importará apenas referir que o aumento de «outras despesas de administração» (+34,4%) foi fortemente influenciado pela reformulação quase total dos impressos e pelas despesas com correio por virtude da instituição do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel.

O menor aumento dos encargos fiscais (+13,3%) deve-se à eliminação do Imposto de Incêndio, substituído por uma taxa a favor do Serviço Nacional de Bombeiros.

DESPESAS GERAIS – Aumento			
	1979	1980	Δ (%)
Pessoal	617.589	775.029	25,5
Publicidade	8.112	10.061	24,0
Encargos Fiscais	103.841	117.642	13,3
Outras despesas de administração	121.649	163.487	34,4
TOTAL	851.191	1.066.229	25,3

* em contos

Entretanto, o rácio das despesas gerais sobre prémios de seguros directos e seus adicionais, teve a seguinte evolução:

	1979	1980
Despesas gerais *	851.191	1.066.229
Prémios Seg. Directos e Adicionais *	2.537.281	3.467.690
%	33,6	30,8

* em contos

VI. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O montante total de valores em Caixa e em Bancos ascendia em 31.12.80 a 473.912 contos.

Os valores de emprego das reservas apresentam incremento significativo, tal como demonstra o quadro seguinte:

	1979	1980		Δ (%)
Títulos de crédito e numerário				
- próprios	698.460	1.037.999	339.529	+48,3
- de resseguradores	110.727	131.676	20.949	+19,8
Imóveis	1.801.052	2.508.746	707.694	+40,3
Empréstimos s/ Apólices	3.441	2.812	-629	-18,3
Empréstimos hipotecários	8.850	5.500	-3.350	-37,9
TOTAL	2.623.532	3.706.236	1.082.704	+41,3

* em contos

Os rendimentos de reservas técnicas e valores livres totalizaram 225.401 contos, o que representa um crescimento de 57,3% face ao ano anterior. Para este aumento contribuiu significativamente a aplicação em títulos públicos efectuada em exercícios anteriores e a uniformização do critério de contabilização dos respectivos rendimentos.

A flutuação de valores em títulos e imóveis, resultante da aplicação dos critérios legalmente fixados, teve evolução largamente positiva, situando-se agora em -7810 contos em títulos e +1.990.124 contos em imóveis.

Os investimentos efectuados durante o exercício ascenderam a 394.766 contos. Sendo os reembolsos verificados de 76.116 contos, o investimento líquido representou 318.650 contos.

	APLICAÇÕES	REEMBOLSOS	LÍQUIDO
Acções	11.563		11.563
Obrigações	153.751	67.781	85.970
Imóveis	226.505	5.000	221.505
Depósitos a prazo	2.947		2.947
Hipotecas		3.335	-3.335
TOTAL	394.766	76.116	318.650

Das aplicações acima referidas destacam-se os investimentos efectuados em FIP (153.751 contos), bem como a aquisição de um imóvel situado na Avenida José Malhoa em Lisboa, destinado à instalação de serviços próprios da Companhia.

Para além das evidentes vantagens operacionais decorrentes da concentração de serviços e da consequente melhoria na qualidade de prestação de serviço ao público, a transferência a curto prazo da maior parte das Direcções da Empresa para a nova Sede permitirá novos rendimentos provenientes dos imóveis próprios entretanto desocupados.

No domínio do realizável, teve evolução preocupante o montante global de prémios em cobrança, que, totalizavam em 31.12.80, 1.372.849 contos, valor correspondente a 39,6% da carteira de prémios de seguros directos e seus adicionais.

Esta situação justifica-se em larga medida pelas inevitáveis perturbações e atrasos de cobrança originados pelo início da vigência do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel e por dificuldades várias inerentes ao processo de fusão de serviços.

A provisão para prémios em cobrança, calculada nos termos do Despacho n.º 1.42/81 de 5 de Maio, do senhor secretário de Estado do Tesouro, teve um aumento de 52.762 contos.

Para além dos aspectos já acima referidos, e que influenciaram o exercício, haverá que mencionar os resultados da rubrica «agências nas ex-colónias» que, de um saldo positivo de Esc. 15 257 340\$30 em 1979, passaram para -848.104\$60 em 1980.

O resultado do exercício é assim, como demonstram os mapas anexos, de Esc. 61 432 239\$50 que, como é habitual, fica à disposição do Ministério da Tutela para que o mesmo determine qual a sua afectação.

Para o resultado positivo ora apresentado contribuíram de forma relevante muitos dos trabalhadores da Companhia, da Sede e da Província, e de todos os escalões hierárquicos, que, com dedicado esforço, procuraram suplantar as dificuldades inerentes a um processo de fusão, integrando-se no espírito da empresa. Para todos esses trabalhadores se deixa uma palavra de muito apreço.

Igualmente se regista o nosso reconhecimento pela colaboração prestada pelos agentes, elementos indispensáveis ao desenvolvimento da Companhia.

Durante o ano de 1980, por razões profissionais, externas à Companhia de Seguros Bonança E.P., pediram exoneração das funções que ocupavam na Comissão de Fiscalização o Presidente Sr. Dr. Vasco António Nunes da Silva e Revisor Oficial de Contas, Sr. Dr. António Lúcio Nunes, entretanto substituídos respectivamente pelos Srs. Drs. José António da Ponte Zeferino e António Luís Conceição Nunes, mantendo-se em funções o representante dos trabalhadores Sr. Avelino Lopes Martins.

Embora compreendendo as razões que justificaram os seus pedidos de demissão, foi com mágoa que vimos partir duas personalidades que, através da sua íntegra e competente actuação, muito prestigiaram a Companhia.

A todos os antigos e actuais membros da Comissão de Fiscalização expressamos o nosso reconhecimento pela sua importante contribuição para a consecução dos objectivos da Empresa.

Cumprindo finalmente expressar os devidos agradecimentos ao Conselho Directivo do Instituto Nacional de Seguros e à Inspeção Geral de Seguros pelo apoio prestado em todos os relevantes aspectos que interessam à Companhia e àquelas autoridades de coordenação e fiscalização.

O CONSELHO DE GESTÃO
Luís Frederico Redondo Lopes (Presidente)
António Alves Pinto Baptista
António Lopes Ribeiro
Fernando Luís Rodrigues Baptista
Pedro Rogério de Azevedo Seixas Vale

COMPANHIA DE SEGUROS BONANÇA, EP

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1980

ATIVO	VIDA	ACIDENTES DE TRABALHO	RESTANTES RAMOS	CONTAS GERAIS	SUB-TOTAIS	TOTAIS	PASSIVO	VIDA	ACIDENTES DE TRABALHO	RESTANTES RAMOS	CONTAS GERAIS	SUB-TOTAIS	TOTAIS
RESERVA MATEMÁTICA	97 091 241\$50	35 484 279\$50	—\$	—\$	132 575 521\$00	132 575 521\$00	RESERVA MATEMÁTICA	396 107 079\$40	754 182 855\$10	—\$	—\$	1 150 289 934\$50	1 150 289 934\$50
De Resseguros Cedidos	—\$	—\$	161 101 746\$60	—\$	161 101 746\$60	161 101 746\$60	De Seguros Directos	3 922 937\$50	—\$	—\$	—\$	3 922 937\$50	3 922 937\$50
RESERVA DE GARANTIA	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	De Resseguros Aceites	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
De Resseguros Cedidos	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	RESERVA DE GARANTIA	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
RESERVA DE SEGUROS VENCIDOS	195 074\$50	—\$	292 717 868\$30	—\$	292 912 942\$80	292 912 942\$80	De Seguros Directos	—\$	—\$	752 628 862\$30	—\$	752 628 862\$30	752 628 862\$30
De Resseguros Cedidos	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	De Resseguros Aceites	—\$	—\$	84 437 927\$20	—\$	84 437 927\$20	84 437 927\$20
VALORES DE EMPREGO DE RESERVAS	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	RESERVA DE SEGUROS VENCIDOS	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Titulos de Crédito e Numerário	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	De Seguros Directos	3 835 095\$60	—\$	848 199 767\$10	—\$	852 034 862\$70	852 034 862\$70
Próprios	—\$	—\$	—\$	1 037 999 736\$00	1 037 999 736\$00	1 037 999 736\$00	De Resseguros Aceites	418 669\$70	157 290\$30	83 202 491\$00	—\$	83 202 491\$00	83 202 491\$00
De Resseguradores	—\$	—\$	—\$	131 676 781\$70	131 676 781\$70	131 676 781\$70	CREDORES P/VALORES EM DEPÓSITO	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Imóveis	—\$	—\$	—\$	2 528 246 811\$10	2 528 246 811\$10	2 528 246 811\$10	Vários	—\$	—\$	—\$	1 423 102\$50	1 423 102\$50	1 423 102\$50
Empréstimos s/Apólices	2 812 934\$90	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	Resseguradores	—\$	—\$	—\$	546 879 009\$20	546 879 009\$20	546 879 009\$20
Empréstimos Hipotecários	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	CREDORES GERAIS	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Empréstimos s/ Titulos	—\$	—\$	—\$	5 500 000\$00	5 500 000\$00	5 500 000\$00	Segurados, Corresp e Angariadores	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
VALORES EM DEPÓSITO	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	Resseguradores	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
De vários	—\$	—\$	—\$	1 369 745\$00	1 369 745\$00	1 369 745\$00	Resseguradores	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
De Resseguradores	—\$	—\$	—\$	8 700\$00	8 700\$00	8 700\$00	Outros	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
DEVEDORES P/VALORES EM DEPÓSITO	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	INDEMNIZAÇÕES A PAGAR	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Vários	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	De Seguros Directos	9 848 852\$70	3 765 232\$30	812 094 408\$00	—\$	825 700 493\$00	825 700 493\$00
Ressegurados	—\$	—\$	—\$	116 666 834\$30	116 666 834\$30	116 666 834\$30	De Resseguros Aceites	375 000\$00	141 425\$00	19 775 048\$60	—\$	20 291 473\$60	20 291 473\$60
IMÓVEIS	—\$	—\$	—\$	375 389 419\$40	375 389 419\$40	375 389 419\$40	COMISSÕES A PAGAR	5 177 093\$80	35 701 111\$60	66 121 039\$50	—\$	106 999 244\$90	106 999 244\$90
MOBILIÁRIO E MATERIAL	—\$	—\$	—\$	152 773 311\$90	152 773 311\$90	152 773 311\$90	PROVISÕES	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
AMORT. DE MOBILIÁRIO E MATERIAL	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	Para Incapacidade Temporária A T	—\$	90 966 535\$20	—\$	—\$	90 966 535\$20	90 966 535\$20
EMPRÉSTIMOS HIPOTECÁRIOS	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	Para Prémios em Cobrança	5 805 598\$60	75 276 897\$20	90 458 288\$50	—\$	171 540 784\$30	171 540 784\$30
EMPRÉSTIMOS S/TÍTULOS	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	Para Fundo Garantia Automóvel	—\$	—\$	7 457 438\$20	—\$	7 457 438\$20	7 457 438\$20
ACCIONISTAS	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	Diversas	—\$	—\$	—\$	78 740 601\$00	78 740 601\$00	78 740 601\$00
AGÊNCIAS NAS EX-COLONIAS	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	SITUAÇÃO LÍQUIDA ACTIVA	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Saldo	53 563\$00	1 200 217\$50	349 460\$80	67 510 031\$40	65 906 790\$10	65 906 790\$10	CAPITAL	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Reservas Técnicas de	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	RESERVA ESPECIAL	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Resseguros Cedidos	26 782\$00	—\$	86 995\$00	—\$	113 777\$00	113 777\$00	RESERVA P/DEPRECIACÃO DE TÍTULOS	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
DEVEDORES GERAIS	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	FLUTUAÇÃO DE VALORES	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Segurados, Corresponsáveis	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	De Títulos	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
e Angariadores	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	De Imóveis	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Ressegurados	—\$	—\$	—\$	218 837 980\$80	218 837 980\$80	218 837 980\$80	De Câmbios	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Resseguradores	—\$	—\$	—\$	155 524 912\$80	155 524 912\$80	155 524 912\$80	GANHOS E PERDAS	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Outros	—\$	—\$	—\$	387 422 505\$70	387 422 505\$70	387 422 505\$70	De Exercícios Anteriores	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
QUOTAS PARTES DE IND RECEBER	2 218 181\$60	—\$	259 678 062\$10	424 972 194\$90	424 972 194\$90	424 972 194\$90	Do Exercício	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
PRÉMIOS EM COBRANÇA	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	Sub-totais	425 490 327\$30	960 191 346\$70	2 764 375 270\$40	4 434 777 331\$70	—\$	8 584 834 275\$90
Na Sede	5 033 121\$90	62 372 528\$80	127 762 372\$10	—\$	195 168 022\$80	195 168 022\$80	CONTAS DE ORDEM	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Nos Corresponsáveis	23 627 373\$20	381 408 249\$80	772 645 583\$10	—\$	1 177 681 206\$10	1 177 681 206\$10	Responsabilidades por Letras Descontadas	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
LETRAS A RECEBER	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	Fundap - Actualizações	—\$	96 459 262\$50	—\$	—\$	—\$	—\$
TÍTULOS DE CRÉDITO	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	TOTAIS	425 490 327\$30	1 056 650 609\$20	2 764 375 270\$40	4 499 104 331\$00	—\$	8 745 620 537\$90
DEPÓSITOS EM BANCOS	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$							
CAIXA	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$							
SITUAÇÃO LÍQUIDA PASSIVA	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$							
CONTAS A AMORTIZAR	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$							
FLUTUAÇÃO DE VALORES	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$							
De Títulos	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$							
De Imóveis	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$							
De Câmbios	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$							
GANHOS E PERDAS	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$							
De Exercícios Anteriores	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$							
Do Exercício	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$							
Sub-totais	130 951 146\$60	478 064 840\$60	1 613 643 166\$40	6 362 175 122\$20	128 762 340\$50	128 762 340\$50							
CONTAS DE ORDEM	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$							
Letras Descontadas	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$							
Fundap - Actualizações	—\$	96 459 262\$50	—\$	—\$	96 459 262\$50	96 459 262\$50							
TOTAIS	130 951 146\$60	574 524 103\$10	1 613 643 166\$40	6 426 502 121\$80	128 762 340\$50	128 762 340\$50							

O TÉCNICO DE CONTAS
Pedro Torres de Castro e Almeida

O CONSELHO DE GESTÃO
Luis Frederico Redondo Lopes (Presidente)
Antônio Alves Pinto Baptista
Fernando Luis Rodrigues Baptista
Pedro Rogério de Azevedo Seixas Vale
Antônio Lopes Ribeiro

Parecer da Comissão de Fiscalização sobre o relatório e as contas do exercício de 1980

Senhor Ministro das Finanças e do Plano

Excelência

- Por despacho do Senhor Ministro das Finanças e do Plano, de 5 de Maio de 1980, publicado no Diário da República - II série, n.º 112, de 13 do mesmo mês, foi nomeado o actual Presidente desta Comissão de Fiscalização, em substituição do anterior, que pedira a exoneração.

Posteriormente, o membro desta Comissão designado na qualidade de revisor oficial de contas solicitou também a demissão, vindo a ser substituído por despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, de 10 de Dezembro do ano findo, publicado no Diário da República - II série, n.º 299, de 29 desse mês.

Como dois dos membros da Comissão não acompanharam, portanto, durante todo o ano, a vida da Empresa e dada a grande dimensão desta, com dependências espalhadas por todo o País, tornou-se indispensável recorrer aos serviços de auditoria da firma Thomson Mc Lintock & C.ª. Foi esta incumbida de proceder a verificações em vários sectores da Companhia, a fim de se testar a exactidão de algumas rubricas do balanço e da conta de «Ganhos e Perdas».

O presente parecer é assim emitido com base nas verificações directamente efectuadas pela Comissão de Fiscalização, bem como nos relatórios apresentados por aquela firma.

- Relativamente às contas do activo, apenas se julga de referir o seguinte:
 - Os imóveis afectos a reservas e os imóveis livres foram valorizados de acordo com as normas do Instituto Nacional de Seguros.
 - As participações financeiras, tanto as que figuram na conta «Valores de Emprego de Reservas» como as compreendidas na conta «Títulos de Crédito»,

foram igualmente inventariadas em conformidade com as normas superiormente estabelecidas.

- O activo imobilizado figura no balanço pelo valor de aquisição, ao qual são deduzidas as amortizações acumuladas. Todavia, do débito da conta «Mobiliário e Material» foram excluídos, em anos transactos, os valores de determinados elementos, pelo facto de se encontrarem totalmente amortizados.

As amortizações do exercício foram calculadas com base nas taxas constantes das tabelas anexas à Portaria n.º 21867, de 12 de Fevereiro de 1966, com ligeiras excepções.

- Foram conferidos os saldos de diversas «Caixas» e procedeu-se à conciliação dos saldos das contas de «Depósitos em Bancos» com os respectivos extractos bancários, não se tendo verificado quaisquer divergências. Só não se encontra concluída a conciliação das contas de uma das ex-companhias integradas na Empresa, dado que a conferência teve de ser retrotraída a 1978 e se trata de contas com imenso movimento.

- No que respeita às contas do passivo, só se afiguram de salientar os seguintes pontos:

- As reservas matemáticas, de garantia e de seguros encontrados foram calculadas de acordo com o que se encontra superiormente estabelecido, havendo até um reforço na reserva matemática de acidentes de trabalho referente a processos que no final do ano ainda não se encontravam ultimados.
- As indemnizações e as comissões a pagar foram também calculadas segundo os critérios habituais, que se consideram aceitáveis.
- Por força do despacho n.º 1.42/81, de 5 de Maio, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, a provisão para prémios em cobrança teve um reforço de apenas 52762 contos, ou seja metade da dotação que haveria que efectuar nas condições regulamentares em vigor.

A referida provisão atingiu no final do ano o montante de 171 540 contos, equivalente, a 12,5% dos prémios que então se encontravam em cobrança. Esta percentagem é um pouco inferior à do ano anterior, que se cifrava em 14,8%.

- O artigo 50.º da Lei n.º 4/81, de 24 de Abril, determinou que durante o ano de 1981 fosse cobrado o imposto para o serviço de incêndios. Nestes termos a Bonança E. P. pagou no passado mês de Maio o imposto incidente sobre os prémios cobrados em 1980, o qual se elevou a cerca de 25 480 contos tendo, no entanto, contestado a legitimidade de liquidação do imposto com efeitos retroactivos.

Portanto, o referido imposto foi escriturado como um encargo do exercício de 1981, quando na realidade constitui um custo imputável ao exercício de 1980, visto ser liquidado sobre o montante dos prémios cobrados neste último ano. Na eventualidade de não ser atendida a contestação interposta o resultado de 1981 virá a ser afectado com um custo respeitante ao exercício anterior.

- Julga-se que de futuro seria conveniente a constituição de uma provisão para créditos de cobrança duvidosa, com vista a permitir fazer face a eventuais créditos incobráveis que se venham a verificar nas contas «Devedores Gerais» e «Letras a Receber» cujos saldos se elevam a 1 209 318 contos. Aliás na primeira destas contas compreendem-se créditos duvidosos e litigiosos de cerca de 14 000 contos que devem estar perdidos, na sua quase totalidade.
- No exercício de 1980 foi apurado um lucro de 61 432 contos, o que contrasta com o prejuízo de 58 011 contos verificado no ano anterior.

As razões desta melhoria de resultados encontra-se devidamente explanada no relatório do Conselho de Gestão, sendo de destacar, para além do aumento da carteira global da Companhia (36,7%) e

COMPANHIA DE SEGUROS BONANÇA, EP

GANHOS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1980

DÉBITO	VIDA	ACIDENTES DE TRABALHO	ACIDENTES PESSOAIS	FOGO	AGRICOLA E PECUARIO	AUTOMÓVEL E RESP. CIVIL	MARITIMO	TRANSPORTES TERRESTRES	AÉREO	DIVERSOS	CONTAS GERAIS	SUBTOTALS	TOTAIS
SALDO ANTERIOR													
RESERVA MATEMÁTICA													
De Seguros Directos	43 785 270\$90	130 408 042\$10	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	174 193 313\$00	
De Resseguros Aceites	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	
De Resseguros Cedidos (diminuição)	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	
RESERVA DE GARANTIA													
De Seguros Directos	- \$	- \$	8 995 698\$50	19 142 621\$30	1 548 903\$30	149 148 764\$50	23 431 392\$70	1 097 384\$60	465 404\$40	7 620 366\$00	- \$	211 450 535\$30	
De Resseguros Aceites	- \$	- \$	553 913\$40	2 966 425\$20	1 789 510\$70	- \$	- \$	- \$	154 261\$50	5 745 882\$50	- \$	11 209 993\$30	
De Resseguros Cedidos (diminuição)	- \$	- \$	8 050 293\$70	- \$	- \$	9 780 590\$90	- \$	836 050\$80	- \$	- \$	- \$	18 666 935\$40	
PROVISÕES													
Para Incapac. Temp. de Ac. Trabalho	- \$	21 576 384\$50	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	21 576 384\$50	
Para Premios em Cobrança	1 370 477\$40	20 476 066\$40	687 247\$50	4 346 311\$50	988 459\$40	21 488 147\$70	- \$	686 786\$40	13 073\$70	2 979 696\$40	- \$	53 036 266\$50	
AMORTIZAÇÕES	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	17 441 987\$20	
COMISSÕES													
De Seguros Directos	13 505 639\$70	75 884 578\$30	9 815 041\$00	39 998 521\$20	3 434 070\$90	107 056 604\$50	5 608 647\$50	2 829 792\$70	407 983\$50	14 037 916\$60	- \$	272 578 796\$30	
De Resseguros Aceites	283 107\$90	46 750\$40	1 195 266\$50	24 174 447\$10	7 514\$40	12 745 678\$50	14 575 239\$60	20 526\$90	288 813\$90	11 457 197\$40	- \$	64 213 298\$00	
Despesas de Aquisição	321 362\$90	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	321 362\$90	
INDENIZAÇÕES													
De Seguros Directos	25 230 639\$80	314 685 798\$80	35 575 975\$20	130 183 523\$60	24 321 269\$10	938 516 336\$40	227 224 575\$20	16 268 277\$40	2 601 715\$30	83 729 226\$40	- \$	1 798 337 337\$20	
Do exercício	98 615\$70	- \$	1 128 571\$40	7 429 991\$70	420 150\$40	4 388 050\$60	60 953 823\$20	225 406\$30	5 164 453\$20	6 168 376\$50	- \$	59 243 910\$80	
De exercícios anteriores (Reajust.)	25 329 255\$50	314 685 798\$80	34 447 403\$80	122 753 531\$90	23 901 118\$70	934 128 285\$80	288 178 398\$40	16 493 683\$70	7 766 168\$50	89 897 602\$90	- \$	1 857 581 248\$00	
De Resseguros Aceites	1 503 269\$10	213 913\$20	1 204 517\$10	43 302 035\$00	20 105 237\$80	48 418 355\$60	89 090 909\$60	149 255\$70	960 076\$10	32 251 428\$30	- \$	237 198 997\$50	
ENCARGOS DE RESSEGUROS CEDIDOS													
Premios	31 281 536\$00	27 405 462\$40	5 525 543\$40	193 803 193\$30	36 475 058\$00	11 519 286\$00	248 831 304\$60	3 466 788\$40	15 267 688\$30	87 879 641\$80	- \$	661 455 502\$20	
Juros	5 154 635\$00	2 251 602\$10	323 350\$50	3 437 788\$20	13 906\$10	5 066 967\$40	6 940 363\$90	189 924\$20	4 402\$70	3 556 622\$40	- \$	26 939 562\$50	
DESPESAS GERAIS													
Órgãos Sociais	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	8 693 607\$00	
Pessoal	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	624 715 547\$60	
Publicidade	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	10 060 725\$60	
Outras Despesas de Administração	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	163 496 568\$70	
Encargos Fiscais	1 722 870\$80	16 396 351\$10	2 126 129\$90	7 544 918\$00	477 795\$00	60 801 536\$10	7 503 835\$30	1 070 769\$40	445 840\$60	14 829 909\$90	- \$	117 642 114\$80	
Encargos para fiscais	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	141 620 305\$30	
ENCARGOS DIVERSOS													
Fundap	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	
Fundo Garantia Automóvel	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	24 632 282\$60	
Diversos	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	8 797 163\$90	
RESULT. AGÊNCIAS NAS EX-COLÓNIAS													
Transferências das contas das agências	2 617 695\$90	1 655 744\$60	20 130\$00	49 893\$40	- \$	1 103 223\$70	2 166 906\$50	7 388\$00	12 500\$00	33 641\$20	2 897 088\$90	3 876 633\$40	
De Resseguros colocados pela sede	2 370 134\$00	21 649\$40	961\$30	214 874\$30	- \$	70 220\$80	75 634\$10	- \$	- \$	537\$80	- \$	2 461 226\$30	
SALDO												61 432 239\$50	
TOTAIS	128 679 039\$30	611 022 343\$30	72 905 236\$60	461 734 560\$40	88 726 545\$50	1 383 613 055\$50	681 917 551\$00	25 833 574\$80	25 761 213\$20	270 222 085\$20	1 043 877 392\$40		4 795 292 597\$20
CRÉDITO													
SALDO ANTERIOR													
RESERVA MATEMÁTICA													
De Seguros Directos (diminuição)	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	
De Resseguros Aceites (diminuição)	4 032 554\$70	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	4 032 554\$70	
De Resseguros Cedidos	13 099 761\$90	19 891 884\$50	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	32 991 646\$40	
RESERVA DE GARANTIA													
De Seguros Directos (diminuição)	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	
De Resseguros Aceites (diminuição)	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	
De Resseguros Cedidos	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	
PROVISÕES													
Para Incapac. Temp. de Ac. Trabalho	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	
Para Premios em Cobrança	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	
PREMIOS E S. ADICIONAIS													
De Seguros Directos	88 195 793\$30	909 665 351\$50	115 727 683\$50	413 420 528\$00	33 754 818\$50	1 337 515 559\$60	352 007 117\$00	31 833 733\$40	19 655 791\$80	165 913 847\$90	- \$	3 467 690 224\$50	
De Resseguros Aceites	571 271\$20	610 718\$60	3 563 242\$70	75 090 858\$30	31 952 199\$50	40 151 720\$20	83 022 567\$40	61 916\$00	1 419 010\$50	46 030 504\$60	- \$	281 331 466\$60	
RECEITAS DE RESSEG. CEDIDOS													
Comissões	13 572 512\$20	- \$	126 351\$60	65 330 803\$90	693 536\$50	395\$80	62 560 126\$40	788 151\$10	1 487 986\$80	29 357 034\$50	- \$	173 916 898\$80	
Indemnizações	8 902 839\$90	2 235 659\$30	5 638 684\$30	102 132 241\$00	22 065 063\$50	738 292\$20	292 581 566\$70	6 440 085\$30	7 431 292\$70	51 506 030\$70	- \$	495 200 436\$10	
RENDIMENTOS													
Das Reservas Tec. de Seg. Directos	28 660 986\$80	54 043 882\$50	3 724 187\$00	12 902 465\$20	191 083\$20	70 575 104\$00	12 414 988\$60	390 131\$40	934 432\$60	7 342 356\$90	- \$	191 179 618\$20	
Das Reservas Tec. Resseg. Aceites	174 169\$90	6 017\$80	9 841\$40	537 957\$30	- \$	1 585 107\$90	464 814\$30	252\$70	5 531\$00	235 105\$20	- \$	3 018 797\$50	
De Valores Livres	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	
RECEITAS DIVERSAS													
Cargos em outras sociedades	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	26 250\$00	
Fundap	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	37 193 635\$90	
Outras	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	22 335 959\$50	
RESULTADOS DE AGÊNCIAS NAS EX-COLÓNIAS													
Transf. das contas das agências	4 225 386\$90	44 714\$90	- \$	485 021\$80	- \$	- 12 100\$70	2 003\$40	- \$	- \$	14 012\$70	1 453 571\$90	6 208 604\$10	
De Resseguros colocados pela sede	1 314 635\$00	- \$	27 650\$00	91 298\$80	- \$	- 104 613\$90	1 982 290\$10	- 2 585\$60	9 009\$00	1 365\$80	- \$	718 849\$00	
SALDO	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	- \$	
TOTAIS	161 607 368\$50	1 019 220 546\$40		684 524 166\$10	90 892 183\$10	1 460 258 503\$70	819 177 228\$30	39 531 830\$00	31 261 971\$10	305 038 434\$70	55 018 044\$80		4 795 292 597\$20

O TÉCNICO DE CONTAS
Pedro Torres de Castro e Almeida

O CONSELHO DE GESTÃO
Luis Frederico Redondo Lopes (Presidente)
António Alves Pinto Baptista
Fernando Luis Rodrigues Baptista
Pedro Rogério de Azevedo Seixas Vale
António Lopes Ribeiro

Parecer da Comissão de Fiscalização sobre o relatório e as contas do exercício de 1980

Continuação da pag. 23

redução de 52 762 contos na dotação anual da provisão para prémios em cobrança e a contabilização como proveito do exercício de uma parte (30 589 contos) dos prémios de reembolso dos FIP 1977 - Classe B, correspondentes aos anos de 1978 a 1980, calculada em função dos capitais por amortizar.

Embora os prémios de reembolso só se vençam no final da vida dos títulos (15/12/1987), constituem um rendimento certo, postecipado. A sua repartição pelos 10 anos de vigência do empréstimo, proporcionalmente ao capital em cada ano ainda por amortizar, afigura-se mais racional do que a escrituração da totalidade dos prémios como proveito de 1987, ano em que o capital mutuado será só de 100\$00 por obrigação.

Como as obrigações do Tesouro FIP - 1977 estão isentas de todos os impostos, não há lugar à única objecção que se poderia formular ao critério adoptado pelo Conselho de Gestão e que seria a de implicar uma tributação dos rendimentos à medida que iam sendo escriturados como proveitos, quando

só em fins de 1987 os mesmos se tornam disponíveis para a Empresa.

- Através das diversas auditorias, tanto internas como externas, efectuadas durante o ano por processos de amostragem, foram encontradas algumas anomalias designadamente no que se refere a prémios em cobrança, o que se compreende em parte, face à perturbação causada pelo complexo processo de fusão por que a Bonança E. P. passou. Espera-se que em 1981, o primeiro ano em que deixa de haver concretamente uma contabilização em separado por ex-companhias se conheçam em toda a sua extensão os lapsos cometidos e se proceda à sua pronta regularização.
- No decurso de 1980 esta Comissão acompanhou atentamente a acção desenvolvida pelo Conselho de Gestão, tendo, designadamente, assistido sempre um dos seus membros a todas as reuniões semanais deste órgão da Empresa, nas quais são tomadas as principais deliberações. Além disso, o referido Conselho deu conhecimento à Comissão dos factos mais relevantes que iam surgindo, tendo mesmo nalguns casos solicitado o seu parecer.

- Tanto os membros do Conselho de Gestão como os responsáveis pelos diferentes serviços da Empresa prestaram, sempre, prontamente a esta Comissão todas as informações que lhes foram pedidas com vista ao completo esclarecimento das dúvidas suscitadas, tendo o Conselho também dado seguimento a certas sugestões desta Comissão, factos que nos apaz registar.

- Em face do já exposto, esta Comissão é de parecer favorável à aprovação do relatório do Conselho de Gestão e das contas respeitantes ao exercício de 1980

Lisboa, 25 de Junho de 1981

A Comissão de Fiscalização

José António da Ponte Zeferino Presidente
António Luís da Conceição Nunes
Avelino Lopes Martins

LOCALIZAÇÃO	VALOR DE AQUISIÇÃO	VALOR DE INVENTÁRIO	FLUTUAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	VALOR DE AQUISIÇÃO	VALOR DE INVENTÁRIO	FLUTUAÇÃO
AFFECTOS PORTUGAL LISBOA				Transporte	451 979 197\$60	2 346 235 299\$30	1 894 256 101\$70
- Alameda D. Afonso Henriques, 74/74A	5 125 000\$00	32 031 250\$00	26 906 250\$00	- Rua da Constituição, 1515/7 - Fraç. A	1 823 127\$50	7 055 503\$40	5 232 375\$90
- Av. Almirante Reis, 124	5 300 000\$00	33 125 000\$00	27 825 000\$00	- Rua Mouzinho da Silveira, 80	71 868\$10	4 061 131\$40	3 989 263\$30
- Av. de Berna, 30-A/30-C/Rua da Beneficência, 1	831 600\$00	907 952\$00	76 352\$00	- Rua Piedade, 71/77 e 81 - Maçarelos	4 605 348\$00	4 605 348\$00	-\$
- Av. Casal Ribeiro, 12	8 900 000\$00	45 835 000\$00	36 935 000\$00	RESTO DO PAÍS			
- Av. Casal Ribeiro, 61, 61-A	6 273 075\$40	39 145 160\$90	32 872 085\$50	ALMADA			
- Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 7/7-F	19 406 212\$00	73 826 555\$00	54 420 343\$00	- Rua D. José de Mascarenhas, 71	2 827 644\$40	10 772 946\$10	7 945 301\$70
- Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 88	12 000 000\$00	57 240 000\$00	45 240 000\$00	AMADORA			
- Av. Defensores de Chaves, 35	12 500 000\$00	78 125 000\$00	65 625 000\$00	- Rua Elias Garcia, 253	4 159 199\$00	5 171 699\$00	1 012 500\$00
- Av. Elias Garcia, 162	9 250 000\$00	57 812 500\$00	48 562 500\$00	AVEIRO			
- Av. Fontes Pereira de Melo, 8	1 137 821\$30	14 591 316\$90	13 453 495\$60	- Av. Dr. Lourenço Peixinho, 49-B	3 995 931\$30	27 052 420\$50	23 056 489\$20
- Av. Fontes Pereira de Melo, 18	1 739 778\$30	15 981 914\$00	14 242 135\$70	- Av. 25 de Abril, Fraç. D, E, F, G, H, J, L e M	7 871 921\$00	9 788 921\$00	1 917 000\$00
- Av. Fontes Pereira de Melo, 22	4 893 109\$50	30 711 243\$00	25 818 133\$50	BEJA			
- Av. Fontes Pereira de Melo, 26	1 851 137\$70	16 261 942\$00	14 410 804\$30	- Rua de Mértola, 68/74	1 082 339\$50	7 143 440\$70	6 061 101\$20
- Av. Infante Santo, 48	6 400 000\$00	35 200 000\$00	28 800 000\$00	BRAGA			
- Av. Infante Santo, 59	4 912 130\$00	30 700 812\$50	25 788 682\$50	- Rua da Fundação Gulbenkian,			
- Av. da Liberdade, 85	3 318 632\$20	24 051 051\$70	20 732 419\$50	89 - Fraç. E, F, G e H	4 946 942\$00	4 946 942\$00	-\$
- Av. Óscar Monteiro Torres, 29	12 628 000\$00	37 505 160\$00	24 877 160\$00	CARCAVELOS			
- Av. Poeta Mistral, 6	11 000 000\$00	42 570 000\$00	31 570 000\$00	- Av. Maria Conceição, Lote B	18 857 067\$00	23 948 475\$10	5 091 408\$10
- Av. Rainha D. Amélia, 30, 30-A/B	9 000 000\$00	34 830 000\$00	25 830 000\$00	CARNAXIDE			
- Av. de Roma, 88/88-A	5 400 000\$00	33 750 000\$00	28 350 000\$00	- Rua 10, Cel. 9 - Bloco D - Lote 5	6 648 973\$50	6 648 973\$50	-\$
- Est. de Benfica, 403	8 000 000\$00	41 200 000\$00	33 200 000\$00	- Rua 10, Cel. 9 - Bloco D - Lote 6	6 648 973\$50	6 648 973\$50	-\$
- Est. da Luz, 114	7 800 000\$00	40 170 000\$00	32 370 000\$00	COIMBRA			
- Est. da Luz, 116	7 834 202\$00	40 205 619\$10	32 371 417\$10	- Av. Fernão Magalhães, 264/274	7 062 413\$90	20 670 118\$00	13 607 704\$10
- Est. da Torre, 19	1 840 568\$50	5 568 401\$80	3 727 833\$30	ÉVORA			
- Largo Rafael Bordalo Pinheiro, 13/19 (2/7)	1 955 432\$70	9 524 270\$40	7 568 837\$70	- Rua da Misericórdia, 5	280 162\$90	3 684 142\$10	3 403 979\$20
- Pátio do Pimenta, 25	5 260 039\$00	24 110 186\$00	18 850 147\$00	FARO			
- Praça da Alegria, 38	1 398 376\$30	10 121 153\$00	8 722 776\$70	- Rua Montepio, 13/19	10 051 670\$30	20 727 788\$30	10 676 118\$00
- Praça do Areeiro, 4	6 200 000\$00	38 750 000\$00	32 550 000\$00	S. JOÃO DA MADEIRA			
- Praça José Fontana, 17	17 000 000\$00	93 500 000\$00	76 500 000\$00	- Rua Dr. Maciel, 54 - Fraç. A	1 845 501\$00	1 845 501\$00	-\$
- Praça Marquês de Pombal, 2	1 914 443\$80	10 221 231\$10	8 306 787\$30	SETÚBAL			
- Rua Actor Tasso, 2 a 8	1 074 279\$10	11 213 350\$20	10 139 071\$10	- Av. Rep. Guiné-Bissau, 17 - Fraç. A	10 945 807\$10	12 897 802\$20	1 951 995\$10
- Rua Almeida Brandão, 4	2 211 116\$90	6 567 017\$20	4 355 900\$30	- Praceta Fernando Pessoa, 10/12 - Fraç. A	599 111\$70	599 111\$70	-\$
- Rua Andrade Corvo, 23-A	1 090 251\$90	8 120 542\$40	7 030 290\$50	- Praceta Fernando Pessoa, 32/34 - Fraç. H	1 878 167\$30	1 878 167\$30	-\$
- Rua Andrade Corvo, 25	683 940\$10	4 402 451\$80	3 718 511\$70	VEISEU			
- Rua de Arroios, 263/273	1 869 529\$10	11 711 938\$40	9 842 409\$30	- Gav. da Rua Formosa			
- Rua do Arsenal, 44/54	2 701 659\$80	31 212 280\$40	28 510 620\$60	c/Rua Franc. Alexandre Lobo Fraç. X	1 499 607\$00	1 864 107\$00	364 500\$00
- Rua do Arsenal, 56/66	1 398 377\$70	9 559 207\$70	8 160 830\$00				
- Rua do Arsenal, 68/78	1 483 647\$50	10 301 701\$30	8 818 053\$80				
- Rua Augusta, 47	1 021 900\$70	13 437 994\$20	12 416 093\$50				
- Rua Augusta, 134	2 741 464\$50	19 873 342\$60	17 131 878\$10				
- Rua Aurea, 94/108	11 632 598\$80	85 100 030\$60	73 467 431\$80				
- Rua da Bela Vista à Lapa, 22	2 211 116\$70	6 567 016\$60	4 355 899\$90				
- Rua da Bela Vista à Lapa, 30	3 855 116\$70	11 449 696\$60	7 594 579\$90				
- Rua da Bela Vista à Lapa, 64	2 211 116\$70	6 567 016\$60	4 355 899\$90				
- Rua Buenos Aires, 7	4 464 323\$70	25 669 861\$30	21 205 537\$60				
- Rua Capelo, 14/18	9 533 544\$50	29 176 612\$90	19 643 068\$40				
- Rua Castilho, 1	12 500 000\$00	78 125 000\$00	65 625 000\$00				
- Rua da Conceição, 121/129	3 712 686\$80	19 033 711\$50	15 321 024\$70				
- Rua Conde Redondo, 2	2 302 109\$10	11 087 622\$90	8 785 513\$80				
- Rua Ferreira Borges, 79/79-A	5 010 924\$10	31 167 247\$00	26 156 322\$90				
- Rua Frei Manuel Cenáculo, 43	1 220 379\$40	1 234 768\$00	14 388\$60				
- Rua Joaquim Bonifácio, 2	9 000 000\$00	56 250 000\$00	47 250 000\$00				
- Rua José Ricardo, 2/2-C	7 410 794\$70	31 489 834\$80	24 079 040\$10				
- Rua Luciano Cordeiro, 83	12 750 000\$00	65 662 500\$00	52 912 500\$00				
- Rua Maria, 43	3 472 169\$10	22 730 467\$20	19 258 318\$10				
- Rua Martens Ferrão, 18	2 240 841\$10	12 545 035\$40	10 304 194\$30				
- Rua Martens Ferrão, 18-A	719 280\$00	3 326 529\$20	2 607 249\$20				
- Rua Nova do Almada, 64	2 292 591\$90	22 415 831\$30	20 123 239\$40				
- Rua Oliveira Martins, 41/41-A/41-C	4 560 964\$00	26 162 500\$00	21 601 536\$00				
- Rua da Palma, 272/278	4 008 007\$40	14 224 104\$10	10 216 096\$70				
- Rua Ponta Delgada, 44/44-B/44-C	6 693 141\$80	35 733 202\$30	29 040 060\$50				
- Rua da Prata, 75	9 335 116\$30	27 725 295\$40	18 390 179\$10				
- Rua da Prata, 88	1 281 590\$10	8 458 494\$70	7 176 904\$60				
- Rua da Prata, 98/108	7 939 731\$20	76 883 546\$10	68 943 814\$90				
- Rua da Prata, 149/159	8 239 116\$70	24 470 176\$60	16 231 059\$90				
- Rua da Prata, 174/178	874 462\$50	6 315 390\$60	5 440 928\$10				
- Rua 4 de Infantaria, 1/1-B	2 685 413\$80	16 750 150\$00	14 064 736\$20				
- Rua Sampaio Pina, 50/54	6 000 000\$00	36 000 000\$00	30 000 000\$00				
- Rua Santo Amaro, 19-A/Fraç. A	4 187 085\$90	6 824 950\$00	2 637 864\$10				
- Rua S. Julião, 48	471 962\$60	6 837 282\$10	6 365 319\$50				
- Rua S. Nicolau, 42	1 681 609\$00	14 116 216\$50	12 434 607\$50				
- Rua dos Sapateiros, 12/22	11 425 178\$80	71 311 604\$00	59 886 425\$20				
- Rua dos Sapateiros, 24/38	9 177 347\$00	26 780 484\$30	17 603 137\$30				
- Rua dos Soeiros, 337	7 500 000\$00	34 125 000\$00	26 625 000\$00				
- Rua Viriato, 25	27 093 983\$60	113 280 945\$00	86 186 961\$40				
PORTO							
- Praça D. Filipa de Lencastre, 141	12 368 675\$80	58 916 413\$60	46 547 737\$80				
- Praça Velasques, 283 - Fraç. B	2 531 507\$00	9 796 932\$10	7 265 425\$10				
- Rua Álvares Cabral, 444 - Fraç. A	2 283 931\$00	2 900 085\$90	616 154\$90				
- Rua Álvares Cabral, 452 - Fraç. B	2 283 931\$00	2 900 085\$90	616 154\$90				
- Rua Clérigos, 3/7 e Rua de Trás, 8	5 471 122\$80	32 151 092\$60	26 679 969\$80				
A Transportar	451 979 197\$60	2 346 235 299\$30	1 894 256 101\$70				
						</	

COMPANHIA DE SEGUROS BONANÇA, EP

INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS APLICAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 1980

	QUANTIDADE	VALOR NOMINAL	P. MÉDIO DE COMPRA	COTAÇÃO EM BOLSA	VALOR DE BALANÇO		VALOR TOTAL AQUISIÇÃO	FLUTUAÇÃO DE VALORES
					UNITÁRIO	TOTAL		
1. - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS						-\$ -	-\$ -	-\$ -
1.1 - Quotas						-\$ -	-\$ -	-\$ -
1.2 - Ações						-\$ -	-\$ -	-\$ -
2. - OUTRAS APLICAÇÕES								
2.1 - Títulos Nacionais								
2.1.1 - Títulos de Dívida Pública e obrigações c/garantia do Estado								
Ob. Consolidado 4% - 1940	6 015	2 000\$00	2 128\$85	480\$00	480\$00	2 887 200\$00	12 805 047\$30	- 9 917 847\$30
Ob. Consolidado 3 1/2% - 1941	4 884	1 000\$00	926\$67	210\$00	210\$00	1 025 640\$00	4 525 879\$50	- 3 500 239\$50
Ob. Consolidado 3% - 1942	9 790	1 000\$00	844\$04	180\$00	175\$00	1 713 250\$00	8 263 179\$30	- 6 549 929\$30
Ob. Consolidado 2 3/4% - 1943	8 862	1 000\$00	989\$16	170\$00	165\$00	1 462 230\$00	8 765 990\$90	- 7 303 760\$90
Ob. Fundo Externo 3% 1.ª Sr.	346	£ 20	1 300\$61	1 100\$00	1 100\$00	380 600\$00	450 011\$90	- 69 411\$90
Ob. Fundo Externo 3% 3.ª Sr.	1 563	£ 19,90	1 304\$37	1 100\$00	1 100\$00	1 719 300\$00	2 038 742\$20	- 319 442\$20
Ob. Fundo Externo s/jr. 3.ª Sr.	2 507	£ 6,63	209\$07	320\$00	320\$00	802 240\$00	524 138\$40	+ 278 101\$60
Ob. Tes.º 3 1/2% - 1959	419	1 000\$00	1 000\$79	520\$00	550\$00	230 450\$00	419 330\$60	- 188 880\$60
Ob. Tes.º 3 1/2% - 1960	550	1 000\$00	950\$04	580\$00	550\$00	286 000\$00	522 526\$70	- 236 526\$70
Ob. Tes.º 3 1/2% - 1963	500	1 000\$00	1 001\$03	1 000\$00	550\$00	275 000\$00	500 515\$00	- 225 515\$00
Ob. Tes.º 5% - 1967	4 872	1 000\$00	1 000\$65	900\$00	940\$00	4 579 680\$00	4 875 197\$60	- 295 517\$60
Ob. Tes.º 5% - 1969	2 910	1 000\$00	1 008\$14	825\$00	940\$00	2 735 400\$00	2 933 688\$00	- 198 288\$00
Ob. Tes.º 5% - 1971	7 820	1 000\$00	1 005\$47	690\$00	940\$00	7 350 800\$00	7 862 804\$20	- 512 004\$20
Ob. Tes.º 5% - 1973	4 000	1 000\$00	1 000\$00	-\$ -	940\$00	3 760 000\$00	4 000 000\$00	- 240 000\$00
Ob. Tes.º 10% - 1975	16 713	500\$00	496\$57	560\$00	555\$00	9 275 715\$00	8 299 231\$30	+ 976 483\$70
Ob. Tes.º 1975 - Nac. B. Angola 1.ª Ser - Nom.	2	2 890\$00	613\$25	1 450\$00	1 300\$00	2 600\$00	1 226\$50	+ 1 373\$50
Ob. Tes.º 1975 - Nac. B. Angola 1.ª Ser. - Port.	5	2 890\$00	1 461\$64	1 450\$00	1 400\$00	7 000\$00	7 308\$20	- 308\$20
Ob. Tes.º 1975 - Nac. B. Angola 2.ª Ser. - Cupão	651	3 498\$00	5 967\$77	1 700\$00	1 800\$00	1 171 800\$00	3 885 019\$20	- 2 713 219\$20
Ob. Tes.º 1975 - Nac. B.N.U. 1.ª Ser. - Nom.	23 137	3 370\$00	1 082\$26	1 220\$00	1 400\$00	32 391 800\$00	25 040 405\$30	+ 7 351 394\$70
Ob. Tes.º 1975 - Nac B N U 1.ª Ser. - Port.	18	3 370\$00	1 361\$18	1 500\$00	1 500\$00	27 000\$00	24 501\$30	+ 2 498\$70
Ob. Tes.º 1975 - Nac. B N U 2.ª Ser - Cupão	2 855	4 352\$00	1 326\$54	2 100\$00	2 200\$00	6 281 000\$00	3 787 287\$60	+ 2 493 712\$40
Ob. Tes.º 1975 - Nac. B. Portug. 1.ª Ser. - Nom.	1 896	3 149\$00	1 397\$68	1 500\$00	1 500\$00	2 844 000\$00	2 650 016\$90	+ 193 983\$10
Ob. Tes.º 1975 - Nac. B. Portug. 1.ª Ser. - Port	27	3 149\$00	1 461\$59	1 500\$00	1 450\$00	39 150\$00	39 463\$10	- 313\$10
Ob. Tes.º 1975 - Nac. B. Portug. 2.ª Ser - Cupão	51	3 904\$00	1 822\$03	1 850\$00	1 900\$00	96 900\$00	92 923\$60	+ 3 976\$40
Ob. Tes.º 10% - 1976	84 283	1 000\$00	999\$41	1 150\$00	1 140\$00	96 082 620\$00	84 233 257\$90	+ 11 849 362\$10
Ob. Tes.º 6% - 1976 (ouro)	3 440	(a)	500\$00	3 500\$00	3 500\$00	12 040 000\$00	1 720 000\$00	+ 10 320 000\$00
Ob. Tes.º FIP - Classe A 18% - 1977	94 489	1 000\$00	1 000\$00	1 160\$00	1 150\$00	108 662 350\$00	94 489 000\$00	+ 14 173 350\$00
Ob. Tes.º FIP - Classe B 12% - 1977	64 424	700\$00	700\$00	980\$00	970\$00	62 491 280\$00	45 096 800\$00	+ 17 394 480\$00
Ob. Tes.º FIP - 1978	162 381	1 000\$00	1 000\$00	1 140\$00	1 140\$00	185 114 340\$00	162 381 000\$00	+ 22 733 340\$00
Ob. Tes.º FIP - 1979	150 396	1 000\$00	1 000\$00	1 130\$00	1 120\$00	168 443 520\$00	150 396 000\$00	+ 18 047 520\$00
Ob. Tes.º FIP - 1980	109 251	1 000\$00	1 000\$00	-\$ -	1 000\$00	109 251 000\$00	109 251 000\$00	-\$ -
Ob. Banco Fomento Nacional 6 1/2% - 1.ª fase - Port. 1973	182	1 000\$00	1 036\$66	890\$00	890\$00	161 980\$00	188 672\$90	- 26 692\$90
Ob. Banco Fomento Nacional 6 1/2% - 2.ª fase - Port. 1973	133	1 000\$00	1 034\$77	890\$00	890\$00	118 370\$00	137 625\$50	- 19 255\$50
Ob. Câmara Municipal de Lisboa 5 3/4% - 1969	451	1 000\$00	1 001\$68	940\$00	940\$00	423 940\$00	451 758\$40	- 27 818\$40
Ob. Câmara Municipal de Lisboa 6 3/4% - 1970	45	1 000\$00	1 006\$59	845\$00	860\$00	38 700\$00	45 296\$70	- 6 596\$70
Ob. C. P. 4 1/2% - 1959 - Port.	550	1 000\$00	1 001\$66	695\$00	645\$00	354 750\$00	550 914\$10	- 196 164\$10
Ob. C. P. 4 1/2% - 1959 - Nom.	380	1 000\$00	1 000\$31	695\$00	645\$00	245 100\$00	380 117\$50	- 135 017\$50
Ob. C. P. 4 1/2% - 1965	855	1 000\$00	995\$06	590\$00	645\$00	551 475\$00	850 782\$10	- 299 307\$10
Ob. C. P. 5 1/2% - 1967	193	1 000\$00	968\$94	570\$00	600\$00	115 800\$00	187 006\$00	- 71 206\$00
Ob. C. P. 5 1/2% - 1968	227	1 000\$00	999\$43	560\$00	600\$00	136 200\$00	226 871\$40	- 90 671\$40
Ob. C. P. 5 1/2% - 1969	425	1 000\$00	990\$17	570\$00	600\$00	255 000\$00	420 821\$60	- 165 821\$60
Ob. C. P. 6 3/4% - 1970	180	1 000\$00	1 000\$00	-\$ -	717\$00	129 060\$00	180 000\$00	- 50 940\$00
Ob. C. P. 6 3/4% - 1971	1 166	1 000\$00	1 000\$09	790\$00	717\$00	836 022\$00	1 166 104\$60	- 330 082\$60
Ob. C. P. 6 3/4% - 1972	835	1 000\$00	998\$81	700\$00	717\$00	598 695\$00	834 009\$60	- 235 314\$60
Ob. C. P. 6 3/4% - 1973	1 683	1 000\$00	999\$58	650\$00	717\$00	1 206 711\$00	1 682 294\$80	- 475 583\$80
Ob. Cred. Pred. Português 5% - 1959 - Port.	347	1 000\$00	1 003\$35	500\$00	770\$00	267 190\$00	348 163\$30	- 80 973\$30
Ob. Cred. Pred. Português 5% - 1959 - Nom.	114	1 000\$00	1 000\$00	500\$00	770\$00	87 780\$00	114 000\$00	- 26 220\$00
Ob. Emp. Renov. e Ap. Ind. de Pesca 5 3/8% - 1968	2 080	1 000\$00	1 004\$74	1 000\$00	800\$00	1 664 000\$00	2 089 866\$40	- 425 866\$40
Ob. Emp. Pub. Águas de Lisboa 6% - 1969 - 1.ª fase - Port.	310	1 000\$00	1 000\$00	740\$00	765\$00	237 150\$00	310 000\$00	- 72 850\$00
Ob. Emp. Pub. Águas de Lisboa 6% - 1969 - 2.ª fase - Port.	695	1 000\$00	1 000\$00	750\$00	765\$00	531 675\$00	695 000\$00	- 163 325\$00
Ob. Fomento Ultramarino 6% - 1969 (Angola)	8 494	1 000\$00	1 003\$40	-\$ -	840\$00	7 157 640\$00	8 522 901\$30	- 1 365 261\$30
Ob. Fomento Ultramarino 6% - 1969 (Moçambique)	5 470	1 000\$00	1 000\$00	840\$00	840\$00	4 594 800\$00	5 470 000\$00	- 875 200\$00
Ob. Fundo Esp. Transp. Terrestres 5 1/2% - 1967	805	1 000\$00	1 000\$00	1 005\$00	720\$00	579 600\$00	805 000\$00	- 225 400\$00
Ob. Fundo de Turismo 5 3/4% - 1969	131	1 000\$00	999\$07	970\$00	900\$00	117 900\$00	130 878\$20	- 12 978\$20
Ob. Metropolitano de Lisboa 4% - 1961	6	1 000\$00	895\$18	830\$00	1 000\$00	6 000\$00	5 371\$10	+ 628\$90
Ob. Metropolitano de Lisboa 5 3/4% - 1967	215	1 000\$00	1 002\$85	890				

COMPANHIA DE SEGUROS BONANÇA, EP

INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS APLICAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 1980

	QUANT	VALOR NOMINAL	P. MÉDIO COMPRA	COTAÇÃO EM BOLSA	VALOR DE BALANÇO		VALOR TOTAL AQUISIÇÃO	FLUTUAÇÃO DE VALORES
					UNITÁRIO	TOTAL		
TRANSPORTE						858 531 377\$00	794 776 689\$60	+ 63 754 687\$40
Ob. Hidro Elect. do Douro 5% - 1957 - Port. Reg.	108	1 000\$00	967\$39	540\$00	580\$00	62 640\$00	104 478\$60	- 41 838\$60
Ob. Hidro Elect. do Douro 5% - 1959 - Port. Reg.	102	1 000\$00	988\$34	520\$00	580\$00	59 160\$00	100 810\$80	- 41 650\$80
Ob. Hidro Elect. do Douro 5% - 1960 - Port. Reg.	229	1 000\$00	975\$24	580\$00	580\$00	132 820\$00	223 330\$60	- 90 510\$60
Ob. Hidro Elect. do Norte de Portugal 5% - 1956 - Port. Reg.	10	1 000\$00	1 000\$36	760\$00	680\$00	6 800\$00	10 003\$60	- 3 203\$60
Ob. Hidro Elect. do Norte de Portugal 5% - 1967 - Port. Reg.	7	1 000\$00	994\$23	700\$00	680\$00	4 760\$00	6 959\$60	- 2 199\$60
Ob. Hidro Elect. do Zêzere 5% - 1955 - Port. Reg.	67	1 000\$00	1 042\$60	590\$00	675\$00	45 225\$00	69 854\$70	- 24 629\$70
Ob. Hidro Elect. do Zêzere 5% - 1957 - Port. Reg.	106	1 000\$00	982\$26	550\$00	675\$00	71 550\$00	104 120\$30	- 32 570\$30
Ob. Nitratos de Portugal 5% - 1959 - Port. Reg.	27	1 000\$00	971\$19	610\$00	550\$00	14 850\$00	26 222\$10	- 11 372\$10
Ob. Nitratos de Portugal 5% - 1960 - Port. Reg.	100	1 000\$00	998\$15	540\$00	550\$00	55 000\$00	99 815\$50	- 44 815\$50
Ob. Sacor 7% - 1970 - 1.ª fase	6	1 000\$00	1 000\$00	895\$00	890\$00	5 340\$00	6 000\$00	- 660\$00
Ob. Sacor 7% - 1970 - 2.ª fase	168	1 000\$00	1 000\$00	885\$00	890\$00	149 520\$00	168 000\$00	- 18 480\$00
Ob. Siderurgia Nacional 5% - 1959 - Port. Reg.	35	1 000\$00	1 000\$00	660\$00	630\$00	22 050\$00	35 000\$00	- 12 950\$00
Ob. União Eléctrica Portuguesa 5% - 1954 - Port. Reg.	900	100\$00	100\$01	56\$00	71\$00	63 900\$00	90 000\$50	- 26 109\$50
Ob. União Eléctrica Portuguesa 7% - 1972 - Port. Reg.	50	1 000\$00	1 000\$00	820\$00	785\$00	39 250\$00	50 000\$00	- 10 750\$00
2.1.3 - Acções								
Ac. A Tabaqueira - Port.	100	1 000\$00	4 280\$00	- \$-	4 929\$15	492 915\$00	428 000\$00	+ 64 915\$00
Ac. Banco da Agricultura - Port.	66	500\$00	1 579\$97	- \$-	962\$80	63 544\$80	104 278\$20	- 40 733\$40
Ac. Banco da Agricultura - Port. - Em. 1971 (Pub. DL 528/76 Art.º 12.º)	34	500\$00	2 000\$00	- \$-	2 000\$00	68 000\$00	68 000\$00	- \$-
Ac. Banco da Agricultura - Port. - Em. 1972 (R.A. D.L. 528/76 Art.º 12.º)	12	500\$00	1 182\$00	- \$-	1 182\$00	14 184\$00	14 184\$00	- \$-
Ac. Banco da Agricultura - Port. - Em. 1972 (Pub. DL 528/76 Art.º 12.º)	50	500\$00	2 500\$00	- \$-	2 500\$00	125 000\$00	125 000\$00	- \$-
Ac. Banco do Alentejo - Port.	2 060	150\$00	500\$86	- \$-	936\$00	1 928 160\$00	1 031 772\$50	+ 896 387\$50
Ac. Banco do Alentejo - Port. - Em. 1971 (R.A. DL 528/76 Art.º 12.º)	438	150\$00	252\$35	- \$-	252\$35	110 529\$30	110 529\$30	- \$-
Ac. Banco do Alentejo - Port. - Em. 1972 (R.A. DL 528/76 Art.º 12.º)	876	150\$00	310\$15	- \$-	310\$15	271 691\$40	271 691\$40	- \$-
Ac. Banco do Algarve - Port.	340	100\$00	4 325\$45	- \$-	329\$81	112 135\$40	1 470 653\$80	- 1 358 518\$40
Ac. Banco Borges & Irmão - Port.	328	1 000\$00	6 915\$14	- \$-	1 583\$44	519 368\$30	2 268 165\$50	- 1 748 797\$20
Ac. Banco Borges & Irmão - Port. - Em. 1971/2 (Pub. DL 528/76 Art.º 12.º)	22	1 000\$00	4 500\$00	- \$-	4 500\$00	99 000\$00	99 000\$00	- \$-
Ac. Banco E. S. Comerc. Lx. - Port.	6 127	1 000\$00	6 641\$95	- \$-	2 477\$32	15 178 539\$60	40 695 216\$80	- 25 516 677\$20
Ac. Banco E. S. Comerc. Lx. - Nom.	1 109	1 000\$00	845\$16	- \$-	2 477\$32	2 747 347\$90	937 282\$20	+ 1 810 065\$70
Ac. Banco E. S. Comerc. Lx. - Port. - Em. 1970 (Pub. DL 528/76 Art.º 12.º)	223	1 000\$00	4 000\$00	- \$-	4 000\$00	892 000\$00	892 000\$00	- \$-
Ac. Banco E. S. Comerc. Lx. - Port. - Em. 1973 (Pub. DL 528/76 Art.º 12.º)	50	1 000\$00	6 500\$00	- \$-	6 500\$00	325 000\$00	325 000\$00	- \$-
Ac. Banco Fern. Magalhães - Port. - Em. 1972 (Pub. DL 528/76 Art.º 12.º)	18	1 000\$00	3 000\$00	- \$-	3 000\$00	54 000\$00	54 000\$00	- \$-
Ac. Banco Fomento Nacional - Port.	476	1 000\$00	3 390\$88	- \$-	2 048\$38	975 028\$80	1 614 061\$40	- 639 032\$60
Ac. Banco Fomento Nacional - Port. - Em. 1972 (Pub. DL 528/76 Art.º 12.º)	4	1 000\$00	1 923\$20	- \$-	1 923\$20	7 692\$80	7 692\$80	- \$-
Ac. Banco Int. Cont. Portug. - Port.	10 530	1 000\$00	10 820\$74	- \$-	5 000\$00	52 650 000\$00	113 942 391\$20	- 61 292 391\$20
Ac. Banco Int. Cont. Portug. - Port. - Em. 1972 (Pub. DL 528/76 Art.º 12.º)	30	1 000\$00	3 000\$00	- \$-	3 000\$00	90 000\$00	90 000\$00	- \$-
Ac. Banco Int. Cont. Portug. - Port. - Em. 1973 (R.A. DL 528/76 Art.º 12.º)	2 464	1 000\$00	4 377\$05	- \$-	4 357\$85	10 737 742\$50	10 785 063\$30	- 47 320\$80
Ac. Banco Int. Cont. Portug. - Port. - Em. 1973 (Pub. DL 528/76 Art.º 12.º)	5	1 000\$00	5 000\$00	- \$-	5 000\$00	25 000\$00	25 000\$00	- \$-
Ac. Banco Pinto Magalhães - Port.	502	1 000\$00	7 067\$48	- \$-	1 492\$96	749 465\$90	3 547 874\$90	- 2 798 409\$00
Ac. Banco Pinto Magalhães - Port. - Em. 1972 (Pub. DL 528/76 Art.º 12.º)	32	1 000\$00	3 000\$00	- \$-	3 000\$00	96 000\$00	96 000\$00	- \$-
Ac. Banco P. Sotto Mayor - Port.	1	1 000\$00	5 000\$00	- \$-	1 937\$56	1 937\$60	5 000\$00	- 3 062\$40
Ac. Banco Port. Atlântico - Port.	2 180	1 000\$00	4 609\$88	- \$-	3 142\$34	6 850 301\$20	10 049 553\$40	- 3 199 252\$20
Ac. Banco Totta & Açores - Port.	734	1 000\$00	4 429\$69	- \$-	1 732\$05	1 271 324\$70	3 251 390\$70	- 1 980 066\$00
Ac. Banco Totta & Açores - Port. - Em. 1971 (R.A. DL 528/76 Art.º 12.º)	32	1 000\$00	1 744\$60	- \$-	1 744\$60	55 827\$20	55 827\$20	- \$-
Ac. Banco Totta & Açores - Port. - Em. 1971 (Pub. DL 528/76 Art.º 12.º)	56	1 000\$00	3 700\$00	- \$-	3 700\$00	207 200\$00	207 200\$00	- \$-
Ac. Créd. Pred. Portugueses - Port.	307	500\$00	2 851\$70	- \$-	1 250\$92	384 032\$40	875 474\$00	- 491 441\$60
Ac. Créd. Pred. Portugueses - Port. - Em. 1970/1/2 (Pub. DL 528/76 Art.º 12.º)	190	500\$00	5 342\$10	- \$-	3 500\$00	665 000\$00	1 015 000\$00	- 350 000\$00
Ac. Créd. Pred. Portugueses - Port. - Em. 1971 (R.A. DL 528/76 Art.º 12.º)	3	500\$00	2 557\$40	- \$-	2 557\$40	7 672\$20	7 672\$20	- \$-
Ac. Câmara Resseguradora Portuguesa - Port.	1 899	500\$00	663\$03	- \$-	572\$11	1 086 436\$80	1 259 091\$10	- 172 654\$30
Ac. Câmara Resseguradora Portuguesa - Nom.	1 909	500\$00	479\$93	- \$-	572\$11	1 092 157\$90	91 508\$90	+ 1 000 649\$00
Ac. Cetra - Centro Téc. de Reparações Auto, S.A.R.L.	4 964	1 000\$00	1 000\$00	- \$-	1 000\$00	4 964 000\$00	4 964 000\$00	- \$-
Ac. Cidla - Port.	1 474	1 000\$00	4 272\$93	- \$-	2 443\$54	3 601 778\$00	6 298 303\$60	- 2 696 525\$60
Ac. Cinorte - C.ª de Cimento do Norte - Port.	290	1 000\$00	1 067\$33	- \$-	1 000\$00	290 000\$00	312 425\$40	- 22 425\$40
Ac. Cislul - C.ª Ind. Cimentos do Sul - Port.	110	1 000\$00	1 885\$68	- \$-	1 000\$00	110 000\$00	207 425\$00	- 97 425\$00
Ac. Chenop - Hid. Eléctrica do Norte de Portugal - Port.	186	1 000\$00	233\$87	- \$-	201\$75	37 525\$50	43 500\$00	- 5 974\$50
Ac. C.ª Eléctrica das Beiras - Port.	160	1 000\$00	1 492\$36	- \$-	1 999\$00	319 840\$00	238 778\$00	+ 81 062\$00
Ac. C.ª Colonial de Navegação - Nom.	84 303	600\$00	970\$89	- \$-	1 071\$00	90 288 513\$00	81 848 959\$60	+ 8 439 553\$40
Ac. C.ª Nacional de Navegação - Nom.	915	1 000\$00	2 447\$65	- \$-	2 170\$06	1 985 604\$90	2 239 601\$00	- 253 996\$10
Ac. C.ª do Papel do Prado - Port.	4 800	100\$00	303\$49	- \$-	303\$49	1 456 770\$00	1 456 770\$00	- \$-
Ac. C.ª Portuguesa de Celulose - Port.	370	1 000\$00	2 317\$67	- \$-	2 912\$07	1 077 465\$90	857 538\$20	+ 219 927\$70
Ac. C.ª Portuguesa de Celulose - Nom.	440	1 000\$00	3 263\$63	- \$-	2 912\$07	1 281 310\$80	1 436 000\$00	- 154 689\$20
Ac. C.ª Portuguesa de Electricidade - Port.	1 306	1 000\$00	1 123\$40	- \$-	1 557\$00	2 033 442\$00	1 467 169\$80	+ 566 272\$20
Ac. C.ª Portuguesa de Electricidade - Port. (Ex-E.T.P.)	314	1 000\$00	1 264\$70	- \$-	1 557\$00	488 898\$00	39	

COMPANHIA DE SEGUROS BONANÇA, EP

INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS APLICAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 1980

	QUANT	VALOR NOMINAL	P. MÉDIO COMPRA	COTAÇÃO EM BOLSA	VALOR DE BALANÇO		VALOR TOTAL AQUISIÇÃO	FLUTUAÇÃO DE VALORES
					UNITÁRIO	TOTAL		
TRANSPORTE						1 134 806 053\$10	1 141 480 072\$70	- 6 674 014\$60
Ac. Interhotel - Port.	20	1 000\$00	1 000\$00	- \$ -	1 000\$00	20 000\$00	20 000\$00	- \$ -
Ac. Lisnave - Estaleiros Navais de Lisboa - Port.	1 412	1 000\$00	778\$67	2 500\$00	778\$67	1 099 482\$60	1 099 482\$60	- \$ -
Ac. Matur - Port.	19	1 000\$00	2 000\$00	- \$ -	1 000\$00	19 000\$00	38 000\$00	- 19 000\$00
Ac. Metalurgia Casal - Port.	32	1 000\$00	1 500\$00	- \$ -	1 300\$00	41 600\$00	48 000\$00	- 6 400\$00
Ac. Messa - Máquinas de Escrever - Port.	2 000	100\$00	100\$00	- \$ -	100\$00	200 000\$00	200 000\$00	- \$ -
Ac. Prodis - Distrib. Prod. Ag. e Refrigerantes	34	50\$00	50\$15	- \$ -	50\$15	1 705\$00	1 705\$00	- \$ -
Ac. Rinave Portuguesa - Nom.	70	1 000\$00	1 000\$00	- \$ -	1 000\$00	70 000\$00	70 000\$00	- \$ -
Ac. S.P.E. - Soc. Portuguesa de Empreendimentos - Nom.	8 900	325\$00	325\$00	- \$ -	325\$00	2 892 500\$00	2 892 500\$00	- \$ -
Ac. Sacor - Nom.	1 377	1 000\$00	2 881\$06	- \$ -	2 343\$04	3 226 366\$20	3 967 228\$40	- 740 862\$20
Ac. Sacor - Port.	5 943	1 000\$00	2 966\$73	- \$ -	2 444\$23	14 526 058\$80	17 631 295\$30	- 3 105 236\$50
Ac. Sacorex	50	1 000\$00	1 000\$00	- \$ -	1 000\$00	50 000\$00	50 000\$00	- \$ -
Ac. Salvor - Port.	50	1 000\$00	1 100\$00	- \$ -	964\$00	48 200\$00	55 000\$00	- 6 800\$00
Ac. Secil - C.* Geral de Cal e Cimentos, S.A.R.L. - Port.	24	500\$00	3 916\$66	- \$ -	1 974\$15	47 379\$60	94 000\$00	- 46 620\$40
Ac. Setenave - Estaleiros Navais de Setúbal - Port.	631	1 000\$00	9 205\$90	- \$ -	1 394\$59	879 986\$30	5 808 924\$00	- 4 928 937\$70
Ac. Siderurgia Nacional - Nom.	387	1 000\$00	2 282\$03	- \$ -	1 944\$32	752 451\$80	883 148\$50	- 130 696\$70
Ac. Siderurgia Nacional - Port.	50	1 000\$00	6 702\$85	- \$ -	2 166\$13	108 306\$50	335 142\$80	- 226 836\$30
Ac. Socel - Soc. Industrial de Celulose - Port.	90	1 000\$00	4 981\$91	- \$ -	1 802\$60	162 234\$00	448 372\$10	- 286 138\$10
Ac. Soc. Central de Cervejas - Port.	90	1 000\$00	8 770\$54	- \$ -	1 697\$95	152 815\$40	789 348\$50	- 636 533\$10
Ac. Soc. Nacional de Tipografia - Port.	76	100\$00	145\$13	- \$ -	- \$ -	- \$ -	11 030\$00	- 11 030\$00
Ac. Soc. Turística da Penina - Port.	4	1 000\$00	3 300\$00	- \$ -	2 900\$00	11 600\$00	13 200\$00	- 1 600\$00
Ac. Sonagi - Soc. Nac. de Gestão e Investimentos - Nom.	1 706	100\$00	163\$16	- \$ -	400\$00	682 400\$00	278 364\$50	+ 404 035\$50
Ac. Sonagi - Soc. Nac. de Gestão e Investimentos - Port.	563	100\$00	228\$44	520\$00	500\$00	281 500\$00	128 614\$60	+ 152 885\$40
Ac. Sonarep - Soc. Nac. de Refinação de Petróleos - Nom.	1 491	1 000\$00	790\$20	- \$ -	790\$20	1 178 200\$00	1 178 200\$00	- \$ -
Ac. Sorefame - Port.	20	1 000\$00	2 500\$00	- \$ -	2 500\$00	50 000\$00	50 000\$00	- \$ -
Ac. TAP - Transportes Aéreos Portugueses - Nom.	1 838	1 000\$00	1 318\$97	- \$ -	1 396\$90	2 567 502\$20	2 424 265\$90	+ 143 236\$30
Ac. União Eléctrica Portuguesa - Port.	7 008 2/5	100\$00	148\$05	- \$ -	163\$00	1 142 369\$20	1 037 555\$00	+ 104 814\$20
Ac. U.F.A. - União Fabril do Azoto - Port.	470	500\$00	910\$60	- \$ -	770\$00	361 900\$00	427 982\$90	- 66 082\$90
Ac. Vidago, Melgaço e Pedras Salgadas - Port.	200	500\$00	1 683\$53	1 000\$00	980\$00	205 000\$00	336 706\$40	- 131 706\$40
Seguro de Fronteira - ACE						599 000\$00	599 000\$00	- \$ -
C.* Portuguesa de Resseguros						6 000 000\$00	6 000 000\$00	- \$ -
SUB-TOTAL						1 172 183 610\$70	1 188 397 139\$20	- 16 213 528\$50
2.2 - Títulos Estrangeiros								
2.2.1 - Bilhetes do Tesouro e outras obrigações emitidas p/Estados Estrangeiros						- \$ -	- \$ -	- \$ -
2.2.2 - Outras Obrigações								
2.2.2.1 - Nas Ex-Colónias								
Ob. da Hidroeléctrica do Revuê 5% - 1954 - Port. Reg.	2	1 000\$00	921\$40	- \$ -	670\$00	1 340\$00	1 842\$80	- 502\$80
Ob. da Hidroeléctrica do Revuê 5% - 1955 - Port. Reg.	16	1 000\$00	983\$53	- \$ -	670\$00	10 720\$00	15 736\$50	- 5 016\$50
Ob. da Hidroeléctrica do Revuê 5% - 1957 - Port. Reg.	15	1 000\$00	983\$54	- \$ -	670\$00	10 050\$00	14 753\$20	- 4 703\$20
Ob. da Hidroeléctrica do Revuê 5% - 1959 - Port. Reg.	54	1 000\$00	927\$16	- \$ -	670\$00	36 180\$00	50 066\$80	- 13 886\$80
2.2.2.2 - Nos Restantes Países						- \$ -	- \$ -	- \$ -
2.2.3 - Acções								
2.2.3.1 - Nas Ex-Colónias								
Ac. Agran	500	1 000\$00	500\$00	- \$ -	500\$00	250 000\$00	250 000\$00	- \$ -
Ac. Angol	555	1 000\$00	1 000\$00	- \$ -	1 000\$00	555 000\$00	555 000\$00	- \$ -
Ac. Banco Comercial de Angola	10 032	1 000\$00	851\$02	- \$ -	1 000\$00	10 032 000\$00	8 537 500\$00	+ 1 494 500\$00
Ac. Banco Standard Totta de Moçambique	1 041	500\$00	500\$00	- \$ -	500\$00	520 500\$00	520 500\$00	- \$ -
Ac. Boror Comercial	1 000	30\$00	30\$00	- \$ -	76\$00	76 000\$00	30 000\$00	+ 46 000\$00
Ac. C.* Angolana de Agricultura	500	900\$00	4 426\$02	- \$ -	690\$00	345 000\$00	2 213 013\$10	- 1 868 013\$10
Ac. C.* do Açúcar de Angola	300	1 500\$00	2 912\$80	- \$ -	745\$00	223 500\$00	873 841\$00	- 650 341\$00
Ac. C.* do Boror - Port.	500	200\$00	499\$00	- \$ -	153\$00	76 500\$00	249 502\$80	- 173 002\$80
Ac. C.* do Boror - Nom.	1 000	200\$00	499\$00	- \$ -	153\$00	153 000\$00	499 005\$50	- 346 005\$50
Ac. C.* do Buzi	2 000	110\$00	264\$59	- \$ -	73\$00	146 000\$00	529 182\$30	- 383 182\$30
Ac. C.* de Cervejas e Refrigerantes Mac Mahon	300	1 000\$00	502\$00	- \$ -	1 000\$00	300 000\$00	150 600\$00	+ 149 400\$00
Ac. C.* dos Diamantes de Angola - Nom.	4 450	500\$00	124\$51	- \$ -	945\$80	4 208 810\$00	554 101\$40	+ 3 654 708\$60
Ac. C.* Geral de Angola	41	1 000\$00	1 477\$13	- \$ -	1 000\$00	41 000\$00	60 562\$30	- 19 562\$30
Ac. C.* de Seguros Universal de Angola - Nom.	103 628	100\$00	232\$64	- \$ -	232\$64	24 107 947\$10	24 107 947\$10	- \$ -
Ac. C.* Vidreira de Moçambique	420	500\$00	761\$90	- \$ -	500\$00	210 000\$00	320 000\$00	- 110 000\$00
Ac. C.* da Zambézia	10 000	110\$00	128\$29	- \$ -	69\$00	690 000\$00	1 282 927\$40	- 592 927\$40
Ac. Finangola	1 208	100\$00	734\$58	- \$ -	410\$00	495 280\$00	887 378\$00	- 392 098\$00
Ac. Hidroeléctrica do Revuê	127	1 000\$00	925\$20	- \$ -	520\$00	66 040\$00	117 500\$00	- 51 460\$00
Ac. Petrangol	44	1 000\$00	500\$00	- \$ -	1 600\$00	70 400\$00	22 000\$00	+ 48 400\$00
Ac. Soc. Agrícola do Cassequei	4 180	500\$00	884\$87	- \$ -	676\$00	2 825 680\$00	3 698 756\$30	- 873 076\$30
Ac. Soc. Agrícola do Incomati	100	1 000\$00	3 507\$98	- \$ -	1 700\$00	170 000\$00	350 798\$00	- 180 798\$00
Ac. Soc. Algodoeira do Ambriz - Nom	111	100\$00	100\$00	- \$ -	100\$00	11 100\$00	11 100\$00	- \$ -
Soc. Algodoeira do Ambriz - (Acções em participação)						26\$30	26\$30	- \$ -
Sonefe	1 553	500\$00	500\$00	- \$ -	378\$00	587 034\$00	776 500\$00	- 189 466\$00
2.2.3.2 - Nos Restantes Países								
Ac. Esso Standard	160	FF 50.00	795\$07	b) FF 254.80	2 967\$65	474 824\$80	127 211\$10	+ 347 613\$70
Ac. Imperial Continental Gas	3 000	£ 1.00	67\$85	c) £ 2.70	340\$78	1 022 349\$00	203 543\$50	+ 818 805\$50
Ac. I.T.T. - International Telephone and Telegraph	200	\$USA 1.00	560\$84	d) \$USA 29.00	1 533\$66	306 733\$00	112 168\$40	+ 194 564\$60
Ac. Lisbon Electr. Tramways	5 000	£ 1.00	83\$75	-	-	631 080\$00	418 772\$80	+ 212 307\$20
Ac. London Scot Marine Oil C.* Ltd (LASMO)	2 280	-	46\$80	c) £ 7.30	921\$37	2 100 737\$20	106 704\$60	+ 1 994 032\$60
Ac. Novinvest	1 500	\$USA 11.00	440\$00	-	-	872 602\$50	660 000\$00	+ 212 602\$50
Ac. Petrofina SA	221	-	1 630\$11	e) FB 5060.00	8 483\$59	1 874 874\$70	360 254\$20	+ 1 514 620\$50
Ac. Philippe Petroleum	400	\$USA 25.00	992\$27	d) \$USA 59 3/8	3 140\$04	1 256 018\$40	396 907\$50	+ 859 110\$90
Ac. Société de Traction et Electricité	200	-	1 962\$45	e) FB 2080.00	3 487\$33	697 465\$60	392 489\$80	+ 304 975\$80
Ac. Société Union Minière	200	-	1 053\$03	e) FB 682.00	1 143\$44	228 688\$20	210 605\$70	+ 18 082\$50
Ac. Standard Oil Indiana	200	\$USA 12.50	584\$23	d) \$CAN 80 3/8	4 250\$63	850 126\$20	116 846\$60	+ 733 279\$60
Ac. Trans Canada Pipe Lines	300	\$CAN 1.00	397\$20	f) \$CAN 22 1/4	988\$23	296 469\$90	119 160\$20	+ 177 309\$70
Ac. Ultramar Company Ltd.	1 504	£ 0.25	59\$70	c) £ 5.10	643\$70	968 125\$30	89 795\$50	+ 878 329\$80
Ac. Union Gas of Canada	330	-	423\$29	f) \$CAN 12.00	532\$98	175 883\$40	139 684\$80	+ 36 198\$60
SUB-TOTAL						57 975 085\$60	50 134 285\$50	+ 7 840 800\$10
2.3 - TOTAL						1 230 158 696\$30	1 238 531 424\$70	- 8 372 728\$40

* - A transferir para o I.P.E

a) - Valor nominal correspondente a 3,819 grs de Ouro fino
b) - Bolsa de Paris
c) - Bolsa de Londres

d) - Bolsa de Nova Iorque

e) - Bolsa de Bruxelas
f) - Bolsa de Toronto

Os câmbios utilizados conforme norma n.º 3/81 do INS

canal da crítica

MÁRIO CASTRIM

Brejnev: enquanto o seu coração trabalhar

...E assim vai navegando este barco desgovernado, sem bússula e sem estrelas.

Não sabe a quantas anda. Anunciou antes de ontem que a «Grande Reportagem» de ontem seria sobre o Egipto — mas ontem, à própria hora, propôs-nos outra grande laracha. Feyo, com aquele seu ar de astrólogo sem freguesia, explicaria ao depois que a tal laracha sobre o Egipto era demasiado longa, pelo que ficava aguardando maré.

Ora, senhores, a reportagem já não se sabia na véspera o tamanho que tinha? Ou, com a chuva macia da madrugada, terá crescido de um dia para o outro? Mistérios do Lumiar.

Há mais. Cerca das vinte horas anunciaram para as 22 e 50 as «24 horas» — e a emissão veio a fechar às 22 e 48 ou seja, dois minutos antes das tais fatídicas «24 Horas».

Mas então não há registo da duração dos programas? Não sabem somar números complexos? Admite-se que a Televisão brinque assim, por excesso ou por defeito, com o tempo dos telespectadores?

Reparem, por outro lado, como os responsáveis da RTP se queixam da falta de tempo — e depois passem a vida a encher tempo com porcarias!

Porcaria indecente é a série «Um homem entre mulheres». Pela emissão de ontem se pro-

vou como pode tornar-se perigosa uma exportação acéfala destes produtos de baixo consumo. Já correu tempo suficiente para se concluir da falta de aceitação por parte da audiência portuguesa. Mantê-la no activo é uma violência. Antes **Os Ropers** — e no entanto esta série passa para o segundo canal...

Que a RTP se porte assim tão mal para com os adultos, é indesculpável. Mas com as crianças, senhor! Com as crianças é um crime.

Onde está a justificação mínima para a transferência do **Sítio do Picapau Amarelo**? Porquê esta série no segundo programa e não no primeiro, onde estava e onde alcançara tão grande êxito infantil? A verdade é que a transmissão no segundo programa afasta uma imensidade de crianças de uma obra de real qualidade. Isto dá-se quando, muitas vezes, no primeiro canal, o tempo dos mais novos se preenche com repetições ou rubricas de ocasião.

A passagem do Gígio para antes do **Telejornal** parece indicar uma certa abertura ao bom senso mínimo. A abertura ao bom senso razoável virá apenas quando, pura e simplesmente, a rubrica for eliminada, a bem do combate à poluição na TV.

O regresso do **Sítio do Picapau Amarelo** ao primeiro canal, a transmissão da segunda parte

desde o seu início eis duas medidas que dariam contentamento a esses «telespectadores mais desfavorecidos» que são as crianças. Vamos, RTP, abraçar a alma empedernida e dá lá essa alegria aos putos. Seria, aliás, merecida homenagem a um grande escritor chamado Monteiro Lobato.

Voltemos à «Grande Reportagem». Aqui para nós, as razões invocadas pelo Feyo não correspondem à verdade. Segundo apurámos, Rui Romano foi severamente admoestado pelo seu director de informação. Pequena amostra do diálogo:

Director: Não se admite que regresses do Egipto sem ter revistado uma múmia.

Romano: Totalmente impossível Senhor Director, não tive tempo para esse género de trabalho.

Director: Ora, ora, meu carol, menos tempo tem o **Telejornal** e entrevista uma data de múmias todos os dias...

A ausência da romanização do Nilo não atrapalhou o pequeno «gang» da «Grande Reportagem» a qual nos proporcionou a história de um homem à procura do pai desconhecido, tema criado pelas circunstâncias da guerra. De uma guerra, apesar da sua crueldade e violência, à moda antiga.

Uma guerra como aquela cuja ameaça paira sobre as nossas cabeças, nunca daria histórias

semelhantes. Porque, depois dela, já nada haveria para contar.

O dever estrito de cada pessoa é defender a paz. E no entanto, a Televisão portuguesa coloca-se abertamente ao lado das forças da guerra! Pensarão os proenças, os figueiredos, os sousas, os romanos, etc., pensarão eles que uma bomba atómica sobre Lisboa os poupará a eles, aos seus filhos, às suas mulheres, aos seus amigos, às suas televisões? Loucos!

A safadeza do **Telejornal** fica evidente nas notícias e comentários à visita de Brejnev a Bona. O pobre diabo correspondente do «Portuguese TV News» em Bona, chama-lhe «septuagenário» num tom depreciativo. Se isso é crime, de facto, não se lhe pode apontar outro.

É um homem respeitado e querido do seu povo, a quem dedicou toda a sua vida, dia após dia. Um homem que defendeu a pátria durante a invasão nazi, experiência que condensou num livro notável. Um homem cujos esforços se orientam totalmente no sentido de combater a guerra. Ele diz: «devemos construir pontes em vez de cavar trincheiras».

Enquanto o seu coração trabalhar, trabalhará pela paz. Esse o exemplo que o **Telejornal** deveria respeitar, se...

Se a besta pudesse ter alma de gente.



Manuel Rafael, Lda.

TUDO EM MATERIAL ELECTRICO

IV. DO FORNO, 7-A (AO ROSSIO) T. 371001/2

Hoje



Jean-Paul Belmondo e Catherine Deneuve, numa cena do filme «A Sereia do Mississippi» que é esta noite exibido na RTP-1

- 17.37 Sumário
- 17.42 Tempo dos Mais Novos
- 18.15 País, País
- 18.40 Voar — uma aula teórica sobre planadores.
- 19.15 «Olhai os Lirios do Campo» — 31.º episódio.
- 19.55 O Tempo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Direito de Antena — Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais.
- 20.35 Noite de Cinema — «A Sereia do Mississippi». Intérpretes: Jean-Paul Belmondo e Catherine Deneuve. Realizador: François Truffaut.
- 22.40 24 Horas — as últimas notícias.



No Documentário desta noite, na RTP-2, será apresentado **Barcelos**, relíquia do passado

- 18.15 País, País
- 18.40 «Sítio do Picapau Amarelo»
- 19.05 Desporto Plural
- 19.30 Documentário — Barcelos, relíquia do passado.
- 20.00 Informação/2
- 20.30 Campeonato do Mundo de Ginástica — transmissão em diferido realizada em Moscovo.
- 21.35 Quarta à Noite

Amanhã



Das 13.20 às 17.20: Ciclo Preparatório TV; 17.37: Sumário; 17.42: Tempo dos Mais Novos; 18.15: País, País; 18.45: Res-Pública; 19.15: «Olhai os Lirios do Campo» — episódio n.º 32; 19.55: O Tempo; 20.00: Telejornal; 20.30: Direito de Antena (MDP); 20.45: «Segunda Oportunidade» — 2.º episódio; 21.45: Quinta Jornada; 22.45: 24 Horas.

18.15: País, País; 18.35: «O Sítio do Picapau Amarelo»; 19.10: Éxitos de Ontem na RTP — biografia de Pina Manique; 19.30: Fados; 20.00: Informação/2; 20.30: Museu do Cinema; 21.00: Complemento Directo; 21.30: «O Exército Secreto» — 7.º episódio.

GRUNDIG
qualidade em toda a linha!



«A Sereia do Mississippi»
(20.35)

Campeonato do Mundo de Ginástica
(20.30)



Além de um programa à escolha oferece-lhe



Resumo do episódio de hoje

Olivia conta a Frida que vai trabalhar em Nova Itália e pede a Carlo que a venha buscar mais tarde.

Seguidamente desloca-se ao consultório do dr. Seixas, onde encontra Quinota a quem pergunta se acha bem que deixe Porto Alegre. A resposta é positiva e Quinota manifesta mesmo a esperança de que Eugénio possa, então, acordar para a realidade, esquecendo a sua ambição.

No posto médico da fábrica, Eunice encarrega-se da decoração da sala de Eugénio que manifesta a sua total aprovação e os dois beijam-se depois apaixonadamente.

Ao fim do dia, Olivia parte, com Carlo, para Nova Itália.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA GRUNDIG

NACIONAL RADIO - Rua B. Jesus Carreira, 12 - Cruz Quebrada - Tel. 2112871

Um ser de corpo e alma, entre o amor,
as paixões, o dinheiro, o poder, a Imprensa...



ROMY SCHNEIDER
A BANQUEIRA
LA BA IQUIERE

Entre duas guerras, nos anos loucos de Paris,
uma bela mulher domina os destinos da Banca.

MARIE-FRANCE PISIER • CLAUDE BRASSEUR • JEAN CARMET
JEAN-CLAUDE BRIALY • JEAN-LOUIS TRINTIGNANT

um filme de FRANCIS GIROD



ESTREIA AMANHÃ ÀS 21.30H



EASTMANCOLOR

INTERDITO A MENORES DE 13 ANOS

sacil

ESTREIA, DIA 27

(Domingo às 16h)

AV. DA REPÚBLICA, 31
QUINTAS, SEXTAS E SÁBADOS
ÀS 21,15 H.

BILHETES NO TEATRO,
NOS DIAS DE ESPECTÁCULO
A PARTIR DAS 20 H. - OU NA
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
SERVIÇOS SOCIAIS

Encenação de
Rogério de Carvalho
Cenografia de
José Castanheira

teatro na caixa

caixa geral de depósitos, serviços sociais



... a mais genial imagem do
teatro de Tchekhov...
... um espectáculo que é uma
raridade no nosso teatro...
Carlos Porto
... excepcional... criação global
de qualidade rara...
... que belo espectáculo...
quase um sonho...
Jorge Listopad

**POUPE
COMBUSTÍVEL**

Sempre que possível
utilize os transportes
públicos.

teatro
Rua Tenente Raul
Casais, 1-A
1200 LISBOA
Telef. 661515/669205

teatro da Cornucópia

**NÃO SE PAGA!
NÃO SE PAGA!**
de
Dario Fo

10.º MÊS
ÚLTIMAS SEMANAS
Todos os dias às 21.30. Domingos só às 17 horas 2.ª feira (descanso).

**TRIBUNAL CÍVEL
DA
COMARCA DE LISBOA**

**15.º JUÍZO
ANÚNCIO**

2.ª Publicação

Execução Sumária n.º 5795/A 2.ª Secção.
Exequente MANUEL MARTINS DA SILVA e outra.
Executado: DROPIMEL — Fábrica de Produtos Alimentares, Ld.ª, com sede na R. Guilherme Gomes Fernandes, Impasse Um, n.ºs 7-7-A, em Odivelas.
Por este Tribunal correm editos de vinte dias, que começarão a contar-se da 2.ª e última publicação do anúncio respectivo, citando os credores desconhecidos daquela executada para, no prazo de dez dias posterior ao dos editos, virem à execução deduzir os seus direitos. Para constar se passou o presente edital, que vai ser devidamente afixado.
Lisboa, 16-11-1981

O JUIZ DE DIREITO
Herlândio Antunes Martins

Pe'lo ESCRIVÃO DE DIREITO
Maria Teresa Pena dos Santos

DOPERFILME

PRÊMIO ESPECIAL DO JÚRI
Festival de Cartagena (Colômbia)
PRÊMIO DO PÚBLICO E PRÊMIO DA CRÍTICA
para o melhor filme na Mostra Internacional de S. Paulo
PRÊMIO IMAGENS E DOCUMENTOS
Festival Internacional da Figueira da Foz

BOM POVO PORTUGUÊS
um filme de
Rui Simões

"História surpreendente pela sua vivacidade e lucidez"
CINEMA (Paris)

"Empresa corajosa, reflexo de um certo desencanto que exclui conclusões precipitadas"
Le Monde

3.ª SEMANA NO

ATENÇÃO Não perca a primeira cena do filme

NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS

Teatro

«Sufridur ca ta padi fidalg», o espectáculo que o Teatro Guineense da Guiné-Bissau trouxe ao FITEI-81 vai ser apresentado em Lisboa hoje, amanhã e depois, às 21.30, no Teatro Aberto. A peça, com texto e encenação de Carlos Vaz, centra-se na presente realidade política e social do jovem país africano.

A companhia do TEP apresenta no Auditório Carlos Albertp, do Porto, de hoje a 29 do corrente, às 21.30 horas e no sábado e domingo também às 16 horas, a peça «O Fio», de Prista Monteiro, recentemente apresentada no FITEI 81. Sobre «O Fio», que o autor dedicou a José Régio, escreveu Bernardo Santareno que é «um dos mais ferozes libelos contra as guerras coloniais e injustas de África, mostrando chagas indeléveis que ela deixou nos jovens». O espectáculo tem encenação de Eduardo Freitas e cenários de Agaldo Moreira.

Música

O Coro e a Orquestra Gulbenkian, sob a direcção de Alberto Zedda, que por razões de saúde substitui o maestro Cláudio Scimone, dão hoje, às 21.30, na Basílica da Estrela, um concerto com obras de Cherubini e Vivaldi e o «Stabat Mater», de Rossini. Solistas:

Daniela Mazzucato (soprano), Martine Dupuy (meio-soprano), Ernesto Palacio (tenor) e Álvaro Malta (baixo). O

pela Academia de Música daquela cidade. Amanhã, às 18 horas, Costin Mioreanu profere uma conferência sobre



Lisboa pode ver, no Teatro Aberto, um espectáculo da Guiné-Bissau

mesmo programa repete-se amanhã, às 18.30, no Grande Auditório da Gulbenkian.

As Segundas Jornadas Internacionais de Música Electroacústica vão realizar-se em Viana do Castelo (Hotel do Parque), de 26 a 30 de Novembro, organizadas

«Os modelos electroacústicos na nova música instrumental» e às 21.30 haverá uma audição com obras de Souza Afonso, Filipe Pires e um colectivo de Vigo. Na sexta-feira, às 10.30, audição de obras produzidas no Instituto de Sonologia de Utrecht (Holanda); às 17, conferência por Enrique

Macias («A minha experiência electroacústica e visual no ciclo Viagem de Inverno»); às 18.30, conferência por Cândido Lima sobre «Perspectivas da Pedagogia do ensino da Composição»; às 21.30, audição com peças de Karel Goeyvaerts, Jorge Peixinho e Ernesto de Sousa.

Exposições

Uma exposição de gravura polaca contemporânea é inaugurada hoje pelas 18.30, na Casa de Ramalhe, no Porto. Ao acto inaugural estará presente o embaixador da Polónia em Portugal. A mostra ficará patente ao público até ao dia 20 de Dezembro e poderá ser visitada todos os dias, das 14 às 18 horas e das 20 às 22, excepto às segundas-feiras e feriados.

Com Posição é uma exposição de desenho, pintura e poesia patente na R. Ivens, 31, 2.º, das 13 às 20 horas (de 2.ª a 6.ª) e aos sábados das 15 às 20. Participam António Castilho, António Folgado, Cristina Paula, Elsa, Isabel Sabino, José Alberto Marques e Pedro Monteiro. A mostra encerra no dia 30.

Uma exposição internacional de miniaturas têxteis, organizada pelo British Crafts Center, de Londres, está patente nas Galerias de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian.

STAR **UMA AGENCIA DE VIAGENS DE SERVIÇO COMPLETO**
Lisboa Estoril Porto Guimarães Faro Portimão Madeira e Açores

rádio

Antena Um

17.00: Ovo de Colombo; 17.15: Cas-sette extravagante; 17.30: Ontem, amanhã de amanhã; 18.05: A década prodigiosa; 18.50: Catequese semanal do Papa João Paulo II; 20.00: Ler, ouvir e falar — sinfónico incompleto; 20.30: Toda a gente é pessoa; 21.00: Comentários e relato do desafio de futebol Sporting-Neuchâtel; 23.30: Último jornal.

Programa 2

16.00: Concerto em si menor, op. 104, para violoncelo e orquestra de Dvorak; 17.00: Cancioneiro Popular Português; 17.30: Divertimento em sol maior, K. 63 de Mozart; 18.05: Música portuguesa em foco; 19.00: O canto e os seus intérpretes; 19.50 — Suíte, op. 14, de Bela Bartok; 20.10: A Voz de Roma — A palavra do Papa, em língua portuguesa; 20.20: Concerto n.º 5, em mi bemol maior, op. 73, para piano e org. de Beethoven; 21.40: Concerto sinfónico; 23.30: «Canções das Crianças Mortas» de Mahler; 01.00: Síntese informativa — Fecho.

Rádio Comercial (283, 290 e 397m)

15.45: Teatro trágico; 17.03: Todos no top; 18.08: Hora de ponta; 18.10: Espaço 3 P; 20.03: As cidades e as serras; 21.03: Quando o telefone toca (1.ª edição); 21.30: Quando o telefone toca (2.ª edição); 22.03: Portugal e a CEE; 22.15: Hora literária; 22.30: Tempo de desporto; 23.08: 24.ª hora. Notícias de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

16.03: Rock em stock; 18.03: Circulo em FM; 19.03: Em órbita; 20.03: Café concerto; 00.03: O vapor da meia-noite. Notícias de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA

16.00: Aqui e agora; 17.00: Jornal da mulher; 18.15: Igreja em notícia; 18.25: Palavra do dia; 18.30: Transmissão do terço do Externato do Parque; 19.00: Programa da LAR; 19.30: Revista de Imprensa; 20.00: De no vinte; 21.00: Transmissão desportiva. Sporting-Zamara Neuchâtel; 23.30: Nota de abertura; 23.55: Meditando. Grandes blocos informativos às 19.30 e 23.30. «Flash» — notícias de hora a hora.

Tiragem média diária do mês anterior: 43 493 exs.

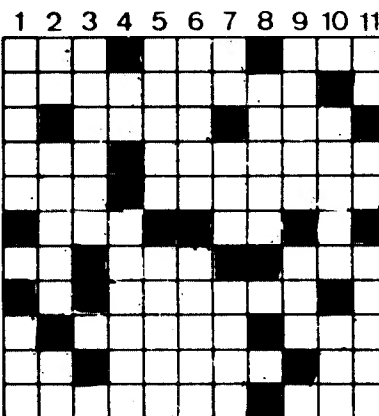
palavras cruzadas

COM PROVERBIO PROBLEMA N.º 13 288

HORIZONTAIS:

- Código (abrev.). Artigo indefinido. Preposição.
- Motivou.
- Ligeiro. Larva das feridas dos animais.
- Vai para fora. Juntara.
- Arvore com cuja casca se aromatiza o vinho. Teimoso.
- Freguesia do concelho de Penafiel. Autores.
- Palavra latina pela qual começam muitos documentos pontifícios de interesse para Portugal. Fileira. Guarnição de asas.
- Devorar (fig.).
- O mesmo que cobião. Mil e quatro em romano.
- Erbo (s.q.). Mio. Nesse lugar.
- Doença eruptiva contagiosa e epidémica, muito semelhante ao sarampo. Maior.

Resolva completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.



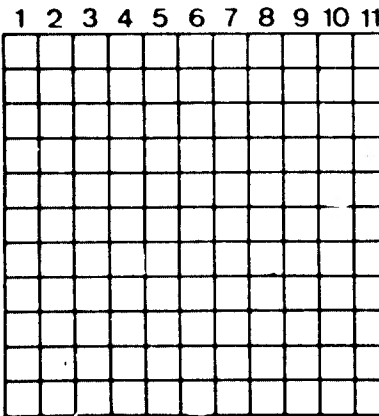
VERTICAIS:

- Negócio. Tempo do verbo ser. Observar.
- Ondas curtas. Cidade da Suíça. Estréito de desmoronamento.
- Cortesã de Gaza que, depois de subornada pelos Filisteus, lhes entregou Sansão.
- Pronome reflexo. Princesa judia.
- Dão uivos. Linguagem.
- Tudo o que representa um valor pecuniário. Plantio de Amieiros.
- Prefixo de privação. Cólera. Casamento.
- Semelhante. Tempo do verbo ser.
- Capira. homem rude do sertão. Armaria.
- Tribu indígena brasileira. O mesmo que ion.
- Pronome pessoal. Esquadrão. Escutar.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 9 148

HORIZONTAIS:

- Capital da Bulgária.
- Carta de jogar. Sadio. Pessoa muito gorda ou sovina.
- Freguesia do concelho de Espinho. Encolheriza.
- Introduz. Artigo definido.
- Fronteira. Rio de França.
- Figura arquitectónica formada por dois arcos iguais que se cortam superiormente. Manuscrito.
- Gosta muito de. Antes do meio-dia.
- Figura que simboliza o povo americano. Referente a Arábia.
- Sacudiríamos.
- Cobre de todo. Eiró.
- Senhor. Solitários.



VERTICAIS:

- Mulher de Ananias. Vais para fora.
- Caruma. Trabalho.
- Suco que se extrai de algumas papoilas. Madeira.
- Ósmio (s.q.). Represa onde se coloca o linho a curar. Em as.
- Reputação. Soluça.
- Satélite de Júpiter. Cobre de neve. Rente.
- Trata por tu. Rio de França.
- Vender a crédito. Cidade de Portugal.
- Maior. Preposição. Artigo indefinido (inv.).
- Designação genérica das plantas herbáceas. Freguesia do concelho de Odemira.
- Atravessa. Móvel sobre o qual se come.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 13 287

- HORIZONTAIS:**
- Passada. Mat.
 - ANO. Tentear.
 - Ronco. Lara.
 - Oirara. Ab.
 - DE. Sara. Toa.
 - ANI. Sai.
 - Icle. Bath.
 - Rio. Eva. lo.
 - Om. Ar. Canos.
 - BUGALHOS.
 - Camas. Os. Ps.

- VERTICAIS:**
- Paradeiro.
 - ANO. Cimba.
 - Sono. Ak. Um.
 - Cisne. Agá.
 - Atorai. Eras.
 - DE. Ar. MV.
 - An. Ras. Acho.
 - Tia. Ab. Acs.
 - Meá. Tia. NS.
 - Aaário. Tio.
 - TRABALHOS.

Provérbio: ANO DE BUGALHOS, ANO DE TRABALHOS.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 9 147

- HORIZONTAIS:**
- Macedónia.
 - Colemia.
 - Rã. Raras. Cá.
 - Aleri. Secos.
 - Mamas. Curas.
 - Ama. Ora.
 - Ma. Am. Dá. Ir.
 - Dori. Iria.
 - Colar. Nissa.
 - Amargos.
 - Usam. Osos.

- VERTICAIS:**
- Gramam. Ce.
 - Alamado.
 - AC. Ema. Oas.
 - Corra. Arama.
 - Elaís. Miram.
 - Der.
 - Omaso. Dingo.
 - Niseu. Arias.
 - la. Cro. Issu.
 - Coarias.
 - Cassar. Au.

CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS
BANCO FUNDADO EM 1864

PAGA OS MAIS ALTOS JUROS DA BANCA

COTAÇÕES DE NOTAS

	(Por unidade)	COMPRA	VENDA
AFRICA DO SUL (rand)		60\$70	65\$70
ALEMANHA FED. (marco)		28\$40	29\$50
AUSTRIA (xelim)		3\$95	4\$15
BELGICA (franco)		1\$530	1\$730
BRASIL (cruzeiro)		\$323	\$573
CANADA (dólar - notas de 1 e 2)		53\$50	55\$50
(notas de 5 a 1000)		54\$00	56\$00
DINAMARCA (coroa)		8\$85	9\$25
ESPAÑA (peseta)		\$630	\$730
EUA (dólar - notas de 1 e 2)		63\$20	65\$20
(notas de 5 a 1000)		63\$70	65\$70
FINLÂNDIA (marka)		14\$60	15\$20
FRANÇA (franco)		11\$15	11\$85
HOLANDA (florim)		25\$95	26\$95
INGLATERRA (libra)		121\$95	125\$95
IRLÂNDIA (libra)		101\$30	105\$30
ITALIA (lira)		\$048	\$058
JAPÃO (iene)		\$268	\$301
NORUEGA (coroa)		11\$05	11\$55
SUECIA (coroa)		11\$55	12\$15
SUIÇA (franco)		35\$50	36\$50
VENEZUELA (bolivar)		12\$60	13\$60

Observações:
1. - No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
2. - Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 3 por mil.

cartaz de cinemas e teatros

abcCINE 803055

Centro Comercial de Alvalade

SALA A

Às 14.30, 16.30, 18.30, 21.45 e 24
- Int. men. 13 a.
O TERRAÇO
c/ Ugo Tognazi

SALA B

Às 14.45, 17, 19, 21.30 e 23.45
- Int. men. 13 a.
007 MISSÃO ULTRA-SECRETA

ALVALADE 897480

Av. de Roma

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
CARNAVAL SANGRENTO
c/ Paul Keiman, Lori Hallier
e Neil Affleck
Um filme de George Mihalka
Colorido

APOLO 763319

Av. Júlio Dinis, 10-A

Às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30
e 23.30 - N. ac. men. 13 a.
VAI TRABALHAR MALANDRO
e Roger C. Carmel
Um filme de Jerry Lewis
Colorido

AVIS 547163

Av. Duque de Ávila, 45

Às 15.30, 18.30 e 21.30
- N. ac. men. 18 a.
NINJA, O IMBATIVEL
c/ Franco Nero e Susan George
1.ª Semana

BERNA 776098

Av. Marquês de Tomar

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
OS SALTEADORES DA ARCA PERDIDA
c/ Harrison Ford, Karen Allen
e Paul Freeman
Um filme de Steven Spielberg
Technicolor

CALEIDOSCÓPIO 795093

Campo Grande

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
PAI PRECISA-SE
c/ Treat Williams, Lisa Eichhorn
Um filme de Larry Pearce
Metrocolor

CASTIL 530194

Rua Castilho

Às 15.30, 18.30 e 21.30
- Int. men. 13 a.
Uma sublime mensagem... um libelo
contra a guerra!
VAMOS VOLTAR A VIVER
Um filme de Larry Kent
Último dia

CINE 222 579460

Av. Pr. da Vitória, 37 (ao Saldanha)
Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
- N. ac. men. 18 a.
A DAMA DAS CAMELIAS
c/ Gino Goldsmith e Fernando Rey
Um filme de Mamo Bolognini
Às 24 - Int. men. 18 a.
ROMA VIOLENTA

CINEBOLSO 573407

R. Actor Taborda, 27-B
Às 12.30, 14.30, 16.45, 19 e 21.30
- Int. men. 18 a.
DEGRADAÇÃO DE UMA MULHER CASADA
Pornográfico - Hardcore
Às 24 h - Int. men. 13 anos
OS 7 MAGNÍFICOS

CINE BLOCO 556824

Gaveto Av. 5 de Out. e Pinh. Chagas
Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
- Int. men. 18 a.
O DIREITO DO MAIS FORTE À LIBERDADE
Às 24 - N. ac. men. 13 a.
DUELO NO ESCURO

CINE CAMÕES 324194

Rua do Loreto, 15

Às 14.15, 16.30 e 21.30
Interdito menores 13 anos
TRÊS DIABOS
um filme de Anthony Ascat, com Gianni
Gareco e Susan Scott

CONDES 322523

Av. da Liberdade, 2

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- N. ac. men. 18 a.
EU TE AMO
c/ Sônia Braga
A grande revelação do Festival de Can-
nes de 1981

EDEN 320768

P. dos Restauradores, 21

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
N. ac. men. 13 anos
HÉRCULOS CONTRA OS BÁRBAROS
Um filme de Domenico Paolella
Eastmancolor

ESTÚDIO 555134

Alam. Afonso Henriques, 35

Às 15.30, 18.30 e 21.30
N. ac. men. 13 anos
BOM POVO PORTUGUÊS
Um filme de Rui Simões
Últimos dias

ESTÚDIO 444 779095

Av. Defensores de Chaves, 83-B

Às 15, 17, 19 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
Ela fez dele o amante, o herói, o homem
rico... e o assassino!
ATLANTIC CITY
c/ Burt Lancaster e Susan Sarandon
3.ª Semana

IMPÉRIO 555134/5

Al. Afonso Henriques, 35
Às 15.15, 18.30 e 21.30
- Int. men. 13 a.
A maior aventura humana de amanhã
MALEVIL, O DIA ZERO
Um filme de Christian de Chalonge
2.ª Semana
Últimos dias

LONDRES 801313

Av. de Roma, 7-A

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
LILI MARLEEN
c/ Giancarlo Giannini e Mel Ferrer
Filme de qualidade
4.ª Semana

MONTECARLO 681117

Av. Pedro Álvares Cabral, 37

Às 15.30, 18.30 e 21.30
- Int. men. 18 a.
A FRONTEIRA USA
c/ Telly Savalas, Danny de la Paz
e Eddie Albert

MONUMENTAL 555131

P. Duque de Saldanha

Às 15.15, 18.15 e 21.30
- Int. men. 13 a.
EXCALIBUR
c/ Nigel Terry e Helen Mirren
Filme de qualidade
4.ª semana

MUNDIAL 538743

R. Martens Ferrao, 12-A

Às 14, 16.30, 19 e 21.30 h
OS SALTEADORES DA ARCA PERDIDA
C. Harrison Ford, Karen Allen
e Paul Freeman
Um filme de Steven Spielberg
5.ª Semana

NIMAS 574362

Av. 5 de Outubro, 42-B

Às 14, 16.15, 18.30 e 21.30
N. ac. m/18 anos
EU TE AMO
c/ Sônia Braga e Paulo Pereira
Um filme de Arnaldo Jabor

ODEON 328283/4

R. Condes, 12 e 20

Às 15.15, 18.15 e 21.30
Int. men. 13 anos
A artes marciais em toda a sua violência
O DRAGÃO INVENCÍVEL
Colorido

PATHE 821933

R. Francisco Sanches, 122

Às 14, 16, 19 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
A MÚSICA NÃO PODE PARAR
c/ Village People, Valene Perrine
e Bruce Jenner
Colorido



Burt Lancaster e Susan Saraton numa cena do filme
Atlantic City, Grande Prémio do Festival de Veneza
- **Leão d'Ouro** Em exibição no Estúdio 444

QUARTETO 771378

R. Flores de Lima, 16

SALA 1
Às 14.30, 16.45, 19, 21.15 e 23.30
- M. 18 a.
AS LAGRIMAS AMARGAS DE PETRA VON KANT
Realização de R. W. Fassbinder
Filme de qualidade

SALA 2

Às 14, 16.30, 19 e 21.45
- M. 18 a.
O BOM POVO PORTUGUÊS
Realização de Rui Simões

SALA 3

Às 14, 16.30, 19 e 21.45
- N. ac. men. 13 a.
MISTÉRIO D'OVERWALD
Realização de M. Antonioni
Filme de qualidade

SALA 4

Às 14.30, 16.45, 19, 21.15 e 23.30
- Int. men. 18 a.
CRÔNICA DA MAIS VELHA PROFISSÃO DO MUNDO
Realização de Daniel Duval

ROMA 887778

Av. de Roma, 14 M-N

Às 14.15, 17, 19.15 e 21.30
Int. men. 13 anos
O EXTERMINADOR
Projectado no mais moderno sistema
Dolby Stereo

ROXY 548560

Av. Almirante Reis, 20

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
N. ac. men. 13 anos
Venha ver
DISCO GRAZY
O espectáculo da juventude e fique ha-
bitado ao sorteio de motorizada SIS
SACHS

S. JORGE 579144-579344

Av. da Liberdade, 175

S. JORGE SALA 1

Às 15, 18.30 e 21.30
- N. ac. men. 18 a.
O BURACO DA AGULHA
c/ Donald Sutherland e Kate Nelligan
3.ª Semana

S. JORGE SALA 2

Às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45
- Int. men. 13 a.
007 MISSÃO ULTRA-SECRETA
c/ Roger Moore e Carole Bouquet
9.ª Semana

S. JORGE SALA 3

Sessões diárias às 14, 16.30, 19 e 21.15
Inter. men. de 13 anos
Robert de Niro, Robert Duvall
A ABSOLUÇÃO
9.ª Semana

SATÉLITE 562632

Av. Fontes Pereira de Melo, 61

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
A FILHA DO MINEIRO
30.ª Semana

7.ª ARTE CINEMA 730715

Av. Republica, à Est. de Entre Campos

Às 14.45, 17, 19.10, 21.30 e 24
- N. ac. men. 13 a.
O BURACO DA AGULHA
Domingo às 11.15 - Para Todos
BUGS BUNNY E SEUS AMIGOS

STAR 804210

Av. Guerra Junqueiro, 14-C

Às 15, 18.30 - Int. men. 13 anos
A MAIS BELA HISTÓRIA DE AMOR
(Suzanne)
Às 21.30 - Não ac. men. 13 anos
UN3 E... OS OUTROS
Filme de qualidade

TERMINAL 371573

Estação do Rossio

Às 10.30, 13, 15.30, 19.30, 21.30 e 24
- Int. men. 13 a.
Uma espada forjada por um Deus se-
mente do futuro. Força viva de um rei
EXCALIBUR
3.ª Semana

TIVOLI 570595

Av. da Liberdade, 188

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
Colorido
NÃO AC. M/18 ANOS
O CARTEIRO TOCA SEMPRE DUAS VEZES
Um filme de Bob Rafelson
4.ª Semana

VOX 880808

Av. Fr. Miguel Contreiras, Lot 879

Às 15.15, 18.15 e 21.30
- Int. men. 13 a.
Jma epopeia sem paralelo na história
do cinema
ARMADILHA INTERNACIONAL
c/ Roger Moore e Lee Marvin
4.ª Semana

XENON 368480

Av. da Liberdade, 9

Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
- N. ac. men. 18 a.
O filme de maior «suspense» de John
Carpenter
O NOVEIOVO
3.ª Semana

outros cinemas

Lisboa

ALFA 1 - «Os Salteadores da Arca Perdida», às 21.30 (13 anos)
ALFA 2 - «Vai Trabalhar Malandro», às 21.30 (13 anos)

ALFA 3 - «O Carteiro Toca Sempre Duas Vezes», às 21.15 (18 anos)

POLITEAMA - «Ninja, o Imbatível», às 21.30 (18 anos)

CITY CINE - «O Mistério de Oberwald», às 21.30 (13 anos)

CAPITÓLIO - «Eles e o Sexo», às 21.00 e 23.00 (18 anos)

OLIMPIA - «A Massagista Sexual», sessões permanentes (18 anos)

2000 - «O Sacrifício da Vida», às 21.30 (13 anos)

EUROPA - «Aventura nas Caraíbas», às 21.30 (18 anos)

RESTELO - «Os Cinco Alibis», às 21.30 (18 anos)

LUMIAR - «A Justiceira», às 21.30 (18 anos)

ROYAL - «Aniversário Macabro», às 21.30 (18 anos)

CINEARTE - «Os Comandos Implacáveis», às 21.30 (18 anos)

PROMOTORA - «Noites de Singapura», às 21.30 (18 anos)

Outra banda

ALMADA - «Incrível - Amor à Primeira Dantada», às 21.15 (13 anos)

ALMADA - «Academia - República dos Cucos», às 21.15 (13 anos)

ALMADA - «Cineestúdio - Lili Marleen», às 21.30 (13 anos)

COSTA DA CAPARICA - «Silcine - O Rapto do Presidente», às 21.45 (18 anos)

Linha de Cascais

ALGÉS - «Stadium - A Cidade das Mulheres», às 21.30 (18 anos)

PAÇO DE ARCOS - «Chaplin - Falcões em Duelo», às 21.15 (13 anos)

OEIRAS - «Oeiras-Cine - A Conquista do Oeste», às 21.15 (13 anos)

PARADE - «Royal-Cine - Entre Dois Amores», às 21.15 (13 anos)

ESTORIL - «Casino - Francesca, um Amor Impossível», às 17.00 e 21.15 (18 anos)

ESTORIL - «Palácio - O Gendarme e os Extraterrestres», às 21.15 (6 anos)

CASCAIS - «Impala - 7 Mulheres de Ouro», às 21.30 (13 anos)

CASCAIS - Oxford - «Um Novo Amante», às 21.30 (18 anos)

Linha de Sintra

DAMAIA - «Dois Joãos V - Campeões de Karate», às 21.30 (13 anos)

AMADORA - «Cine Plaza - Malucos em Espanha», às 21.30 (6 anos)

AMADORA - «Lido - A Médica do Coração», às 21.30 (13 anos)

AMADORA - «Cine Estúdio - Rali Infernal», às 21.30 (13 anos)

CACÉM - «Estúdio Flores - O Grito de Guerra dos Apaches», às 21.30 (13 anos)

SINTRA - «Carlos Manuel - O Comandante dos Tigres Negros», às 21.30 (13 anos)

POVOA DE ST. ADRIÃO - «S. José - Sara Cross», às 21.30 (13 anos)

Porto

BATALHA - «Dois Amigos em Apuros», às 21.30 (13 anos)

LUMIÈRE - «Sala A - Loucuras de uma Recruta», às 21.30 (13 anos)

LUMIÈRE - «Sala L - A Turma dos Repetentes», às 21.45 (13 anos)

SÁ DA BANDEIRA - «As asas do Prazer», às 21.30 (18 anos)

PASSOS MANUEL - «Os Salteadores da Arca Perdida», às 21.30 (13 anos)

OLIMPIA - «O Violento Mister Mean», às 21.30 (13 anos)

BEBE - «Crônica da Mais Velha Profissão do Mundo», às 21.45 (18 anos)

S. JOÃO - «Gente Vulgar», às 21.30 (18 anos)

ESTÚDIO - «Reconhecimento de Mãe», às 21.30 (13 anos)

VALE FORMOSO - «Amor de Mãe», às 21.30 (13 anos)

TRINDADE - «A Absoluição», às 21.30 (13 anos)

JULIO DINIS - «Uma Criada das Boas», às 21.30 (18 anos)

COLISEU - «Os Salteadores do Templo», às 21.30 (13 anos)

ÁGUA - «Os Antagonistas», às 21.30 (13 anos)

PEDRO CEM - «O Meu Tio da América», às 21.30 (13 anos)

CHARLOT - «Eu Te Amo», às 21.30 (18 anos)

FOCO - «O Carteiro Toca Sempre Duas Vezes», às 21.30 (18 anos)

RIVOLI - «Eu Te Amo», às 21.30 (18 anos)

Lisboa

PERMANENTE

PAIS, R. Abade Faria, 22-A (T. 883965); **BRISÁLIA**, Av. Rio de Janeiro, 66-66-A (T. 882368); **FÁTIMA**, Av. 5 de Outubro, 147-A (T. 763107); **SÍRIUS**, R. Fialho de Almeida, 38-A (T. 44000); **BARRAL**, R. Augusta, 225 (T. 361534); **BOM SUCESSO**, R. Bartolomeu Dias, 63-A (T. 611454); **REBOCHO**, R. Tenente Coronel Ribeiro Reis, 12-B (T. 743871); **PI-NHEIRO**, R. Campo d'Ourique, 135 (T. 686646); **ALAMEDA**, Al. das Linhas de Torres, 201-B (T. 790942); **FONTOURA DE CARVALHO**, R. Santos-o-Velho, 12 (T. 662075); **COMBATENTES**, Av. Combatentes da Grande Guerra, 166 (T. 2104953); **CENTRAL DE ODIVELAS**, Al. Infante D. Henrique, 1 (T. 912033); **CRUZ CORREIA**, E. St. Eki. 41-A (T. 992453).

teatros

Lisboa

COLISEU - «Circo Wonderlan», às 21.30 (6 anos)

CASA DA COMÉDIA - «Seis Aparições de Lenine Sobre um Piano», às 21.45

MARIA VITÓRIA - «Não Há Nada para Ninguém», às 20.30 e 22.45 (18 anos)

MONUMENTAL - «Não Há Nada que Me Escape», às 21.30 (13 anos)

ABC - «O Escabeche», às 20.30 e 23.00 (18 anos)

D. MARIA II - «Rómulo o Grande», às 21.30 (13 anos)

TEATRO DO BAIRRO ALTO - «Não Se Paga, Não Se Paga», às 21.30 (13 anos)

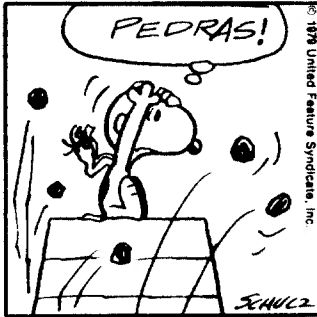
Porto



PROPRIEDADE, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
RENASCENÇA GRÁFICA, SARL
 Administração, Redacção, Serviços Técnicos
 e Publicidade:
RUA LUZ SORIANO, 44 - 1200 LISBOA
 Telefones: 321154/5 - 320271/2/3
 Publicidade: 368740
 Agentes, Assinaturas e Contabilidade:
 Rua Castilho, 185-1.º - 1100 LISBOA
 Telefones: 654531/2/3

Serviço de noite (depois das 21)
 Porteiro: 321154
 Redacção: 320271/2/3
 Mensagens gravadas: 320229
 Endereço telegráfico DIBOA
 Telex 12363 LISBOA PORTUGAL
 Delegação do Porto:
 Rua do Almada, 30-2.º - 4000 PORTO
 Telefones: 20954/5

PORTE
PAGO



MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR BAIXA-MAR				
2.11	3.9 m	7.48	1.2 m	
14.29	3.9 m	20.03	1.2 m	
		Dia 26		
2.47	4.0 m	8.20	1.2 m	
15.05	3.9 m	20.34	1.2 m	

TEMPERATURAS DO AR AS 9 HORAS

VIANA DO CASTELO	9°
BRAGANÇA	7°
VILA REAL	16°
PORTO	11°
P. DOURADAS	10°
COIMBRA	12°
C. CARVOEIRO	15°
PORTALEGRE	17°
LISBOA	12°
ÉVORA	14°
SINES	17°
BEJA	14°
SAGRES	19°
FARO	16°
P. DELGADA	14°
FUNCHAL	20°

Eanes esta manhã a Samora:

Podeis contar com Portugal

O presidente Samora Machel afirmou esta manhã no Maputo que a visita do chefe de Estado português, Ramalho Eanes, a Moçambique, constitui um marco histórico nas relações entre os dois países. Ao abrir, às 9 horas (7 em Lisboa), no Palácio da Ponta Vermelha, as conversações oficiais luso-moçambicanas, no segundo dia da presença de Eanes no Maputo, Samora venceu existir uma vontade comum de consolidar as relações e que, a partir desta visita, Portugal conhecerá melhor a realidade de Moçambique. Recordou ainda Samora que esta visita de Eanes ocorre num momento em que esta região do globo regista uma profunda transformação política e económica.

«As mais calorosas saudações do Povo moçambicano» ao PR português foram finalmente apresentadas por Machel que disse a toda a delegação que se sentisse como se estivesse na sua própria casa. Os dois presidentes estavam acompanhados pelos respectivos ministros dos Negócios Estrangeiros e por outros membros dos respectivos Executivos, ou seja três ministros moçambicanos e cinco secretários de Estado portugueses.

«Samora poderá contar...»

Ao responder à saudação de Samora Machel, Eanes destacou que «o Portugal novo nascido do 25 de Abril deseja relações com todos os povos do mundo».

«Este é um tempo novo no relacionamento entre os nossos dois povos, no respeito intransigente pela soberania dos nossos países. O diálogo é possível, necessário e indispensável à defesa dos interesses convergentes de Portugal e Moçambique» — sublinhou.

«Num diálogo simultaneamente difícil e fácil, ajustaremos as estratégias de cooperação para o desenvolvimento e modernidade dos dois povos» — prosseguiu o Presidente da República Portuguesa, que manifestou o desejo de um tal diálogo contribuir para a justiça e a paz nas áreas onde se inserem Portugal e Moçambique.

«A Portugal» — concluiu Eanes — «interessa que a República Popular de Moçambique seja estável no campo interno e prestigiada no externo. E Samora Machel poderá contar com Portugal, no respeito integral pela soberania de cada um, tal como Portugal julga poder contar com o presidente e com o povo de Moçambique.»

Depois das declarações iniciais feitas perante a imprensa, as conversações prosseguiram à porta fechada.

Entretanto, Ramalho Eanes deu ao princípio da tarde uma recepção ao Corpo Diplomático acreditado em Maputo, (43 embaixadores) de que é decano o embaixador da Zâmbia, um dos países que o Presidente português visitará seguidamente.

Da parte da tarde, Eanes deslocar-se-á à fábrica da

Mabor, situada numa das saídas da cidade, que tem um capital minoritário tanto norte-americano (General Tyre) como português.

Posteriormente o general Ramalho Eanes visitará o Museu da Revolução e à noite será obsequiado com um banquete dado em sua honra pelo presidente Samora.

Um forte abraço

Um forte e prolongado abraço assinalou o encontro entre os dois Chefes de Estado no aeroporto de Mavalane, logo após a chegada de Eanes. Apesar da chuva miudinha, a recepção decorreu de forma triunfal e alegre, com danças e cantares e uma grande multidão postada do aeroporto até à cidade, saudando o dirigente português e oferecendo-lhe sucessivos ramos de flores.

Na Praça dos Heróis, um Eanes tenso e comovido teve ainda um gesto que calou profundamente no coração do povo moçambicano, ao depositar uma coroa de rosas vermelhas e amarelas junto ao monumento dos heróis guerreiros da luta de libertação nacional. Esteve igualmente no interior do monumento, acompanhado de Joaquim Chissano, para se inclinar, por momentos, perante os restos mortais do fundador da Frelimo, Eduardo Mondlane.

30 empresários activos

Três dezenas de empresários portugueses integrados na comitiva do Presidente Ramalho Eanes visitaram hoje de manhã uma fábrica de óleos e sabões da zona de Maputo.

Seguidamente visitam as instalações de uma empresa metalomecânica na Machava, nos arredores, e durante a tarde deslocam-se a uma fábrica de têxteis. Quinta-feira de manhã os empresários reúnem-se com o vice-governador do Banco de Moçambique, Prakash Ratilal, que há poucos meses esteve em Portugal e que lhes falara das possibilidades concretas de desenvolvimento de relações económicas entre os dois países.

Durante a tarde os responsáveis pelas firmas portuguesas contactaram entidades e empresários moçambicanos.

Intensificação das relações culturais

A intensificação de relações culturais entre Portugal e Moçambique é porventura uma das principais apostas que a parte portuguesa faz nesta visita do Presidente Eanes — disse hoje Gomes de Pinho.

O secretário de Estado da Cultura, que integra a comitiva presidencial, admitiu que venha a ser abordada a hipótese da assinatura, num futuro breve, de um acordo de cooperação cultural.

Disse que iria sugerir aos seus interlocutores um quadro de questões visando a multiplicação de iniciativas dirigidas ao campo cultural.

Apontou entre essas sugestões a realização próxima de programas de intercâmbio de delegações artísticas e a promoção de uma Feira do Livro e do disco portugueses em Maputo.

Entretanto, toda a primeira página de hoje do matutino «Notícias» de Maputo é ocupada com a chegada do Presidente português. Depois do antetítulo «Em Moçambique socialista», surgem as paragonas «Festa e solenidade receberam Portugal», sob as quais se descreve o primeiro dia da estada de Eanes em Maputo.

Seis fotografias, a declaração de Eanes à partida de Lisboa e uma revista da imprensa portuguesa completam a primeira página daquele jornal diário. A terceira página também é dedicada na íntegra à chegada de Eanes, com o título «Chuva não travou calor da recepção» e subtítulo «Eanes ovacionado nas ruas da capital».

Cooperação militar

Portugal vai propor a Moçambique o estabelecimento de uma cooperação militar nas conversações bilaterais programadas para a visita do Presidente Eanes — soube hoje a ANOP de fonte oficial. Uma fonte militar portuguesa indicou que é apenas esta iniciativa que justifica a integração na comitiva presidencial do general Lopes Alves, vice-chefe do Estado-Maior do Exército.

A proposta portuguesa contempla uma cooperação nas áreas da formação de quadros técnicos nos domínios da manutenção, administração militar e cartografia. Essa formação poderia ser feita tanto a partir de estágios locais orientados por militares portugueses como pela frequência de cursos de aperfeiçoamento destinados aos moçambicanos em Portugal.

Listas únicas no Congresso do PSD

Balsemão: a concórdia entre “apoiantes” e “adversários”

Nascimento Rodrigues, Fernando Amaral, Ângelo Correia e Amândio de Azevedo serão os vice-presidentes do PSD, propostos na lista única para a Comissão Política, no próximo Congresso do PSD, a realizar já no dia 5 e 6 de Dezembro, no Porto. Meneres Pimentel será o único vice-presidente a abandonar esse cargo.

A lista do Conselho Nacional é encabeçada por Tomás Oliveira Dias e, o segundo lugar, pertence a Mota Amaral.

A dificuldade surgiu com o 3.º lugar. Destinado a um crítico, Eurico de Melo recusou, prevendo-se que ele seja ocupado por Helena Roseta. No entanto, Alberto João Jardim terá afirmado que prescindia desse lugar em relação a Eurico de Melo e não de Helena Roseta. Esta situação é previsivelmente desbloqueada esta tarde. Congresso do consenso, como alguns socialistas-democratas divulgam constantemente, Pinto Balsemão surgirá como o homem da concórdia no partido. Alguns dirigentes assumem-se como reserva (Cavaco e Silva, Eurico de Melo, etc.) preferindo auferir lucros com o benefício do tempo e o desgaste governamental. Entre os apoiantes e as clientelas, Pinto Balsemão conseguiu o silêncio para já dos adversários. Por isso, o Congresso não terá grandes surpresas. Pinto Balsemão esquece que alguns adversários podem passar a clientes mas nunca são apoiantes.

Estratégia

Partido de centro esquerda é a palavra de ordem da maioria deste Congresso. Futuro da AD, coligações para as autarquias locais e candidato presidencial, são as questões de fundo para este debate entre socialistas-democratas. Sim... mas que tem sido a solução encontrada para qualquer delas. Do Congresso sairá o mesmo adiamento?

Em relação ao futuro da AD, o presidente do PSD tem defendido a manutenção da AD: quanto às autar-

quias locais, os principais dirigentes estão habilidosamente a transferir para as Comissões Concelhias do PSD a responsabilidade dos acordos. Uma maneira alrosa de evitar conflitos entre as Comissões Políticas social-democratas e democratas-cristãos. Quanto ao Presidente da República, uns entendem que deverá ser um candidato do PSD e outros têm «jogado» ou «pressionado» com o nome de Mário Soares. Um nome cada dia mais longe!

AD: falar nos outros

No final da Cimeira da AD, o comunicado emitido, deu a sensação de que tudo tinha ficado na mesma após três horas de reunião. Apenas no ponto 8 se refere ao Governo: «A Cimeira apreciou a actividade governativa e as linhas gerais do OGE e das Opções do Plano congratulando-se com as medidas, entretanto, tomadas no sentido de ser prosseguida uma política realista e de verdade, que enfrente as dificuldades económicas com que o País se confronta e que mantenha viva a esperança manifestada pelo povo português no projecto de mudança e de reforma da sociedade portuguesa».

No restante texto final, é o ataque aos outros como defesa própria. «A Escalada visível do PCP e da Intersindical» é «denunciada» na Cimeira da AD e «recomenda ao Governo a mais firme determinação na manutenção da ordem pública e das liberdades fundamentais de todos os cidadãos». Refere-se à revisão constitucional e que o «25 de Novembro tem de ser continuado» no texto constitucional. O resto (ou tudo?) ficou adiado para a próxima Cimeira marcada para a primeira quinzena de Janeiro, tal como o projecto de protocolo para as eleições autárquicas de 1982. Os centrismos aguardam o Congresso do PSD a realizar já no dia 5 de Dezembro. Por quem esperam os socialistas-democratas?

Reforma Agrária amanhã em S. Bento

Uma delegação de 2500 trabalhadores da Reforma Agrária, que inclui representantes dos cerca de 20 mil desempregados que a política de direita já provocou no sector e de técnicos agrícolas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, concentrar-se-á, amanhã, junto à Assembleia da República, para entregar aos grupos parlamentares da AR um documento no qual se expõe a situação naquela região e se apontam as medidas indispensáveis para o desenvolvimento económico e social.

Porto consome menos heroína

O número de toxicómanos que estão a ser assistidos pelo Centro de Estudos de Profilaxia da Droga do Porto permite concluir que o consumo de heroína na região está reduzido em cerca de 300 contos diários. Este valor foi referido esta manhã pelo dr.

Eduino Lopes, director regional do CEPD, durante a sessão de abertura das 1.ªs jornadas de prevenção primária da droga, iniciadas hoje, com a presença do ministro Meneres Pimentel e dos secretários de Estado da Justiça e da Educação.

Advogados debatem Processo Civil

A Ordem dos Advogados promove no próximo dia 27 um colóquio sobre a reforma do Processo Civil.

O colóquio, propriamente dito, será precedido por palestras proferidas pelo Conselheiro Américo Campos Costa e pelo dr. Fernando Fernandes Tomas e realiza-se na sede da Ordem, às 21.30.

A reforma da actual legislação sobre o Processo Civil foi uma das principais metas apontadas no programa do actual ministro da Justiça, Meneres Pimentel, que defendeu a necessidade de imprimir uma maior celeridade à tramitação processual, por um lado, e por outro, de simplificar os formalismos processuais, de forma a conseguir-se uma efectiva aplicação da justiça.